

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO
PAULO
CAMPUS REGISTRO



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
2023 - 2027

Registro
2023

Projeto Político-Pedagógico do *Campus* Registro (2023 - 2027)

Anibal Takeshiro Fukamati
Diretor Geral do IFSP - Registro

Márcio Lucio Rodrigues
Presidente da Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico (2023-
2027)

O Projeto Político-Pedagógico (2023-2027) foi aprovado pelo Conselho de Campus (CONCAM), conforme ata nº 04/2023 da reunião de 13 de setembro de 2023.

COMISSÃO LOCAL DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PORTARIA No 42/2023 - DRG/RGT/IFSP DE 23 DE MARÇO DE 2023

Diretor Adjunto de Ensino:

Marcio Lucio Rodrigues

Representantes Docentes:

Newton Ferreira da Silva

João Henrique Candido de Moura

Leticia Rosa Marques

Ricardo Sorgon Pires

Márcia Quirino Ferreira de Oliveira

Fernanda Cristina dos Santos Tibério

Danilo Henrique Santos

Heider Geraldo Ribeiro

Matheus Enrique da Cunha Pimenta Brasiel

Ivelton Soares da Silva

Armando Batista

Representante da Coordenadoria de Pesquisas:

Michelle de Oliveira Parreira Ruwer

Representante da Coordenadoria de Extensão:

Ernani Jose Fortunato Lisboa Enke

Pedagogas:

Janaina Waschinsky Fonseca Carriel

Milene da Silva Motta

Representante do corpo discente:

Gabriely Antunes de Castro

Jessica Lemos Fernandes

Representante da comunidade externa:

Alex Sanders Moreira Rosa

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o empenho e dedicação de todos da comunidade do Instituto Federal de São Paulo– Câmpus Registro e a todos da comunidade interna e externa do Câmpus Registro, os quais despenderam seus esforços na construção deste documento que representa a proposta educacional desse câmpus: instigante, desafiadora e promissora.

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor (FREIRE)

Capítulo 1 – Dos objetivos e finalidades	4
1.1 Histórico do IFSP (função social, objetivos e metas).....	4
1.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	7
1.3 Princípios norteadores.....	9
Capítulo 2 - Caracterização da Unidade – Registro	15
2.1 Histórico do Campus e sua caracterização	15
2.2 Infraestrutura física	21
2.3 Acessibilidade	24
2.4 Laboratórios de informática.....	25
2.5 Laboratórios específicos.....	25
2.8 Biblioteca.....	33
2.9 Equipe escolar	37
2.10 Estrutura Organizacional.....	39
2.10.1 Diretorias e coordenadorias sob o comando do Diretor Geral	40
2.10.2 Coordenadorias sob comando do DAA – Jonatas Costa.....	40
2.10.3 Coordenadorias sob comando do DAE – Márcio Lucio Rodrigues.....	40
2.10.4 Coordenação dos Cursos	41
CAPÍTULO 3 - PRESSUPOSTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO CAMPUS.....	42
3.1 Ética, cidadania, mundo do trabalho e inclusão social.	42
3.1.1 Mundo do trabalho	44
3.1 Gestão Democrática.....	46
3.2 Processo de ensino e aprendizagem	46
3.2.1 Metodologias de ensino	48
3.2.2 Avaliação.....	50
3.3 Pesquisa.....	54
3.4 Extensão	61
CAPÍTULO 4 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS	65
4.1 Cursos Técnicos.....	66
4.1.1 Técnico Integrado ao Ensino Médio	67
4.1.1.3.1 Identificação do curso	70
4.1.2 Técnico Concomitante/Subsequente	71
4.2 Graduação	75
4.2.1 Licenciaturas	76
4.2.2 Tecnologia.....	80

4.2.3	Bacharelado	81
4.3	Cursos de Pós-graduação.....	83
4.4	PROEJA (Formação Inicial e Continuada)	83
Capítulo 5 – Políticas e ações institucionais.....		86
5.1	Ações de apoio ao ensino e à aprendizagem	86
5.1.1	Atuação da Coordenadoria Sociopedagógica.....	86
5.1.2	Recuperação contínua e paralela.....	88
5.1.3	Atendimento ao estudante.....	89
5.1.4	Projetos de ensino.....	89
5.1.5	Formação continuada de professores	91
5.1.6	Biblioteca	93
5.2	Ações de apoio ao estudante	93
5.2.1	Assistência Estudantil.....	93
5.2.2	Metodologia das Ações.....	94
5.2.3	Programa de Auxílio Permanência.....	95
5.2.4	Ações Universais.....	95
5.2.5	Acompanhamento da Coordenadoria Sociopedagógica com os estudantes participantes do PAE96	
5.2.6	Apoio à Organização Estudantil	97
5.3	Atuação dos núcleos	98
5.3.1	NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas)	98
5.3.2	NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas)	103
5.3.3	NUGS (Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade).....	104
5.4	Atuação dos órgãos colegiados.....	105
5.4.1	Conselho de Campus.....	105
5.4.2	Colegiado de Curso.....	106
5.4.3	CEIC (Comissão para Elaboração e Implementação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Educação Básica)	106
5.4.4	Conselho de Classe	106
5.4.5	Comissão Própria de Avaliação	107
5.5	Ações de Extensão	109
5.6	Ações de Pesquisa	112
5.7	Ações pós-pandemia.....	115
Capítulo 6 – Diagnóstico da situação atual.....		117
6.1	Dimensão Ensino.....	117
Dimensão: Ensino.....		117
6.2	Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação.....	126

Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	126
6.3 Dimensão: Extensão	133
6.4 Dimensão: Administrativa	135
Capítulo 7 – Avaliação do Projeto Político Pedagógico	153
7.1 Processo de Construção do PPP	153
7.2 Avaliação do processo de construção	153
REFERÊNCIAS	155

Capítulo 1 – Dos objetivos e finalidades

1.1 Histórico do IFSP (função social, objetivos e metas)

No decorrer de sua trajetória centenária, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, criada por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Ao todo, foram instaladas dezenove escolas, uma em cada capital dos Estados da República, incumbidas de oferecer ensino profissional primário e gratuito.

Na capital do Estado de São Paulo, a inauguração da unidade ocorreu em 24 de fevereiro de 1910, estabelecida provisoriamente na Avenida Tiradentes e, logo depois, na Rua General Júlio Marcondes Salgado, no bairro de Santa Cecília. Nesse início de funcionamento eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, considerados incomuns se comparados ao que ministravam as demais escolas da época.

No ano de 1937 o ensino no Brasil passou por uma estruturação administrativa e funcional, disciplinada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, e as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus. Outra mudança trazida pela Lei nº 378 foi a criação do Departamento Nacional de Educação, composto por oito divisões: ensino primário, ensino industrial, ensino comercial, ensino doméstico, ensino secundário, ensino superior, ensino extraescolar e educação física.

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, quando o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro, definiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Cabia a esse ramo de ensino, de grau secundário, formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, o ensino industrial tinha como finalidades dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas. Vale sublinhar que o Decreto-Lei nº 4.073 permitia a articulação do ensino industrial com as outras modalidades de ensino e estabelecia o ingresso em escolas superiores diretamente relacionadas ao curso técnico concluído.

Também em 1942, o Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, definiu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Faziam parte dessa rede as escolas técnicas, as escolas industriais, as escolas artesanais e as escolas de aprendizagem. Em relação às primeiras, foram criadas onze escolas, incluindo-se a Escola Técnica de São Paulo, com o objetivo de oferecer cursos técnicos e cursos pedagógicos. Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições (PDI 2019-2023/IFSP, p.38).

Em 1965, a Escola Técnica de São Paulo passou a se chamar Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP), incluindo pela primeira vez a expressão federal na sua denominação e tornando clara sua vinculação direta à União. Essa alteração, trazida pela Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal (PDI 2019-2023/IFSP, p. 41).

Outra alteração significativa no ensino profissionalizante foi propiciada pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que regulamentou o ensino de 1º e 2º graus. No que diz respeito à Escola Técnica Federal de São Paulo, a LDB de 1971 possibilitou a formação de técnicos em cursos integrados ao ensino médio, completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula.

Outro momento importante para a ETFSP ocorreu em 23 de setembro de 1976, quando se mudou da Rua General Júlio Marcondes Salgado para a Rua Pedro Vicente, no bairro do Canindé, onde hoje está sediado o Instituto Federal de São Paulo (Reitoria e Campus São Paulo). O ano de 1986 também foi marcante para a instituição, já que, pela primeira vez, o seu diretor seria escolhido de forma direta por professores, servidores administrativos e estudantes. No ano seguinte, foi implantada a primeira Unidade Descentralizada de Ensino (UNED) de São Paulo na cidade de Cubatão. A segunda UNED começou a funcionar em 1996 na cidade paulista de Sertãozinho.

Em 1994, a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A ETFSP passou a ser oficialmente denominada de CEFET-SP a partir de um decreto sem número, de 18 de janeiro de 1999. Antes disso, no entanto, a publicação do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, resultou na extinção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Em 2004, tal ato foi revogado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho, e assim voltou a ser permitido

que a educação profissional técnica fosse desenvolvida de forma articulada com o ensino médio.

No mesmo ano, os CEFETs foram autorizados a oferecer cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, por meio do Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004. Ainda em seu período de existência foram implantadas Unidades Descentralizadas de Ensino do CEFET-SP em mais sete cidades do estado.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A presente norma, que institui no âmbito do sistema federal de ensino a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais, em um total de 38 unidades, definidos como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...)” (Art. 2º da Lei nº 11.892/2008).

Comprovando a abrangência de sua atuação, o IFSP, antigo CEFET-SP, oferece cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio, quanto na forma concomitante ou subsequente; cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia) e cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão. Investe, também, no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), em que busca proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular. Atualmente, fazem parte do IFSP 37 campi distribuídos pelo Estado de São Paulo, sendo que alguns desses constituem as extintas Unidades Descentralizadas de Ensino.

O Instituto Federal de São Paulo, historicamente, se constitui como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante, acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Nesse sentido, busca construir uma *práxis* educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento.

O objetivo central do IFSP é agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-

se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais têm como principais metas: 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; 2) estar aberto à comunidade, por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país e 3) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma educação crítica e reflexiva (PACHECO, 2011).

1.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Constituição de 1988 se apresentou como a superação institucional do regime autoritário instaurado nos anos 60. Nela, dentre os diversos dispositivos que incorporavam avanços na direção da maior democratização da sociedade brasileira e na tentativa da construção efetiva da cidadania, houve a afirmação da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como norteadores das ações desenvolvidas no âmbito das universidades. Na sequência deste esforço legislativo, deu-se a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em que apareceu reiterado o princípio da autonomia e foram desdobrados os seus reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.

Em 2008, a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi afirmada por meio da sua lei de criação (Art. 1º, parágrafo único da Lei nº 11.892/2008), que também os caracterizou como instituições de pesquisa tecnológica e de extensão (Art. 6, incisos VII e VIII) e os equiparou às universidades federais (Art. 2º, §1º). Portanto, o mesmo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecido pelo parágrafo 2º do Artigo 207 da Constituição Federal se tornou norteador das ações desenvolvidas no âmbito destas instituições.

Assim, temos o desafio de conduzir a prática acadêmica no interior do IFSP sob o princípio constitucional desta indissociabilidade, para tanto, é importante definir os conceitos de ensino, pesquisa e extensão a serem adotados.

O Ensino é compreendido como o processo educativo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas

específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A Pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDER-EGG, 1978, *apud* MARCONI; LAKATOS, 2003). A Pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais, sendo assim uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade.

A Extensão, por sua vez, é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a escola e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012). Esse processo educativo transformador somente se efetiva quando a Extensão se configura como um espaço de produção de conhecimento a partir da troca de saberes e de experiências estabelecida na relação entre a comunidade interna e externa. Ou seja, sendo vital o diálogo entre sociedade e instituição educacional, torna-se possível a esta identificar e refletir sobre os anseios e problemas colocados pela sociedade, bem como estabelecer estratégias e soluções condizentes às demandas sociais e à sua capacidade científica e tecnológica.

A compreensão de extensão se baseia na noção segundo a qual toda instituição educacional é social e, como tal, deve assumir o compromisso de formar e qualificar as pessoas para atuarem de forma responsável e de ser protagonista da promoção e da garantia dos valores democráticos e cidadãos. O pressuposto se assenta na noção de que todo o trabalho realizado nas instituições de ensino, assim como a produção de conhecimento gerado por elas é um bem social, e que devem ser apropriados pela sociedade em benefício de seus interesses e pela transformação social.

Na prática, significa dizer que a extensão, a pesquisa e o ensino devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tem como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as condições de vida material, social e cultural das pessoas.

Tendo em vista que as instituições que atuam com ensino, pesquisa e extensão são os locais onde acontecem experimentos pedagógicos e epistemológicos, torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento. Na sequência, deve-se permitir aos estudantes utilizá-los de acordo com

suas potencialidades, levando em conta a suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos (ForGRAD, 2000). Nesse sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, onde o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar, de articular, de criar e de se solidarizar, aproximando os processos educativos da realidade a qual o estudante estará submetido fora da instituição.

Os Institutos Federais, guiando seu projeto político-pedagógico com o intuito de priorizar um conjunto de atividades interdisciplinares intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, onde se permita ensinar a pensar e a aprender, as quais devem ser mediadas tanto pelo professor quanto pelos estudantes, darão um passo importante rumo à democratização do ensino. Em suma, o ensino, a pesquisa e a extensão, quando indissociadas, deverão conduzir a mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, unindo teoria e prática e permitindo a formação para a atividade profissional e para a cidadania.

1.3 Princípios norteadores

Com base na lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), documentos norteadores das ações e concepções do Instituto Federal de São Paulo, destacamos alguns dos nossos princípios norteadores.

O IFSP objetiva levar em conta o fato de que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável. Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas em constante construção e transformação, o IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos perpassa diretamente por uma ação educativa (PDI 2019-2023/IFSP, p. 175). A instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão por meio do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como

também a cada sujeito individual que se encontra envolvido com este processo. A proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus estudantes deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confunde necessariamente com uma aplicação imediata - e o engajamento político - por meio do desenvolvimento da consciência crítica.

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual.

Uma formação profissional técnica e tecnológica de qualidade só se torna possível na medida que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos por meio de novos saberes. Ora se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado, é preciso esforço para derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. (BRASIL, 2010. p 10).

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do trabalho como princípio educativo (FRIGOTTO, RAMOS e CIAVATTA, 2004) na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa. Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

A educação profissional e tecnológica é concebida como uma política pública por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho.

A escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando dessa forma sua visão de mundo.

Os Institutos Federais, por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, podem protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o, como afirma Pacheco (2011, p.8):

A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A educação nesse viés estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o (BRASIL, 2010).

Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado à formação plena do educando.

O indivíduo é reconhecido, assim, como principal ator de sua própria aprendizagem, pois entende-se que os saberes e conhecimentos não se esgotam em si mesmos, mas adquirem significado mediante sua utilização em situações-problemas apresentadas no cotidiano de sua vida, tornando imprescindível o planejamento e a

construção desses saberes a partir da realidade dos estudantes (FREIRE, 1992). Essa concepção do processo ensino e aprendizagem irá refletir-se numa proposta curricular que promova a formação integral e crítica do indivíduo-cidadão, baseada em princípios éticos e de respeito às diversidades.

Diante da intenção de se construir um currículo consistente, baseado na interação entre conhecimentos específicos e o eixo de formação prática, promove-se o espaço necessário para que as convergências e semelhanças, diversidades e particularidades possam dialogar, resultando no apontamento com maior precisão de qual é o papel, função e significado de cada componente curricular.

O foco central quando refletimos sobre currículo é buscar a orientação de uma ação educativa de forma ampla e integrada, o que vai muito além de listas de conteúdos, somatórias de cargas horárias e matrizes curriculares, envolvendo acima de tudo e preponderantemente uma perspectiva social e política, na qual o valor maior está no que se vai ensinar e quais as finalidades deste ensino para quem o vai receber. A indagação “o que selecionar como elemento constituinte de um currículo?” deve ser necessariamente antecedida por “o que os educandos devem se tornar?”.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dos institutos. A transversalidade, entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais. Esta orientação é intrínseca às arquiteturas curriculares que consideram a organização da educação profissional e tecnológica por eixo tecnológico. Isto porque a ênfase é dada às bases tecnológicas e conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho etc.

A verticalização, por sua vez, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações. Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação. A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica (BRASIL, 2010).

Vale destacar que a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho. Assim, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica.

O fazer pedagógico nos Institutos Federais, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Desempenhando papel fundamental na concretização da proposta de verticalização do ensino, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção no mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada para o mundo do trabalho. Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas, que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

As práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade. A partir do princípio da autonomia e da gestão democrática, que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e à participação.

No processo de ensino, reconhece-se a importância de se priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento. Uma das possibilidades metodológicas é trazer para a sala de aula os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, a fim de que os estudantes possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Para a construção da autonomia intelectual do educando, o ensino pode e deve ser potencializado pela pesquisa, orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores. A pesquisa como princípio pedagógico instiga a curiosidade do estudante em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude. Essa atitude de inquietação diante da realidade, potencializada pela pesquisa, contribui para que o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas na esfera mais formal, seja na forma aplicada, seja na denominada pesquisa de base acadêmica, como também em outros processos de trabalho, em um movimento autônomo de (re)construção de conhecimentos.

Integrando a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Dessa forma, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

Capítulo 2 - Caracterização da Unidade – Registro

2.1 Histórico do Campus e sua caracterização

Em atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC nº 001/2007, de 24 de abril de 2007 – Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II, a Prefeitura Municipal de Registro envidou ações para a implantação de um campus do IFSP no município de Registro com a finalidade de oferecer ensino público, gratuito e de qualidade a toda região do Vale do Ribeira. A autorização de funcionamento do Campus Registro veio por meio da Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010, mas foi somente em julho de 2012 que suas atividades educacionais iniciaram na sede própria instalada no bairro do Agrochá.

O campus do IFSP em Registro é constituído de edifícios que abrigam setores administrativo, de ensino e de apoio, salas de aula, biblioteca, laboratórios de ensino e pesquisa, auditório, refeitório e espaço de convivência, além de um campo de futebol e uma quadra coberta, instalados em uma área total de 14.273,94 m² (Figura 1), localizada no bairro Agrochá, inserida em um polo educacional e tecnológico que abriga, além do IFSP, um Campus da Unesp, uma unidade do SESI/SENAI e projeto para construção de uma unidade do Centro Paula Souza no terreno ao lado do Campus.

Figura 1 - Portal de entrada (à esquerda) e imagem aérea (à direita) do Campus IFSP

Registro em 2022



Fonte: Arquivo institucional e Google Maps Brasil (2022).

A presença do IFSP no Vale do Ribeira, em consonância com suas finalidades, características e objetivos estabelecidos pela lei nº 11.892/2008, visa, além da oferta de qualificação profissional (acessível por meio da oferta de cursos nos diferentes níveis e

modalidades de ensino), promover a justiça social, a equidade e o desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, por meio da adaptação de soluções técnicas e da geração de novas tecnologias para a região, que é composta por 20 municípios e possui mais de 326 mil habitantes (IBGE, 2022)¹, conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Municípios do Vale do Ribeira

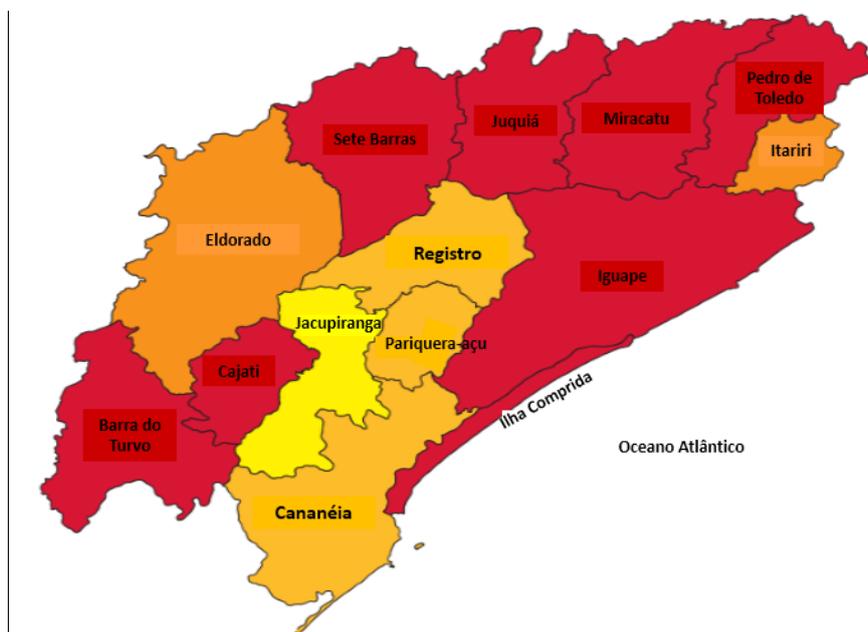
Município	2016	2021	Variação
Apiaiá	25.077	24.081	-3,97
Barra do Chapéu	5.619	5.794	3,11
Barra do Turvo	7.804	7.606	-2,54
Cajati	28.916	28.441	-1,64
Cananéia	12.606	12.542	-0,51
Eldorado	15.388	15.592	1,33
Iguape	30.519	31.117	1,96
Ilha Comprida	10.476	11.552	10,27
Iporanga	4.316	4.180	-3,15
Itaoca	3.339	3.332	-0,21
Itapirapuã Paulista	4.161	4.294	3,20
Itariri	16.913	17.754	4,97
Jacupiranga	17.876	17.911	0,20
Juquiá	19.274	18.627	-3,36
Miracatu	20.409	19.511	-4,40
Pariquera-açu	19.465	19.797	1,71
Pedro de Toledo	11.053	11.507	4,11
Registro	56.356	56.463	0,19
Ribeira	3.399	3.320	-2,32
Sete Barras	13.098	12.731	-2,80
Total	326.064	326.152	0,02%

Fonte: IBGE (2022)

¹ IBGE, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp>. Acesso em 28 jul. 2022.

Vale dizer que segundo a Fundação SEADE (2016)², que utiliza como recorte territorial a Região Administrativa de Registro (RA-Registro) composta por 14 municípios, a representação econômica dessa região evoluiu de 0,3% em 2002 para 0,6% em 2014, tendo demonstrado relativo crescimento, mas ainda assim, continua sendo considerada a região mais pobre do Estado de São Paulo.

Figura 2 - RA – Registro (Região Administrativa de Registro)



Fonte: Fundação SEADE (2016)

De acordo com o Relatório do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios Paulistas 2002-2014, publicado em dezembro de 2016 (SEADE, 2016), em termos econômicos o maior impacto para a região tem sido a exploração de petróleo no litoral sul da Bacia de Santos, que estimula a economia de municípios que começam a receber *royalties* da Petrobras por estarem na área de influência do empreendimento, como: Cananéia e Ilha Comprida. Em decorrência dessa nova realidade, Ilha Comprida passou a apresentar a maior renda per capita do Estado.

Mesmo com o avanço das atividades associadas à indústria de petróleo e gás, a agricultura continua a ser importante atividade econômica da RA-Registro, cujo principal produto é a banana, seguido pela tangerina, maracujá, arroz em casca e chá preto destinados ao mercado externo. Tais produtos estão relacionados principalmente aos

² PIB dos municípios paulistas 2002-2014. Fundação SEADE - Dezembro de 2016.

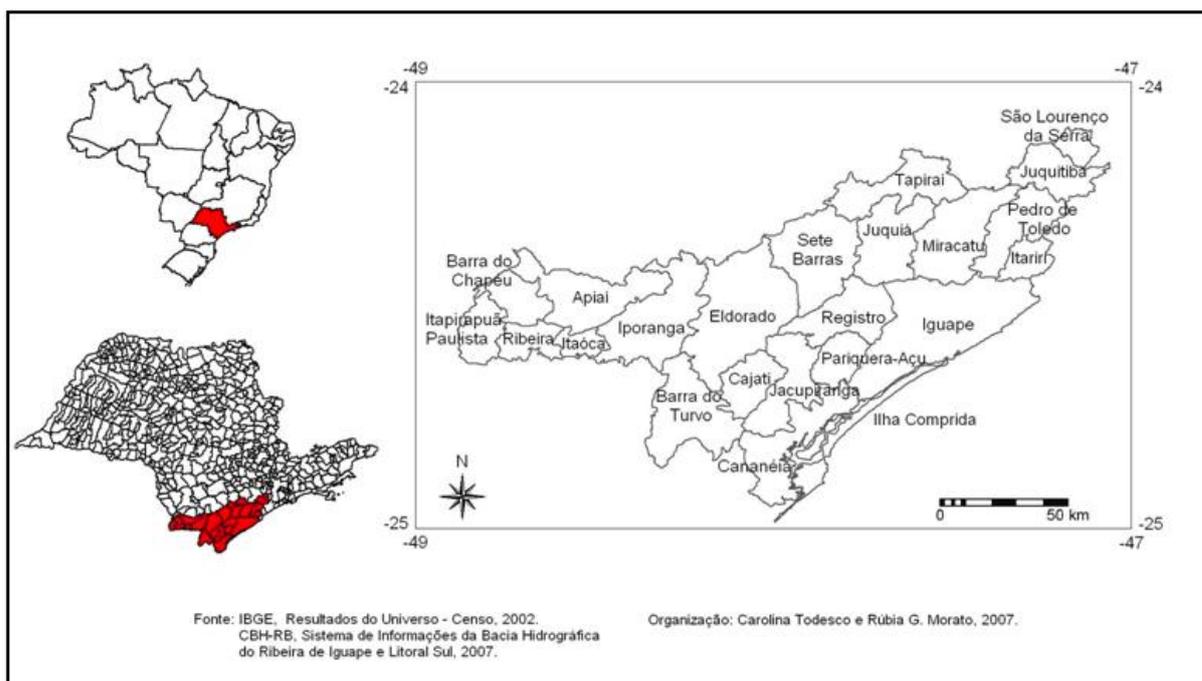
municípios de Miracatu, Sete Barras, Registro, Jacupiranga, Iguape e Juquiá. Essas culturas vêm incorporando técnicas de manejo sustentável, contribuindo para a preservação da Mata Atlântica remanescente. A região também tem alcançado destaque no país pela produção de plantas ornamentais e flores tropicais, sobretudo nos municípios de Registro e Pariquera-Açu, atendendo a vários estados brasileiros; acrescente-se o cultivo de mudas de árvores nativas para reflorestamento.

A agricultura extrativista se faz presente, particularmente com a extração de palmito, enquanto a extração de minerais não metálicos, por sua vez, tem forte presença em Cajati – além do calcário para a indústria cimenteira do município, também é extraído fósforo das minas locais para fabricação de fosfatados, utilizados em fertilizantes agrícolas e rações animais. Tendo várias unidades de preservação ambiental e parques estaduais e federais, devido a sua significativa reserva da Mata Atlântica (61% da mata remanescente), há grande potencial para o turismo ecológico que aos poucos vem sendo implementado.

Em termos logísticos, o acesso à região melhorou consideravelmente, com o término da duplicação da Rodovia Régis Bittencourt, na Serra do Cafezal, entre Juquitiba e Miracatu, e a ampliação do aeroporto estadual de Registro, desativado há três décadas, para operação de aeronaves de médio e pequeno porte.

Assim, verifica-se que os municípios que compõem o Vale do Ribeira são dotados de características peculiares em função de sua localização geográfica dentro do Estado de São Paulo, sobretudo as condições sociais e ambientais.

Figura 3 - Localização geográfica da porção paulista do Vale do Ribeira



Fonte: Todesco; Morato (2007)

É nesse contexto social que o Campus Registro do IFSP está inserido e atualmente oferta, em período integral, os cursos técnicos integrados com Ensino Médio nas áreas de Logística, Mecatrônica e Edificações, além de turmas dos mesmos cursos na modalidade concomitante, no período noturno. No Ensino Superior, oferta duas graduações: Licenciatura em Física, Licenciatura em Pedagogia no período noturno, e um BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, em período integral. Deste modo, são realizadas, de forma articulada, atividades de ensino, pesquisa e extensão conforme discriminados em outras seções do documento.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEPIFSP), fundado em meados de 2008, é um colegiado interdisciplinar e independente, com “múnus público”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos, observados os preceitos descritos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), órgão diretamente ligado ao Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Sendo assim, o CEP-IFSP tem por finalidade cumprir e fazer cumprir as determinações da Resolução CNS 466/12 (<http://conselho.saude.gov.br/resoluções/2012/Reso466.pdf>), no que diz respeito aos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, sob a ótica do indivíduo e das

coletividades, tendo como referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa e à comunidade científica.

Importante ressaltar que a submissão (com posterior avaliação e o monitoramento) de projetos de pesquisa científica envolvendo seres humanos será realizada, exclusivamente, por meio da Plataforma Brasil (<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>).

Tabela 2. Ambientes das Plantas Baixas do Campus Registro.

Local	Quantidade atual	Quantidade prevista até o ano 2023	Área (m²)
Almoxarifado e Recebimento	02		30,80
Ambulatório	01		11,57
Atendimento ao Aluno	01		25,20
Biblioteca	01		165,20
Banheiro e/ou vestiário	10	02	13,36
Centro de Convivência	01		662,60
Coordenadoria de informática	01		12,60
Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio	01		30,80
Coordenação de Apoio ao Ensino	01		12,60
Coordenadoria de Biblioteca	01		12,40
CPI/CEX	01		24,96
Cozinha	02		18,70
Diretoria Adjunta de Ensino	01		12,60
Gabinete Direção	01		12,60
Garagem	01		30,80
Instalações administrativas	06		12,60
Laboratório de CNC	01		80,00
Laboratório de Desenho	01		57,40
Laboratórios de Edificações	03		80,00
Laboratório de Eletrônica	01		80,00

Laboratório de Engenharia de Produção		01	59,40
Laboratório de Física	01		80,00
Laboratórios de Informática	06		57,40
Laboratório de Prática de Ensino		01	59,40
Laboratório de Projetos	01		57,40
Laboratório de Química		01	59,40
Laboratório de Soldagem	01		80,00
Laboratório de Usinagem 1 (IFMaker)	01		80,00
Laboratório de Usinagem 2	01		80,00
Miniauditório	01		116,20
Quadra Poliesportiva	1		638,40
Restaurante Estudantil	1		1231,35
Salas de aula (Bloco C)	10		57,40
Salas de aula (Bloco I)		06	59,40
Sala de Apoio aos Técnicos de Laboratórios	01		14,70
Sala de Assistente de Aluno	01		11,34
Sala de Coordenação Ensino Médio	02		12,60
Sala de Coordenação Ensino Superior	01		12,60
Sala de Professores	01		36,40
Salas de Reuniões	01		17,68
Sala de Serviços Gerais	07		8,60

Sala de TI - Manutenção e Controle	01		12,40
Secretaria	01		36,40
Secretaria de Direção	01		17,68
Sociopedagógico (CSP I)	01		34,89
Sociopedagógico (CSP II)	01		13,66

2.3 Acessibilidade

O campus REGISTRO atende parcialmente às normas da NBR 9050, e Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT (Lei de acessibilidade - Decreto lei 5296) em toda a sua estrutura física.

Destaca-se que o campus possui:

- Bebedouro acessível para usuários cadeirantes e com nanismo.
- Identificação em braile nas portas das salas, laboratórios e demais espaços de uso comum do campus.
- Mesa para uso de cadeirantes.
- Rampas de acesso.
- Banheiros acessíveis para cadeirantes.
- Lupas de bancada com LED para deficientes visuais.
- Banheiros adaptados.
- Placa em braile para corrimão.
- Adesivo de piso para cadeirantes.
- Bengala guia dobrável clássica.
- Placa de saída de emergência sinalizada.
- Protetor de impacto para portas.
- Piso tátil alerta e direcional.
- Anel de corrimão tátil em ABS.
- Fone de ouvido para uso na biblioteca.
- Cadeiras de rodas.

- Mapa tátil.
- Totem de identificação.
- Placas em braile para sinalização de portas.
- Faixa adesiva para vidros.

Também existem equipamentos específicos para pessoas com deficiência visual disponibilizados pelo NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais), Além de duas Tradutoras/Intérpretes de Linguagem de Sinais. O trabalho docente também recebe contribuições da área pedagógica e do NAPNE com a finalidade de auxiliar na busca por metodologias de ensino e avaliativas que privilegiem as necessidades específicas dos estudantes por meio de estratégias de flexibilização do processo educativo.

2.4 Laboratórios de informática

Tabela 3. Laboratórios de Informática.

Equipamento	Especificação	Quantidade
Computadores	HP Compaq 6000 series, Processador AMD 3800MHZ, com RADEON HD Graphics, 4GB de RAM DDR3, 500 GB de HD, Monitor HP CPQ LA2006X20 LCD Mouse HP, Teclado HP.	126
Projetores	Datashows interativos FNDE (um em cada laboratório montado)	6

2.5 Laboratórios específicos

Tabela 4. Laboratórios Específicos

Laboratório	Especificação	Quantidade	Capacidade
IFMaker - Prototipação e Projetos	Fresadora Ferramenteira com indicador de posição digital 3 eixos	02	20 Alunos
	Furadeira Coluna	01	
	Furadeira de Fita	01	

	Esmeril	01	
	Morsa	14	
	Kit Didático de Pneumática e Eletropneumática	03	
	Router Prototipadora de Circuito Impresso	01	
	Impressora 3D	04	
	Máquina de Corte a Laser	01	
	Sublimadora	01	
	Osciloscópio	01	
	Estação de solda	01	
	Multímetro Digital	03	
	Gerador de funções	02	
Usinagem	Torno de Bancada	10	20 Alunos
	Torno Universal	02	
CNC	Centro de Usinagem Vertical 3 Eixos CNC	01	20 Alunos
	Torno CNC	01	
	Máquina de Ensaio de Tração, Compressão e Flexão	01	
	Paquímetro Digital	02	
	Rugosímetro Portátil	01	
Soldagem	Conjunto de Solda Acetileno	01	20 Alunos
	Máquina de Solda MIG/MAG	01	
	Cortina de Solda	05	
	Forno Elétrico Câmara para Têmpera	01	
	Equipamento de Corte Plasma	01	
	Esmerilhadeira	02	
	Esmeril	01	
	Inversora de Solda eletrônica	04	
	Morsa	04	
Elétrica/ Eletrônica	Multímetro Digital	03	20 Alunos
	Gerador de Funções - Digital de Bancada	10	
	Sistema Didático Microcontrolador PIC	13	

	Kit de Treinamento para Microcontroladores	20	
	Banco de Ensaio BIT9 - Mod Sen250IF, Bancada Didática para Sensores Industriais	01	
	Banco de Ensaio BIT9 - Mod CLP140IF, Bancada Didática Modular de Controlador Lógico Programável	02	
	Medidor LCR Digital	02	
Desenho Técnico	Mesa/Prancheta com régua paralela	30	20 Alunos
	Prancheta de Desenho Portátil	39	
	Kit geométrico – compasso, transferidor e esquadro	05	

2.6 LABORATÓRIO DE DESENHO – B111 e B112

Tabela 5 – Laboratório de desenho

Laboratório	Especificação	Quantidade	Capacidade
Desenho	Pranchetas para desenho, com régua paralela e cadeiras	45	45
Desenho	Prancheta de Desenho Portátil com mini-tecnigrafo	39	45
Desenho	Kit geométrico em madeira com 5 peças para quadro branco: compasso de 60 cm, régua de 100 cm, transferidor de 180° e esquadro de 30°, 45°, 60° e 90°	5	45
Desenho	Kit de esquadros técnicos 30°, 45°, 60° e 90°	30	45

2.7 LABORATÓRIO DE CONSTRUÇÃO CIVIL – BLOCO E

Laboratório	Especificação	Quantidade	Capacidade
Topografia	Teodolito eletrônico, com luneta de imagem direta; aumento de 30 X, abertura de objetiva 40mm; precisão angular 2"; prumo ótico; display LCD.	40	40
Topografia	Estação total eletrônica com teclado alfanumérico; leitura direta programável; alcance sem prisma 200 metros; alcance de 1300 metros com 1 prisma; memória de 15000 pontos.	3	40
Topografia	Nível de cantoneira	10	40
Topografia	Receptor GPS com 12 canais	1	40
Topografia	Trena eletrônica a laser com visor LCD luminoso	4	40
Topografia	Trena Fibra de vidro com extensão de 50 metros	2	40
Topografia	Baliza de alumínio	20	40
Topografia	Mira de encaixe de alumínio de 4 metros	10	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Motor Vibrador de Concreto	3	40

Materiais e Mecânica dos Solos	Jogo de Peneiras granulométricas	3	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Cronômetro digital	2	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Agitador de Peneiras	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Agulha de Le Chatelier	3	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Aparelho de determinação de água em argamassas	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Balança Analítica	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Balança digital	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Balança eletrônica de precisão	3	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Balança eletrônica digital com capacidade de 120 KG	1	40

Materiais e Mecânica dos Solos	Densímetro para sedimentação de solos	6	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Repartidor de amostras de chão com abertura 3/8	2	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Dispositivo para ensaio de compressão em corpos de prova de argamassas	2	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Paquímetro digital	8	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Agitador de proveta elétrico	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Aparelho de Vicat para ensaio de início e fim de pega do cimento	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Conjunto de cravação (soquete, haste, sapata, cilindro)	2	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Conjunto para abatimento do tronco de cone- Slump Test	2	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Conjunto completo para a determinação de densidade de areia in situ	2	40

Materiais e Mecânica dos Solos	Extrator de amostras hidráulico	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Mesa de consistência de argamassa manual	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Estufa elétrica	2	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Aparelho de Ultrassom portátil digital para medir homogeneidade do concreto	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Bomba de vácuo	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Aferidor de agulhas de Le Chatelier para expansibilidade do cimento e cal	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Conjunto para ensaio equivalente de areia	2	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Dispositivo de Rilen para tração e flexão	2	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Aparelho de medição do teor de ar	1	40

Materiais e Mecânica dos Solos	Medição: incorporado ao concreto fresco	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Medidor de umidade tipo speedy	2	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Permeâmetro tipo Guelph de carga constante para campo	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Trado tipo concha	2	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Destilador de água para parede	2	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Betoneira 400 litros	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Aparelho Casa Grande manual com contador de golpes	2	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Argamassadeira com capacidade de 5 litros	1	40
Materiais e Mecânica dos Solos	Dispensor de amostras de solos	2	40

2.8 Biblioteca

A Biblioteca do Campus Registro do IFSP, foi criada em 2012, a partir de livros adquiridos pelo Campus São Paulo e transferidos ao longo dos meses, os quais estão hoje totalmente incorporados ao acervo local para atender aos discentes, docentes e demais usuários, com foco nos cursos Técnico em Logística, Técnico em Edificações, Técnico em Mecatrônica, Licenciatura em Física, Licenciatura em Pedagogia e ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Inicialmente, foi subordinada à Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE), mas com a instituição de sua própria Coordenadoria de Biblioteca - CBI, responde desde janeiro de 2017 diretamente à Diretoria Adjunta Educacional (DAE). O setor possui como uma de suas finalidades proporcionar aos servidores, discentes e aos demais usuários os recursos bibliográficos relacionados com os diversos campos do conhecimento, como também a informação necessária ao estudo e à pesquisa.

Está localizada no Bloco B, sala B102, distribuída em uma área de aproximadamente 165,2m² e integrada a esta estrutura a Coordenação de Biblioteca (CBI), com cerca de 12,40m², na sala B101.

O material bibliográfico que compõe o acervo da biblioteca são livros, periódicos, normas técnicas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, sejam físicos ou digitais. Possui um acervo de aproximadamente 34.988 títulos e 42.039 exemplares entre livros, periódicos, revistas, jornais, base de dados, normas e multimídias nas diferentes áreas do conhecimento; todos os itens do acervo físico encontram-se catalogados e classificados segundo os códigos *Anglo-American Cataloguing Rules- AACR2R*, Classificação Decimal de Dewey - CDD (23 ed.) e Tabela Cutter Sanborn, gerenciados e disponibilizados no Catálogo Pergamum (*software*) via consulta *on-line*.

Conta com o acesso à Base de Dados dos Periódicos da Capes em suas dependências ou via Acesso Café de forma remota, acesso às Normas da ABNT via Target GEDWeb, Biblioteca Virtual da Pearson. É importante ressaltar que a Biblioteca disponibiliza treinamentos em grupo e individuais para uso de seus produtos.

A Biblioteca Virtual Universitária (BVU) é um acervo digital composto por milhares de títulos que abordam diversas áreas do conhecimento. Atualmente, está disponível em mais de 250 instituições de ensino. Além dos títulos da Pearson, a plataforma conta com títulos de 25 editoras parceiras: Manole, Contexto, Inter saberes, Papyrus, Casa do Psicólogo, Companhia das Letras, Educus, Rideel, Jaypee Brothers,

Aleph, Lexicon, Callis, Summus, Interciência. Conta com 13.813 títulos no momento, a plataforma oferece integração e permite a catalogação com MARC21, mobilidade para ser acessada por computadores, *tablets* e *smartphones*, oferece descontos diferenciados na compra de livros para o acervo da biblioteca física, atualização permanente de títulos, acessibilidade e integração com *softwares* específicos para deficientes visuais, possibilita a busca avançada, anotações, livros favoritos, impressão e *download* de conteúdo, ferramenta para destacar trechos, realizar *link* com o *Facebook*, entre outros.

O acordo existente entre o IFSP e a CAPES contempla 26 bases de dados. O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Conta com um acervo de mais de 49 mil periódicos com textos completos, 455 bases de conteúdos diversos, bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual (CAPES, 2022).

Para suprir as demandas relacionadas à normalização documental, bibliográfica, de patentes e informações técnicas, a Reitoria contratou a empresa Target Engenharia e Consultoria Ltda em setembro/2017 para prestação dos serviços de visualização, atualização, impressão e gerenciamento de normas técnicas da ABNT (NBR) e Mercosul (AMN), via *WEB* para atender a Reitoria e os demais Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSP. O Target GEDWeb, Sistema de Gestão de Normas e Documentos Regulatórios foi desenvolvido para gerenciar grandes acervos de normas e informações técnicas. O Target GEDWeb é um sistema especialista no campo da normalização há mais de 25 anos. Esta assinatura contempla aproximadamente 18.365 mil normas ABNT – (NBR) e MERCOSUL (AMN).

É assegurado a todos os usuários o empréstimo de livros de outras unidades do IFSP pelo serviço de Logística Reversa garantido pela Portaria nº4337, de 01 de dezembro de 2017, quando não existir o título desejado na Unidade do aluno e na BVU.

A biblioteca do Campus Registro foi nomeada em 2022 como Biblioteca Machado de Assis após consulta pública.

Tabela 1 – Quantidade de mobiliário e equipamentos diversos pertencentes à Biblioteca do IFSP – Campus Registro.

Tipo de Mobiliário e Equipamentos	Quantidade em 2022
Aparelho de TV	1
Aparelho de telefone	1
Ar-condicionado	3
Armário de aço – tipo guarda-volumes 16 portas	4
Armário alto de madeira	4
Armário baixo de madeira	2
Arquivo de aço 4 gavetas	1
Baia de estudo individual	21
Bebedouro	1
Sofás de 03 lugares	2
Poltrona	1
Cadeiras	49
Cadeiras giratórias	4
Carrinho de aço para livros	2
Computadores para atendimento	4
Computadores para usuários	4
Tablets para usuários	14
Tablets para CBI	0
Estação de trabalho	4
Estante de livros dupla face	29
Estante expositora de periódicos	54
Impressora laser	1
Impressora térmica	1
Leitor de código de barras	1
Mesas de estudos	10
Quadro de avisos	2
Roteador	1
Jogos de tabuleiros	37
Fones de Ouvido	8
Scanner	1

Fonte: Biblioteca IFSP Registro 2022

PRODUTOS OFERECIDOS

Produto é qualquer material bibliográfico que compõe o acervo da biblioteca, tais como: livros, periódicos, normas técnicas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, sejam físicos ou digitais, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Acervo da Biblioteca do IFSP Campus Registro:

Material Bibliográfico	Quantidade de Títulos	Quantidade de Exemplares
Artigo digital	-	-
CD	5	5
CD-ROM	71	204
TARGET (Normas ABNT e Mercosul)	18365	18365
DVD	85	109
E-book	0	0
Biblioteca Virtual Universitária	13813	13813
Livro impresso	2516	8371
HQ/Mangas	35	419
Manual	0	0
Folhetos	3	4
Normas impressas	5	7
Jornais	0	0
Revistas	*40	286
Periódicos	*25	320
Periódicos CAPES/BASES DE DADOS	26	26
Referência	8	50
TCC – CD-ROM	23	26
TCC – impresso	29	30
TCC – digital	0	0
Teses	2	2

Dissertação	2	2
Total	34988	42039

Fonte: Biblioteca IFSP Registro 2022 – 29/07/2022.

Possui um acervo de aproximadamente 34.988 títulos e 42.039 exemplares entre livros, periódicos, revistas, jornais, base de dados, normas e multimídias nas diferentes áreas do conhecimento; todos os itens do acervo físico encontram-se catalogados e classificados segundo os códigos *Anglo-American Cataloguing Rules- AACR2R*, Classificação Decimal de Dewey - CDD (23 ed.) e Tabela Cutter Sanborn, gerenciados e disponibilizados no Catálogo Pergamum (*software*) via consulta online.

Conta com o acesso a Base de Dados dos Periódicos da Capes em suas dependências ou via Acesso Café de forma remota, acesso as Normas da ABNT via Target GEDWeb, Biblioteca Virtual da Pearson. É importante ressaltar que a Biblioteca disponibiliza treinamentos em grupo e individuais para uso de seus produtos.

2.9 Equipe escolar

Apresentada a estrutura física do campus, cumpre caracterizar o quadro de servidores. As tabelas a seguir descrevem o quantitativo de servidores por segmento, em exercício, afastados ou substitutos, além do tipo de formação. Ademais, apresenta-se a estrutura organizacional e os servidores responsáveis por cada coordenadoria/diretoria.

Quantidade de Servidores Efetivos do Campus Registro	
Categoria	Quantidade
Docentes	67
Técnicos Administrativos em Educação (TAEs)	42
Total	109

Dados de 30.11.2022 – SUAP

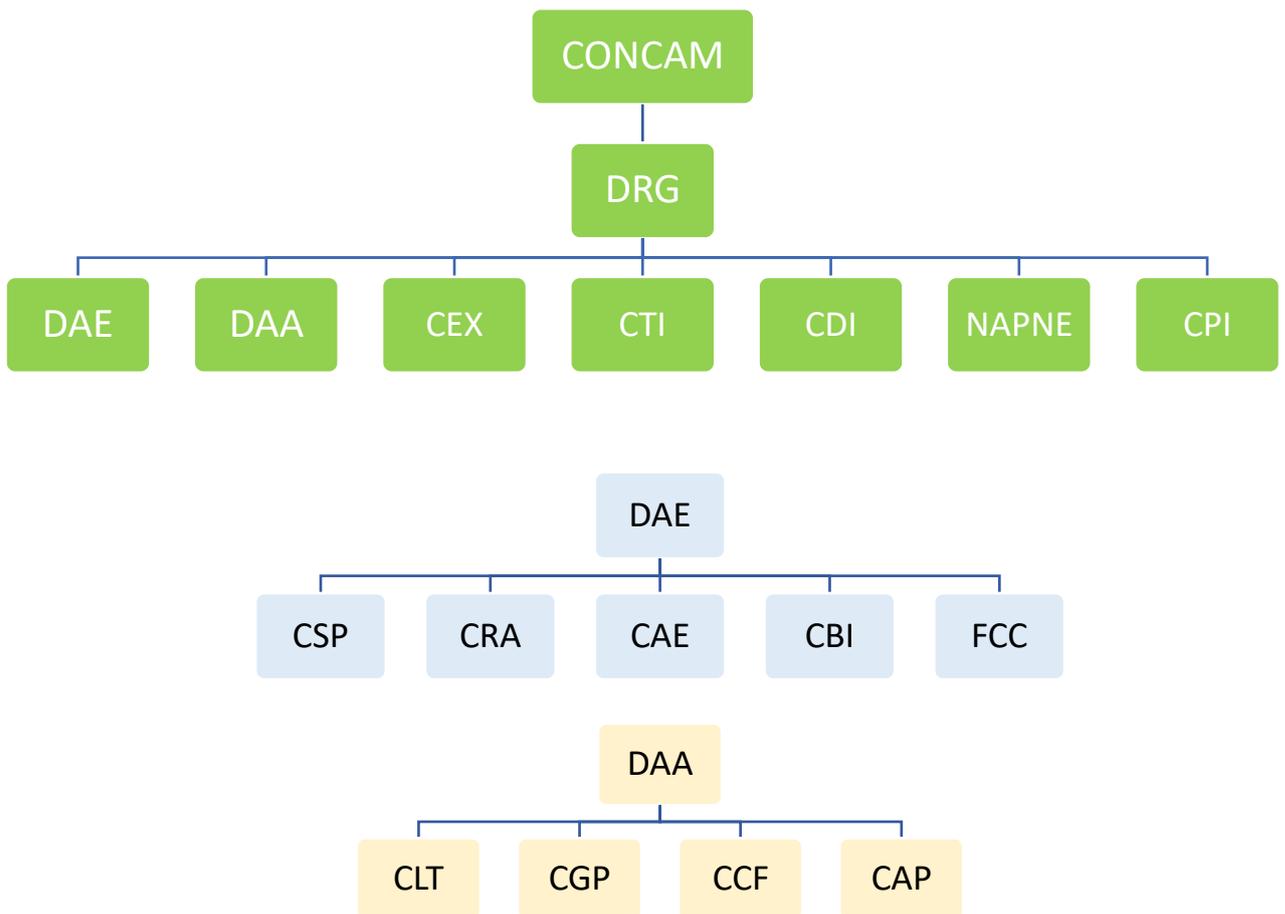
Titulação dos Docentes Efetivos do Campus Registro	
Formação	Quantidade
Doutorado	21
Mestrado	40
Especialistas	6

Dados de 30.11.2022 – SUAP

Titulação dos TAEs	
Formação	Quantidade
Doutorado	2
Mestrado	8
Graduação	27
Ensino Médio	3

Dados de 30.11.2022

2.10 Estrutura Organizacional



2.10.1 Diretorias e coordenadorias sob o comando do Diretor Geral

Cargo	Sigla	Servidor
Diretor Geral	DRG	Anibal Takeshiro Fukamati
Coordenadoria de Tecnologia da Informação	CTI	Bruno Ponsoni Costa
Coordenadoria de apoio à direção	CDI	Janaina Nascimento Freitas
Diretoria Adjunta em administração	DAA	Jonatas Costa
Diretoria Adjunta Educacional	DAE	Márcio Lucio Rodrigues
Coordenadoria de Extensão	CEX	Ernani José Fortunato Lisboa Enke
Coordenadoria de Pesquisa e Inovação	CPI	Michelle de Oliveira Parreira Ruwer
Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	NAPNE	Heleni <u>Souza Dos Santos Ferreira</u>

2.10.2 Coordenadorias sob comando do DAA – Jonatas Costa

Cargo	Sigla	Servidor
Licitações e Contratos	CLT	Hamilton Trigo Rollo Junior
Manutenção, Almoxarifado e Patrimônio	CAP	Fernando Jose dos Santos Silva
Contabilidade e Finanças	CCF	Fábio Azevedo Pereira
Gestão de Pessoas	CGP	Pedro Moratto Filho

2.10.3 Coordenadorias sob comando do DAE – Márcio Lucio Rodrigues

Cargo	Sigla	Servidor
Registros Acadêmicos – CRA	CRA	Amanda Martins

Apoio ao Ensino – CAE	CAE	Juliano Wagner Custódio Rodrigues
Sociopedagógico – CSP	CSP	Fábio Cardoso Junior
Biblioteca – CBI	CBI	João Fabrício Pereira de Souza

2.10.4 Coordenação dos Cursos

Curso	Coordenador
Engenharia de Produção	Sherfis Gibran Ruwer
Licenciatura em Física	Ivelton Soares da Silva
Licenciatura em Pedagogia	João Henrique Candido de Moura
Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Edificações Concomitante/Subsequente	Rodrigo Andrade da Cruz
Técnico em Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Mecatrônica Concomitante/Subsequente	Daniel de Carvalho Secco
Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Logística Concomitante/Subsequente	André Luis Tessaro

CAPÍTULO 3 - PRESSUPOSTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO CAMPUS

Este capítulo apresenta os pressupostos políticos e pedagógicos do Campus Registro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

3.1 Ética, cidadania, mundo do trabalho e inclusão social.

O desenvolvimento real do educando depende, em grande medida, do pressuposto antropológico assumido e defendido pela instituição de ensino. Desta forma, uma educação focada também no desenvolvimento da criatividade, supõe uma visão, a priori, de ser humano, de educando, como um ser potencialmente criativo, independentemente de fatores genéticos ou condições pré-estabelecidas. Este ser potencialmente criativo, assim o é, exatamente como também é potencialmente social, afetivo, cognitivo e autônomo. Como conceitua Frankl (2014), na sua visão antropológica, um ser bio-psico-socio-espiritual. Ao educando, ser integral, deve ser assegurado o direito do seu pleno desenvolvimento, inclusive o da criatividade, que, para Frankl (2014), jaz na dimensão espiritual (não no sentido teológico, mas no sentido psicológico) que para ele é o centro da autonomia do ser (que vai além dos mecanismos intrapsíquicos determinísticos Freudianos) e é também associado à capacidade universal, potencial que todo indivíduo possui de dar algo de si para o outro e para o mundo. Nesta perspectiva, esta capacidade criativa, por sua vez, não pode ser setORIZADA numa única forma de inteligência; pois, como aprendemos com Gardner (1994), existem criatividades nas áreas linguísticas, lógico-matemática, visual espacial, sonora, cinestésico-corporal, naturalista, intra e interpessoal. Por conseguinte, uma apologia do ser integral, para não ser retórica precisa iluminar logicamente a prática pedagógica.

Para Arendt (2010), “a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens”. É necessário, portanto, que rechacemos a uniformização do educando – corolário da educação centrado no professor e na visão da tábula rasa – obviamente porque é anti criativa, acrítica, negativamente conservadora e focada em duas únicas formas de inteligência, a saber, a linguística e lógica matemática. Não é possível conciliar na prática uma educação uniformizante com uma educação que pretenda desenvolver a criatividade do educando, a autonomia crítica e a inovação. Uma visão filosófica integral do ser humano, destarte,

não pode prescindir de uma prática pedagógica personalizada; todavia é imperativo que não confundamos pedagogia personalizada com prática pedagógica individualizada. Na primeira, utilizamos os recursos teóricos e didáticos universalizados pela ciência pedagógica, psicologia do desenvolvimento, sociologia, biologia e pela filosofia para promover o pleno desenvolvimento da PERSONALIDADE do educando, subtraindo todos os reducionismos: ativistas, instrucionistas, tecnicistas, etc.; enquanto na segunda, de fato, trata-se de educação restrita ao indivíduo em particular, mas com foco instrucionista. Victor Garcia Hoz (1987), um dos maiores expoentes da educação personalizada, nos esclarece que para atendermos a personalidade e suas potencialidades, precisamos unificar os objetivos educacionais em torno dos conceitos universais que refletem a unidade antropológica estrutural do indivíduo que para o autor é a convivência e a atividade e, estas, por sua vez, integradas intrinsecamente à finalidade da educação. No primeiro detectamos o núcleo de desenvolvimento de conhecimentos e habilidades (aprender a conhecer), competências (aprender a fazer) e valores sociais (aprender a ser e a conviver desenvolvendo valores sociais como: a generosidade, a justiça, a sinceridade, etc.); no segundo, detectamos o núcleo de desenvolvimento de conhecimentos e habilidades (aprender a conhecer), competências (aprender a fazer) e valores individuais (aprender a ser e a conviver desenvolvendo valores individuais como a vontade, a responsabilidade, a autonomia, entre outros). As duas são integradas à obra bem feita – trabalhos que primem pelo “desenvolvimento criativo da inteligência” e pelo “desenvolvimento da inteligência criativa” – favorecendo, além da integração entre os saberes e o desenvolvimento proximal do educando na linha de Vygotsky (1991) a busca da alegria pela satisfação produzida pela concretização da obra bem feita. Segundo Hoz (1987) a alegria é a finalidade da educação que consiste em ser um “[...] estado de ânimo satisfatório e expansivo promovido pelo conhecimento racional da posse ou esperança de um bem.” Neste caso o bem é a própria obra bem feita, materializada através da atividade e convivência escolar. Trata-se, afinal, de educação centrada na “pessoa humana” para transformar informações em conhecimentos significativos e estes, por sua vez, em sentido de vida. Como nos lembra Antunes (2014), se queremos, de fato, uma educação e não adiestramento, precisamos conduzi-la pelos caminhos das habilidades operatórias (valorar, raciocinar, comparar, sintetizar, criar, etc.) indo além da memória de curto prazo, mas através dela também, alcançar o córtex pré-frontal, neurologicamente, o centro da criatividade. Também segundo Antunes (2014, p. 18),

Se, por exemplo, lemos uma poesia aos alunos, solicitando-lhes sua repetição,

estimula-se apenas uma ação cerebral, mas quando se solicita que comparem, analisem, sintetizem, descrevam, classifiquem essa poesia, existem estímulos diferentes propondo diferentes ações e, desta forma, tornam bem mais acessível sua transformação em conhecimento.

Além dos conhecimentos teóricos, os valores não podem ser verdadeiramente desenvolvidos se não forem vivenciados; daí o recurso filosófico e didático da **obra bem feita**. Isto não quer dizer, entretanto, que não podemos usar o recurso da aula expositiva, mas que não devemos limitar o processo de ensino - aprendizagem somente a uma reprodução *ipsis litteris*, por sua própria natureza, mecânica e anti-criativa. A aula expositiva pode ser um instrumento de transmissão passiva de conceitos, mas pode também funcionar como um laboratório de construção ativa de conceitos através do diálogo, do debate e da interação criativa. O fato é que existe no processo de ensino-aprendizagem uma janela heurística em situações problemas postos pedagogicamente que, por sua vez, estão à espera da mediação competente do professor e da ação protagonista do educando na construção criativa do saber. Ele deve receber o impulso inicial em uma aula expositiva, possivelmente; o desenvolvimento, entretanto, pode ir além do espaço físico da sala de aula e ser reconstruído em novos contextos físicos e mentais. Uma mesma ideia pode ser recontextualizada criativamente de forma matemática, linguística, espacial, musical, naturalista, inter-relacional e intrarrelacional, de forma a construir nos educandos conhecimentos significativos.

3.1.1 Mundo do trabalho

O trabalho é um dos fatores primordiais na vida do ser humano, seja como realidade no tempo presente ou como projeto de futuro. Nesse aspecto, a educação assume papel essencial no que diz respeito à preparação do indivíduo para o mundo do trabalho, tornando a relação educação e trabalho indissociável para o enfrentamento das questões sociais do mundo moderno.

Dada a sua importância, o trabalho está presente em todo processo educacional da pessoa humana, conforme consta no arcabouço legal da nossa legislação do ensino (Lei Nº 9394/96), segundo o qual consta no art. 35:

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de

ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Corrochano (2014, p. 207), afirma que, além disso, “a integração entre educação, e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura deve constituir a base da proposta e do desenvolvimento curricular”, pois propiciam a aquisição de conhecimento que contribuem para o seu desenvolvimento humano.

Assim para a construção de um projeto pedagógico que valoriza e reconhece a dinâmica da sociedade como um todo, deve-se compreender o trabalho sob as perspectivas: 1) ontológica, de transformação da natureza, considerada como uma prática inerente ao ser humano, como forma pela qual produz a sua própria existência na relação com a natureza e com os outros e, assim, produz conhecimentos; e 2) histórica, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana no capitalismo, ou seja, como categoria econômica e prática produtiva, que baseadas em conhecimentos existentes, produzem novos conhecimentos.

Na perspectiva ontológica, o trabalho é princípio educativo à medida que propicia o entendimento do processo histórico de produção científica e tecnológica, como produção de conhecimento e apropriados pela sociedade para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. No sentido histórico, é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos componentes da sociedade no trabalho coletivo e produtivo.

Assim sendo, se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitam compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido da força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão a atuação autônoma e consciente na dinâmica econômica do mundo atual.

Atuando diretamente no processo formativo das pessoas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Registro, contribui na formação dos futuros profissionais do país, e, portanto, preocupa-se constantemente nessa relação entre educação e trabalho, tendo como objetivo norteador formar cidadãos efetivamente preparados para o mundo do trabalho e não apenas para o mercado de trabalho que se

limita somente a desenvolver funções técnicas. Nesse contexto, com a missão de formar cidadãos com visão de mundo é que o Campus Registro se propõe a envidar esforços para que seus egressos sejam acolhidos no mundo do trabalho.

3.1 Gestão Democrática

A gestão democrática é um dos princípios fundamentos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Registro. Caracteriza-se pela participação efetiva de todos os envolvidos e interessados nas deliberações do Campus: Docentes, Diretores, Equipe Pedagógica, Técnicos Administrativos, pais e alunos. A perspectiva de Dourado (2003) sobre a gestão democrática da escola pública reforça o elo entre esta e a participação, enquanto prática social de exercício da cidadania, considerando-se os direitos cidadãos o substrato da democracia. No seu entendimento, a gestão democrática da escola pública significa o processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do "jogo" democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas.

Gracindo (1995) define a gestão democrática como aquela capaz de desenvolver processos e objetivos na delimitação de suas políticas, na elaboração de seus planejamentos e no desenvolvimento de sua gestão, fazendo-se necessário o exercício de práticas construtivas dessa gestão no sistema educacional. De acordo com a autora, essas práticas devem envolver: a escolha de dirigentes pela comunidade escolar e local, a forma colegiada e descentralizada de administração, a relação entre a Instituição de ensino e a comunidade com a conseqüente participação popular nas decisões, a liberdade e transparência das informações propiciadas aos discentes, docentes e demais servidores para organização de associações e grupos representativos em todas as instâncias do Campus Registro.

3.2 Processo de ensino e aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem no ambiente educacional deve ser construído, tendo como ponto de partida os conhecimentos prévios dos alunos acerca dos conteúdos propostos. Para isso é importante que os professores conheçam o nível de

desenvolvimento dos alunos a fim de alcançar o ponto de chegada que são os objetivos estabelecidos no projeto do curso.

O acompanhamento do professor como um mediador no processo de aprendizagem é imprescindível para a conquista do desenvolvimento dos conhecimentos trabalhados. Segundo Vygotsky (1991), o único bom ensino é aquele que adianta o conhecimento e o professor é fundamental para esses avanços. Pois, sem a colaboração do professor não ocorreriam espontaneamente.

O envolvimento entre alunos/alunos, alunos/professores, a interação social, demonstração, assistência, acompanhamento, instruções, reflexões e motivação, são elementos necessários no processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Schön (2000), um estudante pode refletir sobre suas ações com o objetivo de descobrir aquilo que ajuda ou prejudica sua aprendizagem. Qualquer interação social integrada no contexto realmente voltada para a promoção da aprendizagem e desenvolvimento poderá ser utilizada, portanto, de forma positiva no contexto escolar.

Reportando ainda a Schön (2000), pode-se afirmar que os alunos aprendem fazendo, enquanto o professor exerce o papel de orientador, tendo como principais atividades demonstrar, aconselhar, questionar e criticar.

Para Huertas (2001), motivação é um processo e, para desencadeá-lo, o aluno precisa encontrar motivos ou significados. Por isso é necessário conhecer as causas e os motivos que levam os alunos a aprender. Conhecer, compartilhar e refletir sobre o perfil dos discentes, sobre o processo de ensino/aprendizagem é fundamental no ambiente educacional e, para tanto, se faz necessário o diálogo entre os docentes, suas disciplinas, suas metodologias, a troca de experiência para uma instituição integradora e comprometida com o bem comum e a formação integral dos seus estudantes.

Para garantir ações motivadoras e discutir aquelas que permeiam o processo de ensino-aprendizagem, no Campus Registro são utilizados os espaços nas reuniões de planejamentos semestrais, nas reuniões semanais dos cursos entre o coordenador, docentes e, quando necessário, a equipe da Coordenação Sociopedagógica do Campus (CSP) e reuniões entre a Diretoria Adjunta de Ensino, coordenação de cursos, Coordenadoria Sociopedagógica, Coordenadoria de Apoio ao Ensino, Coordenadoria de Biblioteca e Coordenadoria de Registros Acadêmico Além disso, há encontros mensais organizados pela equipe de formação continuada e do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) do Campus Registro, os conselhos pedagógicos bimestrais, Comissão para Elaboração e Implementação de Projetos

Pedagógicos dos Cursos de Educação Básica (CEIC's), Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiados dos Cursos Superiores e reuniões extras sempre que há uma necessidade emergencial.

3.2.1 Metodologias de ensino

A educação, bem como o processo educativo, deve ser direcionada por metodologias, compreendidas como um conjunto de procedimentos didáticos, representados por métodos e práticas de ensino, esses são utilizados com intuito de alcançar objetivos do ensino e aprendizagem, com o maior rendimento possível, que permitam atender aos objetivos propostos pelos docentes em seu plano de ensino.

No campus Registro são valorizadas as metodologias que contemplem o desenvolvimento das atividades em grupo, para que sejam reforçadas as relações interpessoais, a valorização dos conhecimentos prévios trazidos da realidade de cada um sobre os conhecimentos que serão desenvolvidos na instituição de ensino, prezando-se, também, por uma aprendizagem significativa e contextualizada, pois, dificilmente o interesse do aluno será despertado por informações que não tenham relação com seu arquivo de experiências, com seu cotidiano ou que não sejam significativas para ele.

Na concepção de Veiga (2002), o professor não pode mais ser aquele que apresenta uma didática definida com papel de apenas ensinar o conteúdo, ele deve assumir seu papel de mentor e facilitador, deve priorizar e intermediar o acesso do aluno à informação. Com isso, suas técnicas devem ser aprimoradas constantemente e seus métodos e metodologias de ensino, conseqüentemente, atender às necessidades que vão surgindo.

O professor mediador raramente responde as perguntas. Ao contrário, utiliza seus conhecimentos para o surgimento de outros questionamentos que, de modo indutivo, levem os estudantes a descobrirem, eles próprios, o caminho para as respostas. De forma dialógica promove reflexões que incentive os alunos a perceberem quando estão equivocados com os pensamentos e reformula suas perguntas de modo a induzir aproximações sucessivas à resposta correta. Nunca pode ser negligenciado o papel da segurança do aluno no processo de aprendizagem.

Assim, a metodologia do trabalho pedagógico com os conteúdos no campus Registro apresenta grande diversidade, variando de acordo com as necessidades dos

estudantes, o perfil do grupo/classe, as especificidades da disciplina, o trabalho do professor, dentre outras variáveis, podendo envolver: aulas expositivas dialogadas com uso de slides e vídeos, explicação dos conteúdos, exploração dos procedimentos, demonstrações, leitura programada de textos, análise de situações-problema, esclarecimento de dúvidas e realização de atividades individuais, em grupo ou coletivas. Além disso, ocorrem as aulas práticas em laboratório, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, os estudos de campo e as visitas técnicas.

Além disso, prevê-se a utilização de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), tais como web aulas, videoaulas, webinars, gravação de áudio e vídeo, práticas e técnicas com uso de laboratórios virtuais, sistemas multimídias para desenvolvimento de materiais e instrumentos, grupos de discussão em redes sociais, fóruns eletrônicos, construção de blogs e Wikis, encontros via chats, videoconferência para debates/discussões, e estratégias didáticas de comunicação e colaboração.

Reconhecendo e valorizando o dinamismo tecnológico atual internalizado, bem como o incentivo pelo desenvolvimento do saber, os cursos mantêm os planos de ensino contextualizados, amparados pela flexibilidade curricular e pela valorização da autonomia de aprendizado do aluno, tendo como referência as contextualizações profissionais.

Além disso, como já mencionado, utilizam-se metodologias ativas de ensino para que o discente possa multiplicar e aumentar sua capacidade de integração nos diversos eixos de conhecimento da área educacional.

A cada semestre, o professor planeja o desenvolvimento da disciplina, organizando a metodologia de cada aula/conteúdo, de acordo com as especificidades do plano de ensino. O conteúdo é priorizado no sentido de sua construção e de sua apropriação exigindo com isso que as metodologias para o ensino-aprendizagem e as técnicas de trabalho individual e coletivo sejam adaptadas a estes conteúdos e às necessidades dos alunos. A acessibilidade não está apenas na arquitetura ou no uso de tecnologias assistivas, está também na ação docente que elabora seu trabalho pedagógico de modo diversificado com vistas à aprendizagem, os docentes elaboram um Plano Educacional Individualizado (PEI).

O conhecimento é uma construção social e histórica, mas também é direito de todo cidadão e tendo isso em mente, os docentes adaptam seus planos de ensino e assim

viabilizam a inclusão educacional de todos os estudantes, promovem a diversificação curricular, flexibilizam o tempo das atividades, transformam-as de avaliativas em formativas e de aprendizagem, buscam a variedade de recursos necessários para levar a cabo o centro e o ponto fundamental de sua ação pedagógica que é o crescimento dos alunos, sua formação geral e específica, sua inserção no mundo do trabalho e a tomada de consciência de seu papel formador como futuro professor e de seu papel social como cidadão atuante na transformação social.

A acessibilidade metodológica também está manifesta em ações institucionais pautadas por políticas de acesso, permanência e êxito dos alunos, com ou sem deficiência, com ou sem vulnerabilidade social, com ou sem necessidades específicas de aprendizagem; além disto, a instituição estimula e apoia as ações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) e do Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS).

Em seu conceito, a Acessibilidade Metodológica visa à eliminação de barreiras nos métodos e técnicas de estudos (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística, etc.) e de educação familiar. O trabalho docente viabiliza suas ações no sentido de atingir este objetivo e de promover a aprendizagem, a inclusão, a reflexão e a ação no mundo de modo a contribuir para que todos os alunos possam se desenvolver como pessoas.

3.2.2 Avaliação

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, pretende-se descrever neste item o processo de avaliação da aprendizagem para os cursos do Campus Registro.

A avaliação do processo de aprendizagem dos(as) estudantes deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Além disso, deve,

também, ser realizada de forma sistemática e processual, norteada pelo caráter diagnóstico e formativo, pressupondo a contextualização do conhecimento e possibilitando ao (à) docente avaliar sua prática e ao (à) estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual e sua autonomia (IFSP, 2018).

Os componentes curriculares dos cursos preveem que as avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo e serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; relatórios; auto avaliação; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.

Os docentes deverão registrar, no diário de classe, no mínimo, dois instrumentos de avaliação. Os estudantes poderão fazer a reavaliação, conforme os critérios estabelecidos pela organização didática vigente no IFSP, na qual a reavaliação é o último mecanismo avaliativo que será realizado no formato de prova contemplando todos os conceitos e conteúdos estudados ao longo do componente curricular. Observa-se que pela especificidade única do componente curricular de projeto integrador a reavaliação poderá ser realizada de forma distinta, a critério do docente.

Os critérios de aprovação e retenção do estudante dos Cursos Técnicos e Graduação são regulamentados pela Organização Didática vigente no IFSP. A avaliação da aprendizagem deverá seguir os critérios da organização didática, sendo que as notas dos componentes curriculares devem ser concretizadas numa dimensão somativa, expressa por uma nota final, de 0 (zero) a 10 (dez), à exceção dos Estágios, Projeto Final de Curso, atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPAs) e componentes com características especiais. Assim, os componentes curriculares dos cursos possuem avaliações de caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo e são obtidas mediante a utilização de vários instrumentos avaliativos, inclusive, desenvolvidos em ambientes virtuais de aprendizagem Moodle, a critério do docente, tais como:

- a. Exercícios;
- b. Trabalhos individuais e/ou coletivos;
- c. Fichas de observações;
- d. Relatórios;

- e. Autoavaliação;
- f. Provas e testes escritos;
- g. Provas práticas;
- h. Provas orais;
- i. Seminários;
- j. Projetos interdisciplinares e outros.

Durante o processo ensino-aprendizagem devem ser previstas as recuperações contínua e paralela . A recuperação contínua será realizada no decorrer de todo o período letivo, com base nos resultados obtidos pelos(as) estudantes ao longo do processo de ensino e de aprendizagem e está inserida no trabalho pedagógico realizado no dia a dia da sala de aula. Decorre de avaliação diagnóstica de desempenho do(a) estudante, constituindo-se por intervenções imediatas, dirigidas às dificuldades específicas, assim que estas forem constatadas. A recuperação paralela será oferecida no decorrer do período letivo a partir da identificação das dificuldades dos(as) estudantes quando não apresentarem os progressos previstos em relação aos objetivos e metas/ competências e habilidades definidas para cada componente curricular. As atividades de recuperação paralela serão previstas em um plano elaborado pelo(a) docente responsável pelo componente curricular e serão realizadas em horário que privilegie o atendimento ao (à) estudante e que não coincida com as aulas regulares do seu curso. Tem como objetivo a melhoria na progressão dos(as) estudantes para que suas dificuldades sejam sanadas antes que passem para as etapas seguintes da vida escolar.

Ao pensar o processo avaliativo, é necessário considerar que ele não é um elemento isolado, mas sim, que forma, juntamente com o ensino e a aprendizagem um grupo essencial ao êxito educacional, assim sendo, segundo Both (2017), “O trinômio ensino-aprendizagem-avaliação permite ao aluno conhecer seu papel, tanto na família quanto na sociedade, como ser cooperador, criativo, participativo e corresponsável pela gradual elevação da qualidade de vida. E nós como educadores, não podemos nos furtar de dar essa oportunidade a ele.”

A partir do processo ensino-aprendizagem-avaliação o Instituto Federal de São Paulo - Campus Registro busca promover a educação integral de seus alunos, tornando-

os aptos ao exercício da cidadania e da integração ao mundo do trabalho, a partir dos conhecimentos e habilidades desenvolvidos ao longo do percurso escolar do estudante e avaliados constantemente por meio de diversos instrumentos.

No que se refere à avaliação, segundo Hoffman (2018), “(...) qualidade na concepção mediadora de avaliação é sinônimo de desenvolvimento máximo possível de cada um dos alunos, visando a um permanente “vir a ser”, sem limites preestabelecidos, embora com objetivos claramente delineados e desencadeadores da ação educativa.” Assim sendo, o educador assume a função de mediador do conhecimento, fazendo da avaliação uma ferramenta ímpar no desenvolvimento do educando.

Além disso, todos os procedimentos devem resultar em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, por intermédio da mediação do professor, com mecanismos que garantam sua natureza formativa.

Segundo Zabala (1998) a avaliação do processo ensino-aprendizagem deve abordar conteúdos factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais que se materializam a partir de diversas formas de avaliação e cabe ao educador selecionar a opção adequada ao que se pretende avaliar.

Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor serão explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do Plano de Ensino do componente. Ao estudante, será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como etapa do processo de ensino e aprendizagem. É importante salientar que no IFSP os alunos podem consultar os resultados de suas avaliações no sistema SUAP, permitindo assim que possam acompanhar seu progresso no curso.

Para assegurar a aprendizagem e o êxito nas avaliações, cada docente dos cursos disponibiliza horário de atendimento individualizado e/ou em grupo aos alunos em contraturno, mas de forma que possa também atender ao aluno-trabalhador, com o objetivo de sanar dúvidas pontuais. Neste sentido, o docente também elabora e propõe atividades que nivelem o conhecimento da turma às exigências dos conteúdos a serem trabalhados e que também sejam oportunidades de recuperar, reforçar e ampliar os conteúdos já trabalhados em aula, tanto teóricos como práticos.

As especificidades avaliativas de cada componente curricular se encontram registradas nos planos de aula.

No que diz respeito aos estudantes com necessidades específicas é realizado, em

parceria com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne), um estudo a partir do qual analisam-se as possibilidades e limitações do educando a fim de que o processo avaliativo seja coerente com as necessidades do aluno, apoiando o professor na escolha do melhor instrumento de avaliação a ser utilizado em cada caso.

Nesse aspecto, Mantoan (2015) cita que: “A avaliação muda de sentido para ser coerente com as inovações propostas pela inclusão. Acompanha-se o percurso de cada estudante do ponto de vista do seu desenvolvimento de seus conhecimentos para resolver problemas de toda a ordem, mobilizando conteúdos acadêmicos e outros meios que possam ser úteis para se chegar às soluções pretendidas; analisando-se os progressos apresentados pelos alunos na organização dos estudos, no tratamento das informações e na participação da vida social da escola.”

Dessa forma, o processo avaliativo dos alunos com necessidades específicas deve estar alinhado ao progresso dos estudantes ao longo do transcurso de seus processos educacionais, sempre considerando, ao eleger o instrumento avaliativo, as potencialidades e limitações dos educandos.

Como se vê, a avaliação de aprendizagem escolar tem um papel fundamental no processo ensino/aprendizagem tanto para os professores como para os alunos, pois, é preciso que se reflita sempre a respeito “de que” é “de quem” ela está a serviço. Como ação de transformação e de promoção social, a avaliação da aprendizagem escolar dá significado ao processo de ensino e aprendizagem e à relação professor-aluno. O Campus Registro é direcionado para um sistema avaliativo emancipatório, considerando que o exercício pedagógico transpassa uma pedagogia do ensino/aprendizagem, para tal concebemos a avaliação como guia que subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos alunos, tendo em vista garantir a qualidade do resultado que estamos construindo (LUCKESI, 2001).

3.3 Pesquisa

Um dos grandes desafios da educação está na busca de caminhos que possibilitem viabilizar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com a sociedade.

Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do

desenvolvimento de práticas investigativas intensificando-se até a geração de soluções técnicas e tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade e a preservação do meio ambiente.

O estabelecimento de políticas e ações para o planejamento e o desenvolvimento das atividades de pesquisa no Campus Registro deve considerar o desenvolvimento e fortalecimento das linhas, núcleos, programas e nos projetos de pesquisa científica (sejam linhas, núcleos, programas e projetos já existentes ou ainda a serem criados) quanto nos interesses da comunidade científica, da sociedade local e da regional. As ações institucionais devem ser norteadas por aspectos relacionais internos e externos e pelo uso social do conhecimento. Incluem, portanto, a responsabilidade social relativa à construção/produção do conhecimento, ao crescimento institucional, às mudanças e às possibilidades ocasionadas pelos avanços científicos e tecnológicos.

Segundo o Ministério da Educação (2008), cabem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, enquanto fomentadores do diálogo dentro de seu território, provocar a atitude de curiosidade e diálogo com o mundo numa atitude própria de pesquisa. O ato de pesquisar, nos Institutos Federais, é ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade.

O exercício da pesquisa é capaz de promover a independência intelectual e contribui diretamente na formação de cidadãos capazes de construir conhecimento ao longo da vida.

Nesse sentido, destaca-se a pesquisa como integrante da práxis pedagógicas – com atitudes respeitadas, ativas, processuais, críticas e reflexivas – ancoradas nos seguintes princípios:

- o científico, que se consolida em produção do conhecimento, via rigor, método e pesquisa científica;
- o educativo, que diz respeito à atitude de questionamento da realidade e de intervenção na sociedade, situando a pesquisa como princípio de formação;
- o da indissociabilidade, que propõe maior integração entre ensino, pesquisa e extensão; e
- o ético, que responde pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, regendo-se pelo respeito à dignidade da pessoa humana.

A pesquisa é uma atividade que tenciona contribuir para a produção do conhecimento em todas as suas dimensões. Por isso, é tão importante entendê-la como princípio educativo. Por transitar em diversos níveis e modalidades de atuação (da educação básica ao ensino superior), o Instituto apresenta peculiaridades que não podem ser desconsideradas, quando se trata de realizar pesquisas. Esse diferencial demonstra ser salutar a ampliação de atividades investigativas para os demais processos formativos internos. Possibilita-se, assim, que todos – servidores, alunos e demais parceiros – possam desenvolvê-las como incentivo à formação humana e acadêmico-científica, visto ser uma prática que agrega conceitos, como continuidade, ruptura, negação, aceitação, complementação, crítica, análise, reflexão, inovação, ampliação e difusão de saberes e de experiências à sociedade.

Acredita-se que realizar pesquisas é uma condição essencial para a validação do fazer de um instituto de educação profissional e tecnológica, convergindo, desse modo, para a aliança entre educação, ciência, tecnologia e desenvolvimento social. Instaura-se, portanto, uma política de pesquisa institucional que visa ao cultivo, à produção, à socialização e à difusão de saberes que, ao serem expandidos à sociedade, por meio do uso de mecanismos metodológicos de relevância social e científica na educação integral, podem transformar a realidade e melhorar a vida das pessoas.

Dessa forma as ações desenvolvidas pelo Campus Registro estão alinhadas com a política e ações da Pró Reitoria de Pesquisa, inovação e Pós-Graduação e seguem abaixo relacionadas:

- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (PIBIFSP)**, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsa paga com recursos institucionais. O bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Neste programa, como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente seu trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica do IFSP (PIVICT)**, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a

oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica sem ou com bolsa paga com recursos por meio de fundação de apoio ou por órgãos de fomento obtidos diretamente pelos pesquisadores. Da mesma forma, o bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. No final, que recebam certificado o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

- **Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI)** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente seu trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa de Bolsas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM)** do CNPq, por meio de cotas institucionais, tem, como finalidade, estimular os alunos do Ensino Médio e/ou Técnico nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. O programa oferece bolsas a esses alunos para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente seu trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC-AF (Ações Afirmativas)** é um programa do Governo Federal que tem como missão complementar as ações afirmativas já existentes nas universidades. Seu objetivo é oferecer aos alunos beneficiários dessas políticas a possibilidade de participação

em atividades acadêmicas de iniciação científica. O programa oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente os resultados de sua pesquisa em evento científico /tecnológico, o qual deverá contar com processo de análise do trabalho por pareceristas e publicação em anais com International Standard Serial Number (ISSN) ou International Standard Book Number (ISBN), e Participar do Congresso Anual de Iniciação Científica do IFSP (CONICT). No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

- **Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP (PIPECT)**, que concede passagens e diárias a servidores para participação e apresentação de trabalhos, com o nome do IFSP, em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais.
- **Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos (PIPDE) do IFSP**, que concede auxílio financeiro com recursos institucionais a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais, incluindo o Workshop de Negócios e Inovação.
- **O Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (CONICT)** é um evento promovido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), anual, científico e tecnológico. O congresso tem natureza multidisciplinar, integrando as principais áreas de conhecimento e promovendo a difusão da produção científica e tecnológica por meio de apresentações de pôsteres de trabalhos e resumos expandidos publicados em seus Anais (ISSN 2178-9959). Os alunos bolsistas de iniciação científica são motivados a participar do evento da Pró reitoria para apresentação de trabalhos.
- **A Feira de Ciências do Vale do Ribeira (FECIVALE)** é organizada por servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo,

Campus Registro, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Lançada em 2016, temos como objetivo contribuir para a ampliação, desenvolvimento e fortalecimento da ciência e tecnologia no Vale do Ribeira.

- **A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)**, tem por objetivo mobilizar a população em torno de temas e atividades de Ciência e Tecnologia (C&T), valorizando a criatividade, a atitude científica e a inovação. O evento tem a proposta de mostrar a importância da ciência e da tecnologia na vida de todos e para o desenvolvimento do país, oferecendo também uma oportunidade para a população brasileira conhecer e discutir os resultados, a relevância e os impactos da pesquisa científico-tecnológica, principalmente daquelas realizadas no Brasil, e suas aplicações. A SNCT é um evento anual e conta com a participação dos campi do IFSP.
- **O Workshop de Negócios e Inovação do IFSP**, que ocorre anualmente desde 2010 e tem como objetivo contribuir para a difusão da cultura de inovação no Estado de São Paulo, promovendo amplo debate com segmentos da sociedade sobre Inovação e Empreendedorismo. O Campus incentivando a participação dos alunos com os projetos de inovação, em 2016 o Campus ganhou o primeiro lugar com o projeto do alarme de carro pelo celular e em 2017 o Campus ficou em terceiro lugar como melhor projeto de inovação com o projeto iCare- aparelho para tratar o câncer.
- **Ação de incentivo à pesquisa via programas de pós-graduação:** através da abertura de programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* se pretende incentivar as atividades de pesquisa e publicação no IFSP.
- **Núcleo Incubador EMPREENDIF** é uma unidade de incubação, subordinada à Gestão Sistêmica da Incubadora do IFSP. Tem sua sede no Campus Registro do IFSP, e sua duração será por tempo indeterminado, considerando a Resolução nº 13/2019, de 02 de abril de 2019, que cria a Incubadora de Base Tecnológica do IFSP, a Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004 e o Decreto nº 9.283 de 7 de fevereiro de 2018. Tem por objetivos: *Apoiar e incubar empreendimentos e

empresas, de base tecnológica, de forma a propiciar ambientes e condições adequadas para o funcionamento, desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos. *Estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento; *Fomentar e auxiliar projetos que promovem inovações de base tecnológica em produtos, processos e serviços ou que levem a inovações organizacionais ou sociais, focando nas áreas tecnológicas e sociais de atuação do IFSP.

- **Agência de Inovação do IFSP (INOVA)**, a Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia do Instituto Federal de São Paulo (Inova-IFSP) foi implantada por meio da [Resolução nº 159, de 29 de novembro de 2017](#). Cabe à Agência gerir a política de inovação do IFSP e dar celeridade à tramitação de procedimentos e iniciativas que visem à inovação tecnológica, à proteção da propriedade intelectual, à transferência de tecnologia e ao empreendedorismo no âmbito do IFSP. Até então, as ações de proteção, transferência e gestão da propriedade intelectual inerente ou vinculada à criação ou à produção científica da Instituição eram executadas pelo Núcleo de Inovação Tecnológica - diretoria que hoje faz parte do Inova-IFSP. O Inova-IFSP conta ainda com o Conselho de Inovação Tecnológica (CIT), como órgão consultivo da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia, podendo deliberar em matérias cujas competências lhes tenham sido delegadas pelo Conselho Superior.
- **Promoção de eventos de popularização e divulgação da pesquisa, ciência e tecnologia:** o Campus realiza anualmente a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) e a Feira de Ciências do Vale do Ribeira (FECIVALE) que são abertas para o público externo das escolas do Vale do Ribeira para visitação e participação. Nesses eventos os alunos são estimulados a apresentar projetos tecnológicos e científicos. Durante essa semana de eventos são divulgadas as pesquisas cadastradas no campus para a comunidade por meio do evento **Painel de Pesquisadores**, implementados a partir de 2018.

3.4 Extensão

A Extensão é uma atividade finalística dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em conjunto com o Ensino e a Pesquisa, busca a democratização dos conhecimentos produzidos por essas instituições de ensino. Trata-se de uma dimensão educativa baseada na dialogicidade entre a comunidade interna (professores, técnicos administrativos e estudantes) e externa, tendo como pilar fundamental a troca de saberes entre esses diferentes agentes.

Neste sentido, a extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. (FORPROEXT, 2015.)

Extensão pode ser entendida como o conjunto de ações que visam proporcionar a inserção do IFSP (comunidade interna) na comunidade externa, isto é, ações que promovem a integração do IFSP com público externo, gerando a possibilidade de transformar a realidade social, local e regional. Pode assumir diversas formas, como cursos, oficinas, palestras, consultorias, projetos de intervenção social, programas de assistência técnica e tecnológica, entre outras, buscando contribuir para a formação de uma sociedade consciente e participativa, promovendo a difusão do conhecimento e acesso a cultura e ao desenvolvimento social, gerando dessa forma a possibilidade de transformar a realidade social, local e regional. Além disso, proporcionar aos estudantes uma formação mais completa, que inclui a prática do conhecimento e o contato com diferentes realidades sociais.

Assim, mais do que buscar a articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos locais, a Extensão deve estabelecer uma ponte entre a instituição e a sociedade para atender a demanda de um desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões: Social, Econômica, Cultural, Ecológica e Espacial (SACHS, 1993).

Potencializar a formação cidadã e profissional dos discentes através do fomento de ações que propiciem a interação com a sociedade, a vivência de diferentes realidades: sociais e culturais, ampliando sua visão de mundo e sua capacidade de compreensão e respeito pela diversidade. Tendo em vista que essa instituição deva cumprir seu princípio basilar e mantenedor da tríade ensino, pesquisa e extensão, tem como papel primordial promover o desenvolvimento social.

Promovendo a formação de um profissional cidadão, que não apenas domina os

conhecimentos técnicos da sua área, mas que também é engajado socialmente e tem compromisso com a transformação da sociedade, a instituição se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais. É através da extensão que ouvimos as vozes da comunidade e trocamos conhecimentos que podem modificar olhares que antes não estavam atentos às problemáticas social e humana que se localizam no campo de disputas estabelecidas no seio da sociedade (IFPB, 2017).

As diretrizes que orientam a implementação das atividades de extensão, também conhecidas como “Os 5 Is da Extensão”, são definidas pela Política Nacional de Extensão, sendo elas:

- Interação dialógica, que focaliza a relação entre o Instituto Federal e os diferentes setores sociais, superando, assim, o discurso da hegemonia acadêmica;
- Interdisciplinariedade e interprofissionalidade, visto que as ações de extensão são propostas de forma interdisciplinar visando à superação da dicotomia “generalização x especialização”, tendo em vista a complexidade da sociedade;
- Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, pois reafirma a extensão como processo acadêmico que adquire maior efetividade se aliada ao ensino (formação de pessoas) e à pesquisa (geração de conhecimento);
- Impacto na formação do estudante; considerando que a extensão constitui aporte decisivo para a formação do estudante, seja pela ampliação de seu universo de referência, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que envolvem o seu dia a dia; e
- Impacto e transformação social: a extensão é o mecanismo por meio do qual se estabelece a interação entre a sociedade e a Instituição, com vistas a uma atuação transformadora e propiciadora do desenvolvimento social e regional.

A Extensão deve estar contemplada no currículo dos cursos por meio de Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de Serviços. Outro aspecto interessante refere-se a normatização de um percentual mínimo de carga horária em atividades de extensão nos respectivos currículos, via Projeto Pedagógico do Curso, em relação ao total de créditos a serem cursados (segundo a legislação já estabelecida para as Universidades).

Neste sentido, a curricularização traz aspectos que contemplam uma melhor compreensão da Extensão como formadora do tripé, Ensino, Pesquisa e Extensão, evidenciando sua relevância no contexto das ações e missão dos Institutos Federais.

Ainda, com referência a internacionalização e tendências globais, as atividades de extensão passam a articular-se com a inserção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), associadas com o ensino, pesquisa e gestão institucional.

Em sua relação com o ensino, oferece elementos para transformações no processo pedagógico, onde docentes e discentes interagem como sujeitos no ato de ensinar e aprender, propiciando a socialização e a aplicação do saber acadêmico. Em sua relação com a pesquisa, busca articular/compartilhar o conhecimento produzido no IFSP com o conhecimento construído pela sociedade, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade como um todo.

A principal reflexão é a que nos leva a acreditar que este é o único caminho para uma formação integral, isto é, a construção de um profissional cidadão, consciente de suas capacidades profissionais e de seu papel transformador da sociedade.

Dessa forma, no campus Registro, a extensão caracteriza-se por um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a comunidade acadêmica do IFSP e diversos atores sociais, contribuindo para o processo formativo do educando e para o desenvolvimento regional dos territórios nos quais os campi se inserem. Indissociável ao Ensino e à Pesquisa, a Extensão configura-se como dimensão formativa que, por conseguinte, corrobora com a formação cidadã e integral dos estudantes.

Pautada na interdisciplinaridade, na interprofissionalidade, no protagonismo estudantil e no envolvimento ativo da comunidade externa, a Extensão propicia um espaço privilegiado de vivências e de trocas de experiências e saberes, promovendo a reflexão crítica dos envolvidos e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico, equitativo e sustentável.

As áreas temáticas da Extensão refletem seu caráter interdisciplinar, contemplando Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Assim, perpassam por diversas discussões que emergem na contemporaneidade como, por exemplo, a Diversidade Cultural.

As ações de extensão podem ser caracterizadas como programa, projeto, curso de extensão, evento e prestação de serviço. Todas devem ser desenvolvidas com a

comunidade externa e participação, com protagonismo, de estudantes. Além das ações, a Extensão é responsável por atividades que dialogam com o mundo do trabalho, na busca por oportunidades que gerem ações de extensão por meio do estabelecimento de parcerias com outras instituições e iniciativa privada, além do acompanhamento de egressos. Desse modo, a Extensão contribui para a democratização de debates e da produção de conhecimentos amplos e plurais no âmbito da educação profissional, pública e estatal.

Os servidores e discentes do Campus Registro, com o auxílio da Pró-reitora de Extensão (PRX) e da Coordenadoria de Extensão (CEX) do campus, têm organizado e participado de atividades de extensão voltadas para a inclusão social e a promoção do desenvolvimento regional sustentável como tarefas centrais a serem cumpridas, atentando para a diversidade cultural e defesa do meio ambiente, promovendo a interação do saber acadêmico e o popular, como eventos, palestras, cursos, projetos, encontros, visitas técnicas, entre outros.

A natureza dessas ações de extensão favorece o desenvolvimento de atividades que envolvam a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africanas, conforme exigência da Resolução CNE/CP N° 01/2004, além da Educação Ambiental, cuja obrigatoriedade está prevista na Lei 9.795/1999.

Os discentes, por meio de seu Centro Acadêmico, articulam ações de extensão por meio de trabalho voluntariado em cursinhos populares para preparação de candidatos de baixa renda para concursos públicos e processos seletivos para universidades.

Parcerias estão sendo estabelecidas, por meio de Acordos de Cooperação e Convênios, com o propósito de envolver a comunidade externa além do município de Registro, beneficiando o Vale do Ribeira, de forma mais ampla, visando o desenvolvimento regional, como previsto dentre os objetivos finalísticos dos Institutos Federais.

CAPÍTULO 4 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuírem para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste sentido o Campus Registro oferece os seguintes cursos:

4.1 Cursos Técnicos

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. Tem-se como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim se poderá contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, na forma de cursos integrados. Também podem ser organizados de modo concomitante/subsequente ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do campus, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os Institutos Federais.

Legitimando o compromisso com segmentos apartados do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Os cursos do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos e poderão ser articulados ao ensino fundamental ou ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Os cursos poderão ser oferecidos nos formatos presencial e/ou em forma de educação a distância (EAD).

4.1.1 Técnico Integrado ao Ensino Médio

Os cursos técnicos integrados ao ensino médio são oferecidos a quem já concluiu o Ensino Fundamental. Os cursos garantem tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Têm duração de 3 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

No Campus Registro são ofertados os Cursos Técnicos em: Edificações, Logística e Mecatrônica.

4.1.1.1 Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio

O curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio é oferecido de forma a garantir uma formação integrada entre o ensino médio, que é a etapa final da Educação Básica, e o ensino profissional e a preparação para o trabalho preconizado na legislação. Os conteúdos das áreas da Base Nacional Comum Curricular, de Linguagens, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Humanas estão alinhados diretamente aos conteúdos específicos relacionados ao perfil profissional do Técnico em Edificações, permitindo ao educando construir e relacionar conceitos de áreas diversas do conhecimento. Sabe-se que a área de construção civil tem grande potencial de influenciar uma extensa cadeia produtiva e no país é real a necessidade de profissionais qualificados na área, frequentemente marcada pela informalidade e precariedade das relações de trabalho. Assim, o curso pretende preparar o educando para o trabalho e a cidadania, formando profissionais capazes compreender o mundo do trabalho e sua relação com o desenvolvimento social e tecnológico do país, além de propiciar seu desenvolvimento como pessoa humana, incluindo a formação ética e a preparação para a autonomia intelectual e o pensamento crítico.

Os alunos egressos do curso Técnico em Edificações, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, estarão habilitados para desenvolver projetos de arquitetura, estrutura, instalações elétricas e hidrossanitárias de até 80m² de área construída; elaborar orçamentos de obras e serviços; planejar a execução dos serviços de construção e manutenção predial; executar obras e serviços de construção e manutenção predial; executar ensaios de materiais de construção, solos e controle tecnológico; conduzir planos de qualidade da construção, bem como coordenar a execução de serviços de manutenção de equipamentos e instalações em edificações.

4.1.1.1.1 Identificação do Curso

Curso Técnico em Edificações Na forma integrada ao Ensino Médio Eixo Tecnológico: Infraestrutura	
Campus	Registro
Modalidade	Presencial
Previsão de abertura do curso	2023
Turno	Integral
Duração	03 anos
Carga horária do Núcleo Estruturante Comum	2250 horas
Carga horária do Núcleo Estruturante Articulador	120 horas
Carga horária do Núcleo Estruturante Tecnológico	1140 horas
Carga horária do Projeto Integrador	150 horas
Estágio Curricular Supervisionado	optativo
Carga horária dos Componentes Optativos	120 horas
Carga horária mínima obrigatória	3510 horas
Carga horária máxima	3630 de horas
Duração da hora-aula	50 minutos
Duração do ano	36 semanas
Prazo máximo para integralização do curso	06 anos

4.1.1.2 Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio

O objetivo do curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio é formar um profissional para o exercício de suas funções de modo crítico, proativo e ético. Por extensão, pretende-se um profissional habilitado em bases científicas, tecnológicas e humanísticas, capaz da leitura do mundo social, político e econômico, e, do entendimento da importância do desenvolvimento sustentável. Esta formação visa um profissional que

agregue esses conhecimentos e entendimentos em sua vida e na realização dos procedimentos Técnicos de sua área de atuação, como transportes, armazenamento e distribuição das cadeias de suprimentos, agenda e programa de manutenção de máquinas e equipamentos, supervisão de processos de compras, recebimento, movimentação, expedição e distribuição de materiais e produtos, e, prestação de serviços de atendimento aos clientes.

4.1.1.2.1 Identificação do Curso

Curso Técnico em Logística na forma integrada ao Ensino Médio Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios	
Campus	Registro
Modalidade	Presencial
Previsão de abertura do curso	2023/1
Turno	Integral
Duração	3 anos
Carga horária do Núcleo Estruturante Comum	2400 horas
Carga horária do Núcleo Estruturante Articulador	90 horas
Carga horária do Núcleo Estruturante Tecnológico	750 horas
Carga horária do Projeto Integrador	60 horas
Estágio Curricular Supervisionado	150 horas
Carga horária dos Componentes Optativos	120 horas
Carga horária mínima obrigatória	3.240 horas
Carga horária máxima	3.360 horas
Duração da hora-aula	50 minutos
Duração do ano letivo	36 semanas
Prazo máximo para integralização do curso	6 anos

4.1.1.3 Técnico em Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio

Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Técnico em Mecatrônica está habilitado para atuar no projeto, execução e instalação de máquinas e equipamentos automatizados e sistemas robotizados, realizar manutenção, medições e testes dessas máquinas, equipamentos e sistemas conforme especificações técnicas, programar e operar essas máquinas, observando as normas de segurança. O egresso poderá atuar em indústrias, preferencialmente as de processos de fabricação contínuos, tais como petroquímicas, de alimentos e de energia; laboratório de controle de qualidade, de manutenção e pesquisa; empresas integradoras e prestadoras de serviço.

O Técnico em Mecatrônica atua na gestão da qualidade e produtividade, ciente das questões éticas e ambientais, de sustentabilidade e viabilidade técnico - econômica envolvidas nos processos industriais. Espera-se do egresso atitude de permanente atualização e investigação tecnológica.

4.1.1.3.1 Identificação do curso

Curso Técnico em Mecatrônica na forma integrada ao Ensino Médio Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais	
Campus	Registro
Modalidade	Presencial
Previsão de abertura do curso	2023
Turno	Integral
Duração	3 anos
Carga horária do Núcleo Estruturante Comum	2190 horas
Carga horária do Núcleo Estruturante Articulador	120 horas
Carga horária do Núcleo Estruturante Tecnológico	1140 horas
Carga horária do Projeto Integrador	180 horas
Estágio Curricular Supervisionado	Optativo
Carga horária dos Componentes Optativos	120 horas

Carga horária mínima obrigatória	3450 horas
Carga horária máxima	3570 horas
Duração da hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	18 semanas
Prazo máximo para integralização do curso	6 anos

4.1.2 Técnico Concomitante/Subsequente

O curso técnico de nível médio concomitante/subsequente é oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e tenha concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do ensino Médio. Tem duração mínima de 3 semestres e máximo de 4 semestres e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo da avaliação do histórico escolar do ensino fundamental.

No Campus Registro são ofertados os Cursos Técnicos em: Edificações, Logística e Mecatrônica.

4.1.2.1 Técnico em Edificações

O curso Técnico em Edificações Concomitante ou Subsequente ao Ensino Médio no Campus Registro, frequentemente um dos cursos mais concorridos do Estado, se justifica pelo potencial econômico e social que a formação de profissionais qualificados na área de construção civil apresenta. Sabe-se que a área de construção civil tem grande potencial de influenciar uma extensa cadeia produtiva e no país é real a necessidade de profissionais qualificados na área, frequentemente marcada pela informalidade e precariedade das relações de trabalho. A qualificação de profissionais para atuação no setor será decisiva na reorganização desse quadro, formando profissionais capazes compreender o mundo do trabalho e sua relação com o desenvolvimento social e tecnológico do país e contribuindo para a profissionalização e a criação de empregos na região.

Os alunos egressos do curso Técnico em Edificações, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, estarão habilitados para desenvolver projetos de arquitetura, estrutura, instalações elétricas e hidrossanitárias de até 80m² de área

construída; elaborar orçamentos de obras e serviços; planejar a execução dos serviços de construção e manutenção predial; executar obras e serviços de construção e manutenção predial; executar ensaios de materiais de construção, solos e controle tecnológico; conduzir planos de qualidade da construção, bem como coordenar a execução de serviços de manutenção de equipamentos e instalações em edificações.

4.1.2.1.1 Identificação do Curso

Curso Técnico em Edificações Na forma concomitante e subsequente ao Ensino Médio Eixo Tecnológico: Infraestrutura	
Campus	Registro
Modalidade	Presencial
Previsão de abertura do curso	2023/1
Turno	Noturno
Duração	4 semestres
Vagas semestrais	40 vagas
Vagas anuais	40 vagas
Carga horária do Projeto Integrador	126,6 horas
Estágio Curricular Supervisionado	Optativo
Carga horária dos Componentes Optativos	63,3 horas
Carga horária mínima obrigatória	1203,5 horas
Carga horária máxima	1266,9 horas
Duração da hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	19 semanas
Prazo máximo para integralização do curso	8 Semestres

4.1.2.2 Técnico em Logística

O objetivo do curso Técnico em Logística é formar um profissional para o exercício de suas funções de modo crítico, proativo e ético. Por extensão, pretende-se um profissional habilitado em bases científicas, tecnológicas e humanísticas, capaz da leitura do mundo social, político e econômico, e, do entendimento da importância do desenvolvimento sustentável. Esta formação visa um profissional que agregue esses conhecimentos e entendimentos em sua vida e na realização dos procedimentos Técnicos de sua área de atuação, tais como: transportes, armazenamento e distribuição das cadeias de suprimentos, agenda e programa de manutenção de máquinas e equipamentos, supervisão de processos de compras, recebimento, movimentação, expedição e distribuição de materiais e produtos, e, prestação de serviços de atendimento aos clientes.

Os alunos egressos do curso Técnico em Logística desenvolvem competências profissionais para operacionalizar a logística internacional, planejar e operacionalizar a produção, propor soluções inovadoras para a área, identificar oportunidades de negócios, operacionalizar ações integradas de marketing e vendas e de logística, identificar e operacionalizar custos logísticos e consolidar e integrar, no âmbito da cadeia logística, seus processos. Este profissional aplica os principais procedimentos de transporte, armazenamento e logística. Executa e agenda programa de manutenção de máquinas e equipamentos, compras, recebimento, armazenagem, movimentação, expedição e distribuição de materiais e produtos. Colabora na gestão de estoques. Presta atendimento aos clientes. Programa os procedimentos de qualidade, segurança e higiene do trabalho no sistema logístico.

4.1.1.2.1 Odentificação do Curso

Curso Técnico em Logística na forma concomitante e subsequente ao Ensino Médio: Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios	
Campus	Registro
Modalidade	Presencial
Previsão de abertura do curso	2023/1
Turno	Noturno
Duração	3 semestres
Vagas semestrais	40 vagas

Vagas anuais	80 vagas
Carga horária do Projeto Integrador	63,4 horas
Estágio Curricular Supervisionado Optativo	180 horas
Carga horária dos Componentes Optativos	31,7
Carga horária mínima obrigatória	839,7
Carga horária máxima	871,4
Duração da hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	19 semanas
Prazo máximo para integralização do curso	6 semestres

4.1.2.3 Técnicos em Mecatrônica

Os alunos egressos do curso Técnico em Mecatrônica estarão habilitados para atuar no projeto, execução e instalação de máquinas e equipamentos automatizados e sistemas robotizados, realizar manutenção, medições e testes dessas máquinas, equipamento e sistemas conforme especificações técnicas, programar e operar essas máquinas, observando as normas de segurança. O egresso poderá atuar em indústrias, preferencialmente as de processos de fabricação contínuos, tais como petroquímicas, de alimentos e de energia; laboratório de controle de qualidade, de manutenção e pesquisa; empresas integradoras e prestadoras de serviço. O Técnico em Mecatrônica atua na gestão da qualidade e produtividade, ciente das questões éticas e ambientais, de sustentabilidade e viabilidade técnica econômica envolvida nos processos industriais. Espera-se do egresso atitude de permanente atualização e investigação tecnológica.

4.1.2.3.1 Identificação do curso

Curso Técnico em Mecatrônica na forma concomitante e subsequente ao Ensino Médio . Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais	
Campus	Registro
Modalidade	Presencial
Turno	Noturno
Duração	4 semestres
Vagas semestrais	0
Vagas anuais	40 vagas
Carga horária do Projeto Integrador	31,7 horas
Carga horária dos Componentes Optativos	31,7 horas
Carga horária mínima obrigatória	1267,4 horas
Carga horária máxima	1299,1 horas
Duração da hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	19 semanas
Prazo máximo para integralização do curso	8 semestres

4.2 Graduação

No contexto dos cursos de *Licenciatura*, sua oferta visa atender as demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta dos cursos de Licenciatura, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se, também, nos cursos de Licenciatura, a importância do uso da pedagogia de projetos e da integração entre teoria e prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência. Neste sentido, é necessário articular os cursos de Licenciaturas de forma que em sua organização acadêmica tanto os conteúdos disciplinares como a formação específica para o exercício da docência na educação básica seja valorizada.

Já os cursos superiores de *Tecnologia* têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em

setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Apoiado na Resolução CNE/CP Nº 03, de 18/12/2002, orienta-se que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Para isso, a organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional da graduação em tecnologia.

Por fim, os cursos de *Bacharelado* se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

4.2.1 Licenciaturas

Os cursos destinam-se a preparar professores para atuarem na educação básica. As licenciaturas têm duração de 4 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC). Pelo disposto nos artigos 7º e 8º da Lei 11.892, os Institutos Federais devem ofertar o mínimo de 20% das vagas nesta modalidade. No Campus Registro são ofertados os cursos superiores de Licenciatura em Física e de Licenciatura em Pedagogia.

4.2.1.1 Licenciatura em Física

O licenciado em Física deve ser habilitado a dialogar sobre o conhecimento físico e as explicações sobre os fenômenos que regem a natureza. Ele é um educador preparado para desenvolver, de forma pedagogicamente consistente, o processo ensino-aprendizagem da Física Clássica, Moderna e Contemporânea, com domínio de seus princípios gerais e fundamentais, para descrever e explicar conceitos e leis físicas, para diagnosticar e propor soluções para problemas relacionados à Física ou que possam fazer uso de suas metodologias e técnicas para serem resolvidos, para integrar a Física com as outras áreas do conhecimento, respeitando suas particularidades, a fim de promover o desenvolvimento da cultura e da sociedade humana, com responsabilidade social e

ambiental. É um profissional preparado para atuar na Educação Básica de nível médio, em todas as suas modalidades e em diferentes ambientes, com conhecimento sólido na área da Física e com uma visão ampla de seu papel social como educador.

É um profissional capaz de refletir sobre sua prática, comprometido com a construção, a ampliação e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, engajado na promoção de novos paradigmas para a sociedade, fundamentados na equidade, na inclusão, no respeito à diversidade e na sustentabilidade. Este profissional tem desenvolvidas as competências relacionadas à capacidade dominar princípios gerais e fundamentais da Física, descrever e explicar fenômenos naturais, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios físicos gerais; diagnosticar, formular e encaminhar solução de problemas físicos, pelo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados.

Além disso, mantém-se atualizado para atender demandas que se apresentam à sua atuação profissional, sempre com uma postura ética e consciente de sua responsabilidade social, compreendendo a Ciência como conhecimento histórico, desenvolvido em diferentes contextos sócio-políticos, culturais e econômicos. É um profissional que, também, tem desenvolvidas habilidades gerais relacionadas à utilização da matemática como uma linguagem para a expressão dos fenômenos naturais; à resolução de problemas experimentais, capacidade para propor, elaborar e utilizar modelos físicos, bem como para a busca de soluções, utilização da linguagem científica e dos recursos da informática; capacidade aprender e reconhecer as relações do desenvolvimento da Física com outras áreas do saber, tecnologias e instâncias sociais bem como para apresentar resultados científicos em distintas formas de expressão.

Esse profissional tem desenvolvidas, também, habilidades e competências específicas, como planejamento e o desenvolvimento de diferentes experiências didáticas em Física; elaboração ou adaptação de materiais didáticos de diferentes naturezas, bem como a realização de experimentos em laboratórios, o uso o uso de equipamento de informática; realização de pesquisas bibliográficas, leitura de textos básicos da Física, elaboração de textos científicos e a elaboração de atividades de ensino.

Cabe salientar que o curso já passou pela avaliação do MEC e obteve nota 4. Pela proposta de formação de professores, assim como a Licenciatura em Pedagogia, o curso pode estabelecer parcerias com as redes públicas de ensino do Vale do Ribeira, o que se configura como uma importante forma de interação com a comunidade local e oportuno espaço de vivência profissional para os licenciandos através dos estágios.

4.2.1.1.1 Identificação do Curso

Curso: Licenciatura em Física	
Vigência desse PPC: 1º sem. / 2023	
Campus	Registro
Trâmite	Reformulação
Modalidade	Presencial
Eixo Tecnológico	Desenvolvimento Educacional e Social
Início de funcionamento do curso	1º semestre/2016
Resolução de Aprovação do Curso no IFSP	Resolução nº 61/2015, de 04 de agosto de 2015
Resolução de Reformulação do Curso no IFSP	Resolução de reformulação do curso no IFSP: nº 250/2023, de 07 de março de 2023
Parecer de Atualização	Não se aplica
Portaria de Reconhecimento do curso	PORTARIA Nº 889, DE 17 DE AGOSTO DE 2021 - PORTARIA Nº 873, DE 17 DE AGOSTO DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional
Turno	Noturno
Vagas semestrais	40
Vagas Anuais	40
Nº de semestres	8
Carga Horária Mínima Obrigatória	3.362,9
Carga Horária Optativa	0
Carga Horária Presencial	3.362,9
Carga Horária a Distância	0
Duração da Hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	19 semanas
Tempo mínimo de integralização do curso	8 semestres
Tempo máximo de integralização do curso	16 semestres

4.2.1.2 Licenciatura em Pedagogia

O curso de Licenciatura em Pedagogia visa formar profissionais para atuar no exercício da docência: na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas diferentes modalidades educacionais, na gestão escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, em uma perspectiva investigativa, inovadora, inclusiva e democrática.

O egresso do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSP - Campus Registro atua na docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas diferentes modalidades educacionais, a partir de uma abordagem crítico-reflexiva que reconhece a diversidade, promove a inclusão e constrói relações de cooperação entre a escola, a família e a comunidade. Atua na gestão escolar em uma perspectiva democrática, desenvolvendo trabalho coletivo e estabelecendo diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, valorizando os saberes docentes e contribuindo com o desenvolvimento profissional de todos.

O licenciado em Pedagogia reconhece os fundamentos da alfabetização e do letramento, relacionando os processos de aprendizagem e as múltiplas linguagens para a compreensão da realidade. Ensina de forma interdisciplinar levando em consideração as fases do desenvolvimento humano, além de produzir e difundir conhecimento científico e tecnológico no campo educacional. Estuda e aplica criticamente as legislações educacionais e políticas públicas, contribuindo com a melhora da educação brasileira em diferentes espaços escolares, formais e não formais.

4.2.1.2.1 Identificação do Curso

Curso: Licenciatura em Pedagogia	
Vigência desse PPC: 01/2023	
Campus	Registro
Trâmite	Reformulação
Modalidade	Presencial
Eixo Tecnológico	Desenvolvimento educacional e social
Início de funcionamento do curso	01/2021
Resolução de Aprovação do Curso no IFSP	Resolução 59/2020, de 1º de dezembro de 2020

Resolução de Reformulação do Curso no IFSP	Resolução 279/2023, de 07 de março de 2023
Parecer de Atualização	Não se aplica
Portaria de Reconhecimento do curso	Não se aplica
Turno	Noturno
Vagas semestrais	40
Vagas Anuais	40
Nº de semestres	8
Carga Horária Mínima Obrigatória	3.283,20
Carga Horária Optativa	0
Carga Horária Presencial	3.283,20
Carga Horária a Distância	0
Duração da Hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	19 semanas
Tempo mínimo de integralização do curso	8 semestres
Tempo máximo para integralização do curso	16 semestres

4.2.2 Tecnologia

Os cursos promovem a formação de profissionais em nível superior, que recebem formação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica. Os cursos têm duração mínima de 2 anos e máxima de 3 anos e meio e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

No Campus Registro ainda não é oferecido nenhum curso em Tecnologia.

4.2.3 Bacharelado

Promove a formação de bacharéis na área de ciências experimentais e tecnológicas para trabalhar tanto no setor produtivo, quanto no setor de pesquisa e desenvolvimento. O curso tem duração mínima de 5 anos e a forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

No Campus Registro é oferecido o curso de Bacharelado em Engenharia de Produção.

4.2.3.1 Bacharel em Engenharia de Produção ou Engenheiro de Produção

O curso visa formar engenheiros de produção com um perfil profissional com sólida formação científica e profissional, capaz de identificar, formular e solucionar problemas relacionados ao projeto, implantação, operação e melhoria de sistemas de produção de bens e serviços, considerando aspectos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

O egresso em Engenharia de Produção atua no projeto, implantação, operação, otimização e manutenção de sistemas integrados de produção de bens e serviços. Em sua atividade, incorpora aos setores produtivos, conceitos, técnicas e ferramentas; coordena e supervisiona equipes de trabalho; realiza pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica; executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em sua atuação, considera a ética, a segurança e os impactos socioambientais.

O bacharel em Engenharia de Produção é um profissional capaz de dimensionar recursos físicos, humanos e financeiros, baseando-se em eficiência e custos; modelar e simular sistemas de produção para a tomada de decisão; projetar e aperfeiçoar sistemas, processos e produtos, melhorando a funcionalidade; prever e gerenciar demandas e cenários produtivos; incorporar práticas e ferramentas de qualidade em produtos, processos e serviços; acompanhar os avanços tecnológicos na sociedade; analisar e adequar os sistemas produtivos ao ambiente natural, considerando a utilização de recursos escassos e disposição final de resíduos e rejeitos; utilizar indicadores de desempenho para monitoramento das ações; e gerenciar o fluxo de informações por meio de tecnologias adequadas. Trata-se de um profissional que precisa também ser criativo, flexível, ético,

ter iniciativa, capacidade de julgamento e tomada de decisão, ser apto a coordenar e atuar em equipes multidisciplinares e possuir habilidade em comunicação.

4.2.3.1.1 Identificação do Curso

Curso: BACHARELADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	
Vigência desse PPC: 1/ 2023	
Campus	Registro
Trâmite	Reformulação
Modalidade	Presencial
Eixo Tecnológico	Controle e Processos Industriais
Início de funcionamento do curso	01/2017
Resolução de Aprovação do Curso no IFSP	Resolução N° 105/2016 de 14 de outubro de 2016.
Resolução de Reformulação do Curso no IFSP	Resolução CONSUP 240/2023 de 07 de março de 2023.
Parecer de Atualização	Parecer CONEN 183/2022
Portaria de Reconhecimento do curso	-
Turno	Integral
Vagas semestrais	
Vagas Anuais	40
Nº de semestres	10
Carga Horária Mínima Obrigatória	3742 horas
Carga Horária Optativa	31,7 horas
Carga Horária Presencial	3742 horas
Carga Horária a Distância	
Duração da Hora-aula	50 minutos
Duração do semestre	19 semanas
Tempo mínimo de integralização do curso	16 semestres

4.3 Cursos de Pós-graduação

De acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia –, encontram-se entre suas finalidades e características: “qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; [...] realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; [...] promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente”. Ademais, entre os objetivos dos Institutos Federais, em observação às suas finalidades e características, é inferido o de ministrar “[...] e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica” (BRASIL, 2008).

O IFSP Campus Registro tem como proposta no PDI 2019-2023 o Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades, Ciência e Tecnologia e está em avaliação pela CAPES, com previsão de implementação em 2026. O objetivo do curso é propiciar ao mestrando um ambiente de investigação e reflexão sobre as práticas educativas, contribuindo para a produção do conhecimento em ensino nas diferentes ciências e para a formação de educadores e pesquisadores capazes de desenvolver o ensino e a pesquisa de alto nível, com foco nos conceitos científicos adequados às demandas da ciência e da tecnologia e ao contexto do seu ensino. Adicionalmente, busca-se aprimorar a qualificação profissional de professores que atuam nos diversos níveis de ensino (Educação Básica, Ensino Superior, Educação Técnica e Tecnológica).

4.4 PROEJA (Formação Inicial e Continuada)

O Programa de Integração da Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) destina-se a oferecer oportunidade de estudos para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao ensino fundamental II e ensino médio na idade regular,

sendo que a idade mínima para ingressar nos cursos do Proeja é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. O curso tem o tempo máximo de duração de 2 anos e o ingresso é por meio de Processo Seletivo Simplificado.

O Campus, tendo em vista a Lei nº 11.892/2008 que indica como um dos objetivos dos Institutos Federais a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores nas áreas de Educação Profissional e Tecnológica, buscará viabilizar parceria com a Diretoria de Ensino-Região de Registro (DER-Registro) da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE/SP), estuda a possibilidade de implantação a partir de 2026 num processo de revisão do PDI 2024-2028, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Formação Inicial e Continuada (Proeja FIC), conforme Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 e o Documento Base do Programa Proeja FIC (2007).

O Proeja FIC busca integrar a Formação Profissional Inicial e Continuada aos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo como objetivos a elevação da escolaridade, a possibilidade de continuidade dos estudos e a oferta de formação profissional para jovens e adultos. Esse programa propõe, a partir do Decreto 5.840/2006 (em substituição ao Decreto 5.478/2005) e dos Documentos Base, a integração entre formação geral e formação profissional na modalidade EJA. Assim, prevê uma matrícula única, em que o curso deve possuir currículo único, no sentido de contemplar a formação geral e a formação profissional unificada. Nessa perspectiva, o IFSP, em parceria com a DER-Registro, pretende com esse acordo garantir ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação cidadã de forma consciente.

Os cursos em estudos na modalidade de Formação Inicial e Continuada de Qualificação Profissional serão: Assistente Administrativo, Agroecologia e Instalador Eletricista de Baixa Tensão Integrado ao Ensino Fundamental II.

O curso de Formação Inicial e Continuada de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo ao Ensino Fundamental II do IFSP tem como objetivo formar profissionais capazes de atuar nos processos administrativos de empresas privadas e/ou públicas, executando atividades de apoio nas áreas de recursos humanos, finanças, produção, logística e vendas, observando os procedimentos operacionais e a legislação. O Curso de Formação Inicial e Continuada de Qualificação Profissional em Agroecologia Integrado ao Ensino Fundamental II visa a formação de profissionais competentes que atuem de forma técnica, ética e política, para enfrentar o desafio de trabalhar as questões

agroecológicas em ambientes rurais e urbanos, elevando a qualidade de vida das famílias e voltando-se para a produção de alimentos em harmonia com o meio ambiente, bem como, fortalecendo a relação do campo e da cidade. O curso de Formação Inicial e Continuada de Qualificação Profissional em Instalador Eletricista de Baixa Tensão Integrado ao Ensino Fundamental II do IFSP tem como objetivo geral oferecer qualificação profissional na qual o egresso seja capaz de atuar como Instalador Eletricista de Baixa Tensão e realizar concepção, desenvolvimento de projetos, manutenção e instalação de equipamentos elétricos em instalações prediais de forma ágil e eficiente, proporcionando a possibilidade de inserção ou reinserção do egresso no mercado de trabalho.

Capítulo 5 – Políticas e ações institucionais

Na característica do Campus Registro, tecida no contexto de reestruturação e expansão da rede de educação profissional e tecnológica, ressalta-se o compromisso da Instituição articular – em formas, níveis e modalidades educacionais variados e previstos na Lei 9394/96 (LDB) – ações de ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, discutem-se os mecanismos necessários à materialização desses fazeres institucionais, preconizados nas políticas e nas ações para tal fim. Também se reafirmam concepções, diretrizes e princípios orientadores do trabalho acadêmico, da gestão dos processos pedagógicos, do funcionamento institucional e das garantias das condições para a atuação.

Considera-se que toda política educacional se caracteriza pela forma de poder que se instaura no interior de cada um dos processos inerentes à implementação e ao desenvolvimento dessa política. Portanto, uma política educacional refere-se à definição de um projeto educativo em determinada sociedade, envolve as formas de planejamento, a definição da estrutura educacional e a organização pedagógica e administrativa, imbricando, dentre outros elementos pedagógicos, concepções de mundo, finalidades, intencionalidades e objetivos educacionais, encaminhamentos metodológicos e formação de pessoas. A política educacional organiza toda a estrutura da educação (do ministério às salas de aula).

Este capítulo reúne o conjunto de políticas e de ações educativas do IFSP – Campus Registro, traçado para as dimensões formativas em educação profissional, científica e tecnológica e tem como objetivo principal tanto explicitar as políticas e as ações institucionais quanto apresentá-las na forma de organização curricular.

O Campus realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as Políticas institucionais

5.1 Ações de apoio ao ensino e à aprendizagem

5.1.1 Atuação da Coordenadoria Sociopedagógica

No ano de 2014, por meio da Resolução IFSP Nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Essa consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais, e tem por objetivo assessorar

o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência e conclusão com êxito dos estudantes no IFSP, nas modalidades presencial e a distância.

Atualmente a Coordenação Sociopedagógica do Campus Registro está constituída além dos servidores instituídos pela Resolução IFSP Nº 138 de 04/11/2014, pelo Técnico em enfermagem, Nutricionista e Intérprete de Libras.

Essa coordenação de equipe multidisciplinar está diretamente vinculada à Diretora Adjunta de Ensino do Campus Registro e tem como atribuições:

- Acompanhar e implementar políticas em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino do IFSP;
- Acompanhar as deliberações dos conselhos consultivos e deliberativos e promover suas implementações;
- Apresentar à comunidade escolar as ações vinculadas à coordenadoria Sociopedagógica;
- Propor e promover ações de acolhimento e integração dos estudantes;
- Acompanhar os estudantes no processo de ensino-aprendizagem;
- Atender, orientar, encaminhar e acompanhar os estudantes e familiares no âmbito sociopsicoeducacional;
- Orientar os estudantes sobre os seus direitos e deveres como cidadãos;
- Reunir subsídios para a construção, elaboração, atualização e reformulação do Projeto Político-Pedagógico do Campus.
- Desenvolver, implantar e acompanhar programas e ações de apoio pedagógico, psicológico e social junto aos estudantes;
- Identificar demandas, promover propostas e ações de formação continuada de docentes e de servidores que atuem na área educacional;
- Orientar o corpo docente no que se refere às necessidades dos estudantes no processo de ensino/aprendizagem;
- Contribuir na ação docente quanto aos procedimentos pedagógicos;
- Elaborar instrumentos de pesquisas para compreender e analisar os motivos que levam à retenção e à evasão dos estudantes em parceria com outras instâncias do IFSP;
- Propor, implantar, acompanhar e avaliar propostas de prevenção e intervenção ao baixo rendimento, retenção e à evasão escolar;

- Propor e colaborar com ações inclusivas e adaptativas de acordo com as demandas identificadas do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE);
- Propor ações afirmativas de acordo com as demandas identificadas;
- Estabelecer parcerias para promoção de ações culturais e educativas na perspectiva da inclusão e do enfrentamento a preconceitos e valorização às diversidades;
- Articular parcerias para promoção à saúde do estudante;
- Participar na elaboração e execução de projetos, em parceria com outras instâncias do IFSP, com intuito de proporcionar formação integral aos estudantes;
- Acompanhar a implantação e o desenvolvimento do Programa de Assistência Estudantil;
- Participar e contribuir nas instâncias de planejamento pedagógico;
- Organizar e participar de reuniões com pais;
- Elaborar documentos e relatórios conforme instruções do campus e da Pró-reitora de Ensino;
- Dialogar com instâncias de representação estudantil, como grêmios, centros acadêmicos e representantes de salas;
- Promover e/ou participar da organização de encontros, palestras e seminários destinados à comunidade escolar.
- Realizar supervisão Pedagógica;
- Participar do Conselho de classe.

5.1.2 Recuperação contínua e paralela

A recuperação é oferecida aos estudantes da educação básica, proporcionando oportunidades diversificadas que assegurem condições favoráveis à superação das dificuldades encontradas no seu percurso escolar. A recuperação contínua está inserida no trabalho pedagógico realizado no dia a dia da sala de aula, constituindo-se por intervenções imediatas, dirigidas às dificuldades específicas assim que estas forem constatadas. Já a recuperação paralela é oferecida aos estudantes que não apresentarem os progressos previstos em relação aos objetivos e metas definidas para cada componente curricular, em horário que privilegie o atendimento ao estudante e que não coincida com as aulas regulares do seu curso.

O tratamento metodológico será utilizado de forma a tornar a participação ativa do aluno na descoberta e assimilação de idéias, o aluno será desafiado a refletir, discutir com o grupo, elaborar hipóteses e procedimentos, extrapolar as aplicações e enfrentar situações novas, possibilitando raciocínio e ação, onde o aluno irá estudar.

A avaliação será utilizada como mecanismo que ficará um diagnóstico do processo de aprendizagem do aluno, levantando elementos para corrigir distorções observadas nesse processo, assim tanto os progressos como as dificuldades de aprendizagem, serão refletidas e consideradas como parâmetros para replanejamento das ações pedagógicas.

5.1.3 Atendimento ao estudante

O atendimento ao estudante compreende horário semanal disponibilizado pelos docentes a todos os estudantes para sanar dúvidas, revisar conteúdos, orientar projetos e trabalhos acadêmicos, bem como acompanhar os estudos relacionados aos componentes curriculares ministrados pelo docente. O horário deverá publicado pelas Coordenações de curso e acompanhado pela Diretoria Adjunta Educacional.

5.1.4 Projetos de ensino

Os projetos de ensino são desenvolvidos por meio do Programa de Bolsa de Ensino, que tem por objetivo apoiar a participação dos estudantes em atividades acadêmicas e estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional. Os projetos são apresentados por meio de editais promovidos pelos Campus do IFSP, que indicam os critérios de seleção do bolsista e atividades a serem desenvolvidas sob a supervisão do docente orientador.

O Programa de Bolsa Discente é regulamentado com base na Resolução do Conselho Superior do IFSP N° 568, de 05 de abril de 2012 e na portaria N° 1254, de 27 de março de 2013.

Este programa visa a apoiar a participação de alunos em atividades acadêmicas de ensino e projetos de estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional do aluno em sua área de formação.

Constitui-se uma atividade optativa dentro dos cursos ofertados pelo IFSP- campus Registro, destinado ao aluno com matrícula e frequência regular, em curso com carga horária igual ou superior a 200 horas , que não possua vínculo empregatício e priorizando-se aqueles com bom rendimento escolar, que por meio de seleção, após a assinatura do termo de compromisso, irá executar atividades que complementam sua formação profissional, ética e social, sob orientação e acompanhamento do Professor responsável.

Os bolsistas exercerão suas atividades em regime de **no mínimo 15 (quinze) e no máximo 20 (vinte) horas semanais**, de acordo com o Projeto, sem qualquer vínculo empregatício com IFSP, ou acúmulo de outra modalidade de bolsa.

Os bolsistas deverão organizar seus horários de atividades, em comum acordo com o Professor responsável, não podendo tais horários coincidirem com suas atividades acadêmicas regulares.

Além da Bolsa Ensino e da Bolsa Discente, o IFSP campus Registro conta com mais dois programas relacionados ao ensino, que são o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica. Ambos os programas são financiados e coordenados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O PIBID é um programa da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes dos cursos de licenciatura sua inserção no cotidiano das escolas públicas de educação básica. Para o desenvolvimento dos projetos institucionais de iniciação à docência, o programa concede bolsas aos licenciandos, aos professores das escolas da rede pública de educação básica e aos professores das Instituições de Ensino Superior. O programa apresenta diversos objetivos, entre eles destacam-se o incentivo a formação de docentes em nível superior para a educação básica, a contribuição para a valorização do magistério, a contribuição para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura bem como a inserção dos licenciandos no cotidiano de escolas públicas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.

Já o Programa de Residência Pedagógica tem por finalidade fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da

educação básica nos cursos de licenciatura. Entre os objetivos do programa destacam-se a valorização da experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional, a contribuição para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos bem como a introdução da pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula.

5.1.5 Formação continuada de professores

Para DEPRESBITERIS (2011) é de responsabilidade das instituições de ensino formar o professor de modo contínuo e sistemático, não obstante nos cursos formais, porém na própria atuação na escola.

De mesmo modo, para Nóvoa (apud Depresbiteres, 2011), um dos aspectos que têm sido enfatizados na formação de professores práticos reflexivos, é a importância da reflexão sobre a prática para a construção do que se tem chamado de “conhecimento prático do professor”.

Esse movimento de prática reflexiva envolve o reconhecimento de que é importante que os professores sejam mais ativos na formulação de propostas, examinem seus próprios valores e suposições.

Outro aspecto relevante é a reflexão sobre o que é ser um professor mediador da aprendizagem, aquele que busca captar as representações dos educandos e os orienta na construção de representações mais complexas e científicas.

DOMINGUES (2014) ressalta os seguintes aspectos a serem investido na formação centrada na escola:

- 1- na construção da formação centrada na escola, como uma modalidade que tem por base a relação entre o fazer e sua reflexão crítica (sem deixar que isso caia apenas na socialização de novos saberes);
- 2- no trabalho com os problemas reais da escola (o que requer uma competência para identificá-los coletivamente);
- 3- no desenvolvimento de uma equipe envolvida nos projetos da escola;
- 4- no investimento na formação contínua de professores e equipe pedagógica ao longo do exercício profissional;
- 5- na reflexão crítica sobre o seu próprio fazer;

- 6- na busca por parcerias que assegurem às propostas formativas da unidade a participação da direção da escola;
- 7- na ousadia substantiva da inovação, da reinvenção das concepções e dos fazeres, da criação como fundamental nos projetos formativos, na postura democrática a ser desenvolvida e na atividade de formação desenvolvida pela equipe pedagógica.

Assim, a formação continuada dos profissionais, da escola compromissada com a construção do projeto político-pedagógico, não deve limitar-se aos conteúdos curriculares, mas se estender à discussão da escola como um todo e suas relações com a sociedade. Daí, passarem a fazer parte dos programas de formação continuada, questões como cidadania, gestão democrática, avaliação, metodologia de pesquisa e ensino, novas tecnologias de ensino, entre outras.

A proposta de formação continuada será um espaço de reuniões previstas no calendário acadêmico da Instituição de ensino, de modo a ser organizado a partir das necessidades locais configuradas no PPP (Projeto Pedagógico da Escola). Desta forma, atribui-se um papel estratégico na formação contínua do docente, uma vez que, por meio da interlocução coletiva, é promovida a reflexão das ações educativas desenvolvidas, ou serem desenvolvidas na escola, de modo a possibilitar a construção de um trabalho pedagógico disciplinado pelas necessidades da realidade escolar.

A Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes, cujos objetivos estão centrados na reflexão da prática e sobre os saberes pedagógicos, científicos e técnicos exigidos pela docência. As discussões são pautadas pelas reflexões sobre o trabalho pedagógico e educativo dadas suas necessidades e complexidades, tendo como fim o aprimoramento das práticas e a melhoria dos processos educacionais. Neste sentido, o fim último da Formação Continuada é a resignificação das relações educativas que resultam no trabalho docente comprometido com a emancipação dos protagonistas dessas ações e com o próprio processo de formação humana. A práxis educativa é a relação necessária entre a teoria e a prática, sendo que a primeira não pode existir sem a segunda e esta, sem a teoria que fundamenta a ação. As reuniões e encontros de Formação Continuada devem ser momentos dedicados ao estudo, ao debate, às reflexões e à troca de experiência com o objetivo de reconstrução permanente do exercício da docência.

Tendo início no ano de 2014, a Formação Continuada in loco busca a valorização

do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o campus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

5.1.6 Biblioteca

As bibliotecas do IFSP existem para oferecer suporte informacional aos estudantes e servidores nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O acervo das bibliotecas é composto por livros, dicionários, periódicos, mídias digitais, monografias, jogos, entre outros. Esse acervo é aberto e pode ser consultado também por usuários externos, possuindo uma política de empréstimo aos estudantes e servidores.

No capítulo 2, há a descrição detalhada dos serviços prestados pela biblioteca.

5.2 Ações de apoio ao estudante

5.2.1 Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é uma política baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto de Nº 7.234 no ano de 2010. Os auxílios estudantis são repasses financeiros aos estudantes e têm por objetivo custear, parcial ou integralmente, os gastos dos estudantes, visando ampliar as condições de permanência e êxito nos cursos do IFSP. Em 04 de novembro de 2014, foram aprovadas as resoluções Nº 135 e Nº 136: a primeira regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFSP, e a segunda, a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil.

A Assistência Estudantil é composta pelo Programa de Auxílio Permanência e pelo Programa de Ações Universais.

Programa de Auxílio Permanência: Esse programa é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social, com o objetivo principal de apoiar a permanência dos estudantes na instituição, por meio de auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico, saúde.

Programa de Ações Universais: As ações do Programa de Ações Universais são desenvolvidas por meio de elaboração de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes e conta

com a participação de estudantes, professores e técnico-administrativos.

Na atual conjuntura, o desenvolvimento de ações que possam equalizar as condições de permanência dos estudantes do IFSP, a fim de assegurar o direito à educação com qualidade e o pleno desenvolvimento acadêmico do estudante são objetivos do Campus Registro na concretização das ações de Assistência Estudantil, em virtude da situação econômica da região. O Vale do Ribeira, região em que se localiza o Campus Registro, participa do “Territórios da cidadania”, um conjunto de esforços do governo federal em priorizar suas ações em regiões e sub-regiões em que os investimentos públicos e privados não têm sido suficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas da população, com o objetivo principal da superação da pobreza e das desigualdades sociais.

O Vale do Ribeira participa desse programa por ter um dos menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado, maior concentração de agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária; maior concentração de populações quilombolas; território com maior número de municípios com baixo dinamismo econômico.

Nesse contexto, o IFSP/Campus Registro possui a missão transformadora, por meio de uma educação de qualidade, o fomento à pesquisa e à participação na comunidade, e para tanto precisa de uma Assistência Estudantil a fim de contribuir com a permanência dos estudantes, possibilitar seu sucesso acadêmico, e o desenvolvimento local.

5.2.2 Metodologia das Ações

A cada semestre é publicado um edital informando as modalidades de auxílios financeiros existentes e os documentos necessários para a análise socioeconômica, a qual será realizada logo após a entrega desses documentos. Os estudantes poderão ser convocados para entrevista com o (a) assistente social, psicólogo (a), pedagoga (o) ou TAE.

Março	1. Divulgação do Edital para todos os estudantes ingressos ou não. 2. Abertura das inscrições no SUAP
Abril	1. Fechamento das inscrições com prorrogação conforme solicitação dos estudantes.

	2. Resultado preliminar 3. Recursos 4. Resultado final
--	--

5.2.3 Programa de Auxílio Permanência

São consideradas ações de vulnerabilidade social os auxílios financeiros destinados à alimentação, transporte, moradia e auxílios didático pedagógicos, os quais são destinados aos estudantes que possuem renda per capita de até um salário mínimo e meio. Esses auxílios serão ofertados durante todo o período letivo do ano ou semestre que o estudante cursar, com o objetivo principal de enfrentamento da vulnerabilidade social, garantir a permanência do estudante na instituição e impedir a sua evasão por questões socioeconômicas.

No Campus Registro, após levantamento realizado com os estudantes, foi definido priorizar as ações apresentadas abaixo:

- **Alimentação:** oferecer subsídios para que o estudante possa realizar pelo menos uma refeição dia. A maioria dos estudantes de nosso Campus não residem nas proximidades da instituição e constantemente realizam atividades no contraturno das aulas ou ainda, participam de projetos vinculados ao IFSP.
- **Transporte:** tem por objetivo garantir o transporte do estudante para o Campus IFSP.
- **Moradia:** tem por objetivo disponibilizar prioritariamente auxílio financeiro para pagamento de aluguel aos estudantes cuja família não reside no município do Campus e ou outra situação quando identificado pelo serviço sociopedagógico.
- **Assistência pais estudantes:** destinado aos estudantes pais e mães, visa contribuir para os gastos relacionados aos cuidados dos filhos dos estudantes que tenham até 11 anos, 12 meses e 29 dias completos.

5.2.4 Ações Universais

Toda a comunidade discente pode participar das ações universais de assistência

estudantil, as quais são divididas nos seguintes eixos : cultura, inclusão digital, esporte e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, cujas ações serão realizadas após confirmação da disponibilidade dos recursos.

5.2.5 Acompanhamento da Coordenadoria Sociopedagógica com os estudantes participantes do PAE

O Campus acompanha os estudantes que participam do Programa de Assistência Estudantil nas Ações de Vulnerabilidade Social e do Programa de Ações Universais (reuniões, entrevistas, acompanhamento da frequência escolar, acompanhamento de notas, etc.).

O sociopedagógico acompanha os estudantes de acordo com as especificidades de cada profissional e em equipe interdisciplinar

- Psicólogo: acompanha as inscrições e análises sociais;
- Pedagogo: acompanha as inscrições e a frequência dos estudantes, bem como aqueles que têm dificuldades de aprendizagem;
- Assistente Social: acompanha as inscrições, as análises socioeconômicas, monitoramento e pagamentos do programa;
- Intérprete de Libras: Acompanha as inscrições e os estudantes com necessidades educacionais específicas.
- Técnico em Assuntos Educacionais: acompanha as inscrições e a frequência dos estudantes, bem como aqueles que têm dificuldades de aprendizagem;

A equipe reúne-se semanalmente para discutir os casos dos estudantes, quando necessário, compartilhando os atendimentos e situação acadêmica e social.

5.2.6 Apoio à Organização Estudantil

O protagonismo estudantil é um componente fundamental dentro da instituição. Nesse contexto, busca-se incentivar e fortalecer os espaços de decisão coletivos, que garantem a participação estudantil nas decisões no âmbito do IFSP, e apoiar a organização dos estudantes.

5.2.6.1 Movimento Estudantil

O Movimento Estudantil é um canal para a construção da cidadania, mobilizando os indivíduos e colaborando para a formação de um profissional ético, cidadão e consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Fortalece o vínculo do estudante com a instituição de ensino e sua identidade, favorecendo as mais diversas formas de interação, além de representar e defender os interesses da categoria estudantil, podendo organizar-se por meio de Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes.

Centros Acadêmicos são entidades civis, independentes de partidos políticos, órgãos públicos ou privados, de caráter estudantil e sem fins lucrativos, que representam os discentes de cada curso dentro da estrutura administrativa de uma instituição. Devem estudar e debater problemas relacionados com as condições de estudo e rendimento acadêmico dos discentes, bem como podem e devem patrocinar o desenvolvimento do espírito universitário, eventos culturais e eventos esportivos.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa de todos os estudantes do IFSP, com a função de organizar e de expressar as vontades, anseios e as posições políticas dos estudantes. Deve incentivar a participação dos estudantes nos acontecimentos políticos nacionais, internacionais e de interesse institucional. E, em consonância com os Diretórios Acadêmicos (DAs), devem criar políticas institucionais acadêmicas que promovam a conscientização discente sobre seus direitos e na criação de uma consciência crítica do papel da instituição educacional.

O Grêmio Estudantil IFSP – Campus Registro é o órgão máximo de representação dos alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. As atividades do Grêmio reger-se-ão por Estatuto aprovado em Assembleia Geral convocada para este fim.

O Grêmio tem por objetivos:

I - Representar o corpo discente;

II - Defender os interesses individuais e coletivos dos alunos do Colégio.

III - Incentivar a cultura literária, artística e desportiva de seus membros;

IV - Promover a cooperação entre administradores, funcionários, professores e alunos no trabalho escolar buscando seus aprimoramentos;

V- Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional com outras instituições de caráter educacional;

VI - Lutar pela democracia permanente na escola, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação da escola.

O Campus Registro incentiva a participação dos alunos por meio do Grêmio Estudantil, nos cursos técnicos e dos Diretórios Acadêmicos dos cursos superiores.

5.3 Atuação dos núcleos

5.3.1 NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas)

O compromisso do IFSP com as ações inclusivas está assegurado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023). Nesse documento estão descritas as metas para garantir o acesso, a permanência e o êxito de estudantes dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

O IFSP visa efetivar a Educação Inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes com necessidades específicas. Dentre seus objetivos, o IFSP busca promover a cultura da educação para a convivência, a prática democrática, o respeito à diversidade, a promoção da acessibilidade arquitetônica, bem como a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação.

O IFSP considera imprescindível a implantação e o acompanhamento das políticas públicas para garantir a igualdade de oportunidades educacionais, bem como o ingresso, a permanência e o êxito de estudantes com necessidades educacionais específicas, incluindo o público-alvo da educação especial: pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação -

considerando a legislação vigente (Constituição Federal/1988, art. 205, 206 e 208; Lei nº 9.394/1996 - LDB; Lei nº 13.146/2015 - LBI; Lei nº 12.764/2012 - Transtorno do Espectro Autista; Decreto nº 3298/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/1989 – Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência; Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 de 2000, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; Decreto nº 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado; Norma Brasileira – ABNT NBR 9050 de 2020, que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; Portaria MEC nº 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade nos processos de reconhecimento de curso; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Para o desenvolvimento de ações inclusivas que englobem a adequação de currículos, objetivos, conteúdos e metodologias adequados às condições de aprendizagem do estudante, inclusive com o uso de tecnologias assistivas, acessibilidade digital nos materiais disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem, haverá apoio da equipe do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e da equipe da Coordenadoria Sociopedagógica (CSP).

Assim, com o objetivo de realizar essas ações, deve-se construir de forma coletiva entre docentes, técnicos, família e o próprio estudante, o Plano Educacional Individualizado (PEI) que é um instrumento para a individualização, ou seja, um programa com metas acadêmicas e sociais, que organiza a proposta pedagógica, com a finalidade de atender as especificidades e singularidades dos estudantes atendidos pelo NAPNE. As orientações para a elaboração do PEI encontram-se nas diretrizes institucionais vigentes.

5.3.1.1 A Acessibilidade do estudante com deficiência - Público-Alvo da Educação Especial

O compromisso do IFSP com as ações inclusivas para o estudante com deficiência ou com necessidades educacionais específicas, em cumprimento às normativas vigentes,

está assegurado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) e também em outros documentos institucionais, nos quais estão descritas as finalidades e diretrizes para garantir o acesso, a permanência e o êxito de estudantes dos diferentes níveis e modalidades de ensino, como apresentado a seguir:

- Instrução Normativa PRE nº 1 (2017) - Estabelece orientações para identificação e acompanhamento pelo Napne, do estudante com necessidades específicas;
- Portaria nº 539 (2018) - Regulariza a prática de compartilhamento de materiais permanentes para atendimento das ações voltadas ao PAEE do IFSP;
- Instrução Normativa PRE nº 1 (2020) - Estabelece orientações e diretrizes sobre as formas e estratégias de trabalho do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais/Português - TILSP no âmbito do IFSP;
- Portaria Normativa RET IFSP nº 38 (2022) - Dispõe sobre o Regulamento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.

O desenvolvimento de ações inclusivas que atendam os estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas é acompanhado pela equipe do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), conforme Portaria Normativa RET/IFSP n. 38, de 16 de fevereiro de 2022. Dentre essas ações, há a previsão da disponibilização de recursos e equipamentos de acessibilidade nos Campus do IFSP e, conforme a necessidade, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes público-alvo da educação especial inclusiva que necessitem de suporte para a plena participação no processo de ensino e aprendizagem.

As informações iniciais sobre os estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais específicas são indicadas na matrícula/rematrícula, mas também podem ocorrer a qualquer tempo no decorrer do curso, assim como o plano educacional individualizado (PEI). O percurso escolar diferenciado é construído, avaliado/monitorado de forma coletiva entre docentes do curso, setores educacionais, o próprio estudante e a família, conforme regulamento do Napne e demais diretrizes institucionais vigentes e acompanhado pela Pró-reitoria de Ensino.

Em relação aos estudantes surdos, especificamente, a instituição prevê a acessibilidade em Libras, visando à adequação da acessibilidade educacional garantida

por Lei, de acordo com as necessidades específicas da comunidade surda do IFSP, com o serviço de tradução e interpretação, conforme Instrução Normativa nº 001, de 13 de agosto de 2020.

Nesse sentido, no Campus Registro, pela atuação do NAPNE, composto por equipe multiprofissional de ação interdisciplinar, formada por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais, docentes, Diretor Adjunto de Ensino, Diretor Adjunto de Administração, representantes de todas as coordenadorias institucionais, representante discente e representante da comunidade externa, há orientação, acompanhamento e intervenções propondo ações que visem a promover a qualidade de processo de ensino e aprendizagem e a garantia da inclusão dos estudantes do IFSP.

Em relação ao atendimento aos alunos surdos, especificamente aos intérpretes de Libras, há uma profissional que compõe o quadro efetivo de servidores, no entanto são contratados prestadores de serviço anualmente de acordo com a demanda que se apresenta a cada período letivo.

Além disso, as aulas para atendimento a todos os alunos são elaboradas a partir de um planejamento pedagógico contínuo, seguindo-se as recomendações gerais para atendimento aos princípios do desenho universal para aprendizagem, bem como de acordo com as orientações constantes do guia de materiais educativos acessíveis para reorganização das atividades acadêmicas no IFSP. Essas ações, as quais contemplam aquelas voltadas para acessibilidade pedagógica, também são complementadas por outras, especificamente como descritas a seguir: realização de projetos de ensino, aquisição de equipamentos e tecnologias assistivas de acordo com as demandas dos cursos, acompanhamento das demandas para atendimento aos alunos com deficiência ou com necessidades específicas, ainda que temporárias, e formação continuada a todos os servidores que compõem a rede de atendimento ao discente. Dentre as aquisições para atendimentos específicos podem-se citar, por exemplo, kit de desenho para produção de gráficos táteis e formas geométricas, kit Multiplano Braille, plano inclinado para apoio à leitura, punção anatômica para escrita em Braille, sorobã para cegos, globo terrestre adaptado em alto relevo e braille, kit de sólidos geométricos com 37 peças e lupa Eletrônica de mão .

Entre as propostas de atividades incluem-se as ações que visam a conhecer o aluno, dentre as quais se podem citar as conversas feitas por diferentes profissionais da

instituição com o objetivo de conhecer melhor o aluno e realizar o acompanhamento mais efetivo de seu processo de ensino e aprendizagem. Nesses diálogos buscam-se informações sobre o histórico de dificuldades do discente e suas possíveis barreiras para, a partir desse contato inicial, realizar-se com ele um trabalho de autorregulação da aprendizagem. Nas reuniões, nas quais estão envolvidas docentes, coordenação de curso, Napne e Coordenadoria Sociopedagógica, discutem-se com o aluno questões comportamentais que interferem em seu processo de aprendizagem, envolvendo-se, neste caso, as dinâmicas realizadas em sala de aula, as quais facilitam ou se constituem barreiras no referido processo. Além dessa rede de apoio dentro da instituição, por meio dos profissionais que nela atuam, há também o diálogo com a rede externa, com consequente encaminhamento dos casos necessários, especialmente para os CRAS e para as redes de saúde, além da busca de parcerias com as secretarias de educação da região.

Aos profissionais da instituição também é oferecido suporte para atuação, de forma a garantir a acessibilidade, por meio da realização de reuniões periódicas de orientação e apoio ao grupo de servidores, especialmente aos docentes, visando à formação continuada de todos os profissionais para o atendimento de maneira equitativa a todos os alunos da instituição. Outra ação importante é o diálogo constante entre os profissionais que trabalham com o aluno e a família, de modo a se estabelecerem as trocas necessárias com vistas à permanência e êxito do aluno no Campus Registro.

Com vistas à acessibilidade arquitetônica, há banheiros adaptados, acesso por meio de rampas, placa em braille para corrimão, adesivo de piso para cadeirantes, bengala guia dobrável clássica, placa de saída de emergência sinalizada, protetor de impacto para portas, piso tátil alerta e direcional, anel de corrimão tátil em ABS, fone de ouvido para uso na biblioteca, cadeiras de rodas, mapa tátil, totem de identificação, placas em braille para sinalização de portas e faixa adesiva para vidros.

Em relação à acessibilidade atitudinal e comunicacional, realizam-se eventos com vistas a esse fim, como por exemplo, exposições, bate-papos, lives, palestras, oficinas e semanas temáticas. Há, também, como exemplo de acessibilidade digital, recursos que possibilitam a navegação e também o uso de contraste no site institucional.

Por fim, nos cursos ofertados as ações realizadas visam a garantir a acessibilidade a todos os alunos, especialmente àqueles que apresentam necessidades educacionais específicas, por meio do planejamento e de ações de conscientização e informação sobre condições de acessibilidade necessárias para o atendimento a pessoas com deficiência ou

necessidades temporárias específicas por toda comunidade acadêmica do Campus Registro.

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) tem o propósito de contribuir para a implementação da cultura da educação para a convivência, o respeito à diversidade, a promoção da acessibilidade arquitetônica, a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais, bem como prestar apoio educacional aos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE). O NAPNE está presente em todos os Campus do IFSP.

5.3.2 NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas)

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI é composto por servidores e estudantes do IFSP e tem por objetivo a promoção de estudos e ações sobre a temática das relações étnico-raciais na instituição educacional, fundamentadas nas Leis Nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas.

Tendo como base as leis 10.639/03 e 11.645/08, o Núcleo foi criado para que as questões étnico-raciais, como o racismo e a xenofobia, não fiquem à margem e sejam tratadas com a devida seriedade nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do Instituto Federal de São Paulo, ou que estejam a ele vinculadas. Isso significa zelar pelo fiel e adequado cumprimento da legislação, promovendo e ampliando as ações inclusivas e o debate acerca do racismo em nosso país.

Além de incentivar e ampliar ações que já existem, o **NEABI**, com a participação da comunidade escolar, busca novas propostas, novos caminhos de inserção efetiva do indígena e do afro-brasileiro em todas as esferas da sociedade, das quais foram e ainda são excluídos, em função de valores culturais e práticas institucionais discriminatórias e sectaristas.

O **NEABI** traz o compromisso do IFSP de reconhecer que o racismo e a discriminação ainda são práticas recorrentes. Portanto é necessário que as

questões sejam postas em discussão, refletidas em todos os âmbitos do IFSP a fim de promovermos educação para as relações étnico-raciais que visam igualdade de direitos e condições de acesso e permanência por meio da valorização da diversidade e respeito mútuo.

Regulado pela [Portaria Nº 2.587, de 28 de julho de 2015](#), o **NEABI** foi lançado oficialmente em 20 de agosto de 2015, em cerimônia no auditório Prestes Maia da Câmara Municipal de São Paulo.

5.3.3 NUGS (Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade)

O Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade do IFSP (NUGS) tem a finalidade de promover ações com vistas a uma educação inclusiva e não-sexista que propiciem a equidade e a igualdade entre os gêneros, o combate à violência e à discriminação contra as pessoas LGBTQIAPN+, de modo a promover a valorização da diversidade, o respeito pela diferença e a preservação e ampliação dos direitos dessas pessoas. O NUGS está vinculado ao Gabinete da Reitoria e é composto por servidores e estudantes de diversos Campus da instituição, representantes das pró-reitorias de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e membros da comunidade externa do IFSP.

O Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade em atuação no Campus Regitro através da semana da diversidade e rotineiramente tem por objetivo de:

- I - promover ações que visem à educação inclusiva e não sexista;
- II- promover ações que contribuam para a equidade e com a igualdade entre os gêneros, bem como para o respeito à orientação sexual e à diversidade;
- III - fomentar estudos e pesquisas no âmbito das linhas temáticas do núcleo;
- IV- estimular a produção científica e divulgação das pesquisas realizadas pelo núcleo ou em parceria com outras instituições;
- V- incentivar a participação das mulheres no campo das ciências e das carreiras acadêmicas;

VI- colaborar em ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico relacionado á educação para diversidade de gênero e sexualidade no Instituto Federal de São Paulo;

VII- atuar em conjunto com órgãos do poder público, para a promoção de Políticas de Promoção da diversidade e da equidade de gênero;

VIII - desenvolver ações que garantam a permanência escolar de estudantes que sofrem algum tipo de discriminação em relação á identidade de gênero ou orientação sexual;

IX - acompanhar o cumprimento das legislações referentes ás garantias de direito à vivência de identidades de gênero e de sexualidade diversas.

5.4 Atuação dos órgãos colegiados

5.4.1 Conselho de Campus

O Conselho de Campus (CONCAM) é um órgão descentralizado e superior do campus com as mesmas competências do Conselho Superior do IFSP, de maneira delegada, para que sejam exercidas na unidade. O CONCAM possui competências deliberativas e consultivas e é composto pelo diretor-geral, representantes discentes, docentes, técnico-administrativos e da comunidade externa. Compete a ele apreciar a proposta orçamentária anual, aprovar o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de ação, a proposta de criação, alteração curricular ou extinção de cursos, assim como regulamentos e normas internas.

A atuação do CONCAM no Campus Registro está descrita na Resolução N°002/2017 – CONCAM-RGT, 19 de outubro de 2017, que aprova o Regulamento Interno do Conselho do Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Registro.

5.4.2 Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão de função propositiva, consultiva e deliberativa no âmbito de cada curso de graduação para assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as políticas e diretrizes da instituição. Composto pelo coordenador do curso, representantes docentes, técnico-administrativos e discentes, tem entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação do Projeto de Curso, emitir pareceres, estabelecer critérios e procedimentos de acompanhamento e avaliação do curso, avaliar as propostas de projetos e convênios, etc.

A composição do Colegiado dos Cursos no Campus Registro está descrito na INSTRUÇÃO NORMATIVA PRE IFSP Nº 14, DE 18 DE MARÇO DE 2022.

5.4.3 CEIC (Comissão para Elaboração e Implementação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Educação Básica)

A Comissão para Elaboração e Implementação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Educação Básica (CEIC) tem como objetivo a elaboração e o desenvolvimento dos processos de implantação, reformulação, atualização, interrupção temporária da oferta de vagas e extinção dos cursos da educação básica. A CEIC é composta por representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e da comunidade externa e tem entre suas atribuições elaborar e revisar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e acompanhar o curso de forma a assegurar o alinhamento e coerência das ações previstas.

5.4.4 Conselho de Classe

Os Conselhos de Classe são organizados nos cursos da educação básica como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação de todos os docentes da respectiva turma, do Coordenador do Curso, do Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais da Coordenadoria Sociopedagógica. O Conselho de Classe Pedagógico acontece com periodicidade bimestral com o objetivo de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, identificar progressos e dificuldades e propor encaminhamentos

pertinentes. O representante de turma e o representante dos pais ou responsáveis também são chamados para participar desse conselho. O Conselho de Classe Deliberativo é realizado ao final do período letivo e tem como objetivo analisar o processo de ensino e aprendizagem do estudante, prevalecendo o aspecto qualitativo dos resultados obtidos pelos estudantes ao longo do período letivo.

A organização dos Conselhos de Classe Pedagógico e deliberativo são distribuídos por turmas ou por cursos de forma a otimizar as discussões.

5.4.5 Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional do IFSP. A CPA é responsável por articular e coordenar a avaliação interna da instituição, observando as diferentes dimensões do universo acadêmico. A comissão é formada por diferentes membros, representantes dos vários segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. Os resultados das atividades avaliativas são apresentados aos órgãos colegiados superiores e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) por meio de relatórios.

Foi instituída no IFSP, em consonância com o art. 11, da Lei Nº 10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior do MEC (maiores informações podem ser encontradas na página da CPA no sítio do IFSP: <http://www.ifsp.edu.br/cpa/>)

É importante ressaltar que os processos de avaliação interna são fundamentais para a tomada de decisão e para a melhoria contínua da qualidade acadêmica. Além disso, os resultados subsidiam o processo de planejamento administrativo-pedagógico da Instituição, e também é utilizado pelo INEP/MEC nas avaliações de reconhecimento de cursos e credenciamento institucional, dentre outros.

A CPA local se organiza em consonância com a comissão central que conjuntamente discutem e estruturam o questionário e organizam a maneira mais segura para a coleta dos dados que são de extrema importância para atender as demandas cada vez mais crescentes do conhecimento, exigidos pelo contexto atual da sociedade.

Cabe a comissão local, envidar esforços de conscientização e esclarecimentos a toda comunidade a fim de demonstrar a importância do instrumento, para tanto, segue as seguintes etapas:

- **Planejamento:** O planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, deve levar em consideração as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências avaliativas anteriores.
- **Sensibilização:** Busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros meios de comunicação. A sensibilização deve estar presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas.
- **Desenvolvimento:** Tem por objetivo assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, o envolvimento dos participantes e a observância dos prazos estabelecidos.
- **Consolidação:** Constitui-se na etapa de elaboração, divulgação e análise do relatório final. Envolve ainda, a discussão crítica do processo avaliativo e de seus resultados tendo em vista a melhoria da qualidade da instituição.

Os resultados são apresentados à comunidade de modo a contribuir para os processos de gestão estratégica e de construção do projeto institucional fornecendo subsídios para a tomada de decisões e correções dos desvios observados nos resultados.

Com esse intuito e de acordo com a Portaria Nº 1.382, de 31 de outubro de 2017 do MEC, o instrumento de avaliação interna está estruturado nos seguintes eixos:

1. Planejamento e Avaliação Institucional;
2. Desenvolvimento Institucional
3. Políticas Acadêmicas;
4. Políticas de Gestão; e
5. Infraestrutura.

A utilização destes eixos permite fazer um diagnóstico da instituição e se configura como um processo permanente de elaboração, conhecimento e intervenção prática, que permite corrigir as demais atividades da instituição.

Conscientes desse processo, o campus planeja suas ações para o processo de reconhecimento dos cursos de Licenciatura em Física, Engenharia da Produção e Licenciatura em Pedagogia.

Assim sendo, a opinião da comunidade se torna de grande importância para que o desenvolvimento do IFSP seja efetivo e constante na concretização da formação integral

dos seus alunos, contribuindo, para que a instituição cumpra a sua missão e na construção de uma sociedade melhor e justa.

5.5 Ações de Extensão

A Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. A Extensão compreende todas as ações formativas, culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que promovem a relação dialógica entre o IFSP e a comunidade externa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada campus está inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmicas dos docentes, técnicos administrativos e discentes envolvidos.

As áreas temáticas da Extensão refletem seu caráter interdisciplinar, contemplando Comunicação, Cultura, Direitos humanos e justiça, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e produção e Trabalho. Assim, perpassam por diversas discussões que emergem na contemporaneidade como, por exemplo, a diversidade cultural.

As ações de extensão podem ser caracterizadas como programa, projeto, curso de extensão, evento, prestação de serviço e curricularização.

- **Programa:** é o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos e prestação de serviços), com caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio ou longo prazo, integrando ações de extensão, pesquisa e ensino. O programa deve ser elaborado e executado em articulação entre docentes, técnicos-administrativos, discentes e membros da comunidade externa.
- **Projeto:** é o conjunto de atividades interdisciplinares de caráter educativo, tecnológico, artístico, científico, social e cultural, desenvolvido e aplicado na interação com a comunidade interna e externa, com objetivos específicos e prazos determinados, visando à interação transformadora entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Constitui um conjunto de ações, técnicas e metodologias inovadoras, desenvolvidas na interação com a comunidade externa e apropriadas por essa. Têm como objetivos representar soluções para a inclusão social, as relações étnico-sociais, a geração de oportunidades, a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento regional.

Através dos editais para seleção de projetos de extensão os servidores podem submeter projetos os quais devem envolver a comunidade externa. Os projetos que têm temáticas de responsabilidade socioambientais e estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), têm maior potencial de êxito no processo de seleção.

- **Evento:** implica na apresentação pública, livre ou direcionada, com envolvimento da comunidade externa, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFSP. Podem ser organizados sob a forma de encontro, seminário, palestra, oficina, mostra, ciclo de debates, curso com menos de 8 horas, congresso, exposição, evento esportivo, festival entre outros. Com temáticas diversas, são voltados à participação e integração das comunidades externa e interna.

Como evento fixo no campus temos a SNCT (Semana Nacional de Ciência e Tecnologia), que ocorre em todos os *campi* do IFSP no mesmo período durante aproximadamente uma semana. A SNCT traz palestrantes e expositores pertinentes ao que os alunos aprendem nos cursos. A SNCT também representa uma oportunidade dos alunos mostrarem o que aprenderam e da comunidade externa conhecer melhor o que os alunos aprendem. Outros eventos fixos também merecem destaque, como a Semana da Leitura, a Semana da Diversidade, a Semana da Logística, a Semana da Edificações, a Semana da Mecatrônica, a Semana da Física, a Semana da Pedagogia e a Semana da Engenharia de Produção que, mas focados nas suas áreas e temáticas, conectam a comunidade interna e externa.

Durante o caminho formativo do discente são ofertadas visitas técnicas, que constituem evento. As **Visitas Técnicas** são atividades educacionais supervisionadas, desenvolvidas em ambientes externos ao IFSP, que visam a promover uma maior interação dos estudantes das diferentes áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho. As visitas técnicas são sugeridas por professores e demais servidores atendendo as normas para realização destas visitas. Estes demandantes ficam responsáveis pelo projeto de visita técnica que contém todos os dados de onde, quando, para que e com quem será tal o evento. Uma lista com os alunos que participaram de tal visita. O relatório da visita técnica é entregue em até 5 dias após a visita técnica e nele devem conter qualquer situação não planejada que tenha acontecido. Todas as ações neste sentido, são realizadas em sistema próprio, que gera um certificado ao discente.

- **Curso de extensão:** é a ação pedagógica de caráter teórico e prático, oferecida na modalidade presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático para

atender as demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertados em todos os níveis de escolaridade. Possuem carga horária mínima de 20 horas e critérios de avaliação definidos

- **Prestação de serviços:** é a ação que implica na prestação de serviços à comunidade em nome do IFSP Campus Registro, que envolva a realização de assessorias e consultorias, emissão de laudos técnicos, análises laboratoriais, palestras entre outros. Vinculadas às áreas de atuação da instituição, respondem às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, priorizando iniciativas de diminuição de desigualdades sociais.

- **Curricularização da extensão:** A curricularização da extensão é uma estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024) e foi regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que consiste na adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) visando garantir um percentual mínimo de 10% (dez por cento) na carga horária da matriz curricular dos cursos de graduação, direcionados para as atividades de extensão e orientados prioritariamente para as áreas de grande pertinência social (Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014).

Com relação a **Bolsas de Extensão**, são oferecidas ao estudante, de qualquer modalidade ou nível de ensino, bolsa para participar de projetos ou programas de extensão, cujas temáticas são diversas, inclusive culturais, e que incluem a participação em ações junto à comunidade externa. Tais projetos podem ser fomentados pela Pró-reitoria de Extensão, por meio de editais de seleção de projetos e programas, ou pelo próprio campus, por meio de editais internos.

Além das ações, a Extensão é responsável por atividades que dialogam com o mundo do trabalho como o estágio e o acompanhamento de egressos, conforme segue:

- **Acompanhamento de egressos:** conjunto de ações implementadas para acompanhar o itinerário profissional do egresso a fim de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

- **Empreendedorismo e cooperativismo:** apoio à formação empreendedora por meio de programas institucionais.

- **Estágio e emprego:** atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e de operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e

documentação). Através de portaria, o Diretor do campus, define um supervisor de estágio por curso. A Coordenadoria de Extensão recebe e divulga (via mural e site) as vagas de estágio. Não realiza seleção de candidatos.

Ainda, constituem atividades de extensão aquelas voltadas às **Relações Internacionais, que visam** à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão por meio de ações de intercâmbio, acordos de cooperação internacional e celebração de convênios. Atualmente, o IFSP Campus Registro atua em um projeto em parceria com a universidade inglesa Oxford Brookes University.

- **PROEXT:** o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESu), anualmente, lança editais para Projetos e Programas de Extensão Universitária. Alunos de curso superior poderão participar, como bolsistas, dos projetos contemplados. Não temos nenhum projeto ou atividade nesta área.

Todas as ações de extensão devem ser desenvolvidas com a comunidade externa e a participação, com protagonismo, de estudantes. Desse modo, a Extensão contribui para a democratização de debates e da produção de conhecimentos amplos e plurais no âmbito da educação profissional, pública e estatal.

5.6 Ações de Pesquisa

As ações de pesquisa estão voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (estudantes de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço social.

As atividades de pesquisa são conduzidas, em sua maior parte, por meio de grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos quais pesquisadores e estudantes se organizam em torno de inúmeras linhas de investigação. O IFSP mantém continuamente a oferta de bolsas de iniciação científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação, o fomento para participação em eventos científicos e ações de incentivo para a captação de recursos em agências ou órgãos de fomento, com a finalidade de estimular o engajamento estudantil em atividades dessa natureza.

O Campus Registro desenvolve as atividades de pesquisa e inovação vinculadas aos seguintes programas e ações:

- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP)** do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsa paga com recursos institucionais. O bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Neste programa, como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT)** do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica sem ou com bolsa paga com recursos por meio de fundação de apoio ou por órgãos de fomento obtidas diretamente pelos pesquisadores. Da mesma forma, o bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Ao final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**, que, por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente o trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. Ao final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.
- **Programa de Bolsas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM)** do CNPq que, também por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de

projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente o trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. Ao final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

- **Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP (PIPECT)**, que concede passagens e diárias a servidores para participação e apresentação de trabalhos, com o nome do IFSP, em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais.
- **Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos (PIPDE) do IFSP**, que concede auxílio financeiro com recursos institucionais a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais, incluindo o Workshop de Negócios e Inovação.
- **O Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP (CONICT)** é um evento promovido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), anual, científico e tecnológico. O congresso tem natureza multidisciplinar, integrando as principais áreas de conhecimento e promovendo a difusão da produção científica e tecnológica por meio de apresentações de pôsteres de trabalhos e resumos expandidos publicados em seus Anais (ISSN 2178-9959). Está na décima segunda edição, com mais de 600 submissões enviadas ao evento, destes, 517 trabalhos foram selecionados para publicação.
- **O Workshop de Negócios e Inovação do IFSP**, que ocorre anualmente desde 2010 e tem como objetivo contribuir para a difusão da cultura de inovação no Estado de São Paulo, promovendo amplo debate com segmentos da sociedade sobre Inovação e Empreendedorismo.
- **Ação de incentivo à pesquisa via programas de pós-graduação:** através da abertura de programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* se pretende

incentivar as atividades de pesquisa e publicação no IFSP.

- **Núcleo Incubador EMPREENDIF** é uma unidade de incubação, subordinada à Gestão Sistêmica da Incubadora do IFSP. Tem sua sede no Campus Registro do IFSP, e sua duração será por tempo indeterminado, considerando a Resolução nº 13/2019, de 02 de abril de 2019, que cria a Incubadora de Base Tecnológica do IFSP, a Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004 e o Decreto nº 9.283 de 7 de fevereiro de 2018. Tem por objetivos: *Apoiar e incubar empreendimentos e empresas, de base tecnológica, de forma a propiciar ambientes e condições adequadas para o funcionamento, desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos. *Estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento; *Fomentar e auxiliar projetos que promovem inovações de base tecnológica em produtos, processos e serviços ou que levem a inovações organizacionais ou sociais, focando nas áreas tecnológica e sociais de atuação do IFSP.
- **Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia do Instituto Federal de São Paulo (Inova-IFSP)** foi implantada por meio da [Resolução nº 159, de 29 de novembro de 2017](#). Cabe à Agência gerir a política de inovação do IFSP e dar celeridade à tramitação de procedimentos e iniciativas que visem à inovação tecnológica, à proteção da propriedade intelectual, à transferência de tecnologia e ao empreendedorismo no âmbito do IFSP. Até então, as ações de proteção, transferência e gestão da propriedade intelectual inerente ou vinculada à criação ou à produção científica da Instituição eram executadas pelo Núcleo de Inovação Tecnológica - diretoria que hoje faz parte do Inova-IFSP. O Inova-IFSP conta ainda com o Conselho de Inovação Tecnológica (CIT), como órgão consultivo da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia, podendo deliberar em matérias cujas competências lhes tenham sido delegadas pelo Conselho Superior.

5.7 Ações pós-pandemia

No início de 2020, a pandemia da Covid-19 impôs a suspensão das atividades acadêmicas presenciais nos **campi** do IFSP, a reorganização dos calendários escolares e a

implementação do ensino remoto emergencial. Somente no final de 2021 teve início o retorno gradual das atividades presenciais. Muitos foram os desafios enfrentados pelos servidores e estudantes durante esses quase dois anos de ensino remoto e a retomada das aulas presenciais trouxe novos desafios a todos.

Dentre os principais desafios podemos citar:

- Manutenção do vínculo entre os membros da comunidade.
- Auxílio aos estudantes com a distribuição de kits de alimentação, disponibilização de computadores e acesso à internet.
- Estabelecimento de canais de comunicação com os estudantes e suas famílias.

Após o retorno das atividades presenciais tivemos como principais ações: o acolhimento dos servidores, acolhimento e integração dos estudantes, integração e diálogo com as famílias, atividades de recuperação de aprendizagem, acompanhamento da saúde mental de nossos estudantes e servidores.

Capítulo 6 – Diagnóstico da situação atual

6.1 Dimensão Ensino

Dimensão: Ensino					
Eixos	Diagnóstico	Objetivos e metas	Ações	Prazos	Responsáveis
Permanência e Êxito	Alto índice de evasão no Curso Licenciatura em Física - 2022 - 40,16% - (PNP)	Reduzir a taxa de evasão do Curso Licenciatura em Física em 10% anualmente.	Realizar levantamento sobre os motivos de desistência dos estudantes.	A partir de 2024 de acordo com os objetivos e metas anuais até o ano de 2028.	CPA, Coordenação de Curso e CSP
		2023: De 40,16% para 36,15%	Fortalecer ações de acolhimento.		DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE
		2024: De 36,15% para 32,52%.	Estabelecer procedimentos para o acompanhamento dos estudantes		DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE
		2025 - De 32,52% para 29,2%.	Cursos de nivelamento para os alunos ingressantes.		Coordenação de Curso e docentes.
		2026: De 29,2% para 26,3%.			
		2027: De 26,3% para 23,71%.			

		2028: De 23,71% para 21,34%.	Projetos de Monitoria - Bolsa Ensino		DAE, CSP, Docentes e Coordenação de Curso.
			Projetos de Pesquisa - Iniciação Científica		CSP, Coordenação de Curso, CPI
Permanência e Êxito	Alto índice de evasão no Curso Bacharelado em Engenharia de Produção - 2022 - 24,74% - (PNP)	Reduzir a taxa de evasão do Curso Bacharelado em Engenharia de Produção em 10% anualmente.	Realizar levantamento sobre os motivos de desistência dos estudantes.	A partir de 2024 de acordo com os objetivos e metas anuais até o ano de 2028.	CPA, Coordenação de Curso e CSP
		2023: De 24,74% para 22,27%			DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE
		2024: De 22,27 % para 20,04%.	Fortalecer ações de acolhimento.		DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE
		2025 - De 20,04% para 18,04%.	Estabelecer procedimentos para o acompanhamento dos estudantes		DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE
		2026: De 18,04% para 16,23%.	Cursos de nivelamento para os alunos ingressantes.		Coordenação de Curso e docentes.
		2027: De 16,23% para 14,6%.			
		2028: De 14,6% para 13,15%.			

			Projetos de Monitoria - Bolsa Ensino		DAE, CSP, Docentes e Coordenação de Curso.
			Projetos de Pesquisa - Iniciação Científica		CSP, Coordenação de Curso, CPI
Permanência e Êxito	Índice considerado de evasão no Curso Licenciatura em Pedagogia - 2022 - 10,13 % - (PNP)	2023: De 10,13 % para 9,12%	Realizar levantamento sobre os motivos de desistência dos estudantes.	A partir de 2024 de acordo com os objetivos e metas anuais até o ano de 2028.	CPA, Coordenação de Curso e CSP
		2024: De 9,12% para 8,2 %.	Fortalecer ações de acolhimento.		DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE
		2025 – De 8,3 % para 7,38%.	Estabelecer procedimentos para o acompanhamento dos estudantes		DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE
		2026: De 7,38% para 6,64%.	Cursos de nivelamento para os alunos ingressantes.		Coordenação de Curso e docentes.
		2027: De 6,64 para 5,98 %.	Projetos de Monitoria - Bolsa Ensino		DAE, CSP, Docentes e Coordenação de Curso.
		2028: De 5,98% para 5,38%.			

			Projetos de Pesquisa - Iniciação Científica		CSP, Coordenação de Curso, CPI
Permanência e Êxito	Alto índice de Evasão no Curso Técnico em Edificações - 25% (PNP)	2023: De 25% para 22,5%	Realizar levantamento sobre os motivos de desistência dos estudantes.	A partir de 2024 de acordo com os objetivos e metas anuais até o ano de 2028.	CPA, Coordenação de Curso e CSP
		2024: De 22,5% para 20,25%.	Fortalecer ações de acolhimento.		DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE
		2025 - De 20,25% para 18,23%.	Estabelecer procedimentos para o acompanhamento dos estudantes		DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE
		2026: De 18,23% para 16,4%.	Cursos de nivelamento para os alunos ingressantes.		Coordenação de Curso e docentes.
		2027: De 16,4% para 14,76%.	Projetos de Monitoria - Bolsa Ensino		DAE, CSP, Docentes e Coordenação de Curso.
		2028: De 14,76% para 13,28%.	Projetos de Pesquisa - Iniciação Científica		CSP, Coordenação de Curso, CPI

Permanência e Êxito	Alto índice de evasão no Curso Técnico em Mecatrônica - 2022 - 25,47% - (PNP)	2023: De 25,47% para 22,9%	Realizar levantamento sobre os motivos de desistência dos estudantes.	A partir de 2024 de acordo com os objetivos e metas anuais até o ano de 2028.	CPA, Coordenação de Curso e CSP
		2024: De 22,9% para 20,63%.	Fortalecer ações de acolhimento.		DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE
		2025 – De 20,63% para 18,56%.	Estabelecer procedimentos para o acompanhamento dos estudantes		DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE
		2026: De 18,56% para 16,71%.	Cursos de nivelamento para os alunos ingressantes.		Coordenação de Curso e docentes.
		2027: De 16,71% para 15,04%.	Projetos de Monitoria - Bolsa Ensino		DAE, CSP, Docentes e Coordenação de Curso.
		2028: De 15,04% para 13,54%.	Projetos de Pesquisa - Iniciação Científica		CSP, Coordenação de Curso, CPI
Permanência e Êxito	Alto índice de evasão no Curso	2023: De 27,27 % para 24,54%	Realizar levantamento sobre os motivos de	A partir de 2024 de acordo com os objetivos e metas	CPA, Coordenação de Curso e CSP

	Técnico em Logística - 2022 - 27,27% (PNP)	2024: De 24,54% para 22,08%. 2025 – De 22,08% para 19,87%. 2026: De 19,88% para 17,89%. 2027: De 17,89% para 16,1%. 2028: De 16,1% para 14,49%.	desistência dos estudantes. Fortalecer ações de acolhimento. Estabelecer procedimentos para o acompanhamento dos estudantes Cursos de nivelamento para os alunos ingressantes. Projetos de Monitoria - Bolsa Ensino Projetos de Pesquisa - Iniciação Científica	anuais até o ano de 2028.	DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE Coordenação de Curso e docentes. DAE, CSP, Docentes e Coordenação de Curso. CSP, Coordenação de Curso, CPI
Permanência e Êxito	Alto índice de evasão nos cursos concomitantes - 2022-45,45%	2023: De 45,45% para 40,9% 2024: De 40,9% para 36,81%. 2025 - De 36,81% para 33,13%.	Realizar levantamento sobre os motivos de desistência dos estudantes. Fortalecer ações de acolhimento.	A partir de 2024 de acordo com os objetivos e metas anuais até o ano de 2028.	CPA, Coordenação de Curso e CSP DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE

		2026: De 33,13% para 29,82%. 2027: De 29,82% para 26,83%. 2028: De 26,83% para 24,15%.	Estabelecer procedimentos para o acompanhamento dos estudantes Cursos de nivelamento para os alunos ingressantes. Projetos de Monitoria - Bolsa Ensino Projetos de Pesquisa - Iniciação Científica		DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE Coordenação de Curso e docentes. DAE, CSP, Docentes e Coordenação de Curso. CSP, Coordenação de Curso, CPI
Permanência e Êxito	Índice de evasão de cursos Integrados - 2022 - 4,35%	2023: De 4,35% para 3,92% 2024: De 3,92 % para 3,52%. 2025 - De 3,52% para 3,17%. 2026: De 3,17% para 2,85%.	Realizar levantamento sobre os motivos de desistência dos estudantes. Fortalecer ações de acolhimento. Estabelecer procedimentos para o acompanhamento dos estudantes	A partir de 2024 de acordo com os objetivos e metas anuais até o ano de 2028.	CPA, Coordenação de Curso e CSP DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE

		2027: De 2,85% para 2,56%. 2028: De 2,56% para 2,31%.	Cursos de nivelamento para os alunos ingressantes. Projetos de Monitoria - Bolsa Ensino Projetos de Pesquisa - Iniciação Científica		Coordenação de Curso e docentes. DAE, CSP, Docentes e Coordenação de Curso. CSP, Coordenação de Curso, CPI
Permanência e Êxito	Alto índice de evasão no Campus Registro - Todas as modalidades de Ensino - 26,28%	2023: De 26,28% para 23,65% 2024: De 23,65% para 21,28%. 2025 - De 21,29% para 19,16%. 2026: De 19,16% para 17,24%. 2027: De 17,24% para 15,52%. 2028: De 15,52 % para 13,97%.	Estabelecer procedimentos para o acompanhamento dos estudantes Cursos de nivelamento para os alunos ingressantes. Projetos de Monitoria - Bolsa Ensino Projetos de Pesquisa - Iniciação Científica	A partir de 2024 de acordo com os objetivos e metas anuais até o ano de 2028.	CPA, Coordenação de Curso e CSP DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE DAE, Coordenação de Curso, CSP e CAE Coordenação de Curso e docentes. DAE, CSP, Docentes e Coordenação de Curso. CSP, Coordenação de Curso, CPI

Projetos de Ensino	Poucos recursos para os Bolsistas	Disponibilizar recursos orçamentários.	Incentivar os docentes a submeterem projetos.	A partir de 2024	Gestão e docentes
			Solicitar recursos orçamentários		
Eficiência Acadêmica	Índice de Eficiência acadêmica em 2022-53,4%.	Elevar a taxa anualmente	Estabelecer procedimentos para o acompanhamento dos estudantes	A partir de 2024	CSP, Coordenadores de Curso, docentes e DAE.
Relação Aluno Professor (RAP)	Índice apresentado 18,78%.	Atingir o índice de 20%	Implementar o Mestrado Profissional	A partir de 2024	Todos os servidores
Índice de Verticalização	Índice apresentado em 2022 - 9,1	Elevar a taxa anualmente	Incentivar os discentes do Ensino Médio Integrado, concomitante e Subsequente a ingressarem nos cursos superiores oferecidos pelo IFSP.	A partir de 2024.	Todos os servidores

6.2 Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação					
Eixos	Diagnóstico	Objetivos e metas	Ações	Prazos	Responsáveis
Programas institucionais	Baixo recurso para pesquisa.	Aumentar número de projetos contemplados com bolsas de pesquisa: proporcionalmente melhora o índice de permanência e êxito de alunos no campus. Bem como, garante que mais projetos serão executados, trazendo mais pesquisa para o campus.	<p>Ação 1 - Através do registro de dados das atividades de pesquisa e consolidação de relatório, buscar aumento de recursos para bolsas de pesquisa no campus (orçamento do campus e descentralização da PRP).</p> <p>Ação 2 – Comunicar aos pesquisadores do campus e apoiá-los para submissão de projetos de pesquisa para agências de fomento.</p>	Vigência do PPP	CPI, DAA, CCF, DRG

<p>Programas institucionais</p>	<p>SUAP PESQUISA não tem módulo para gerar relatórios dos registros de atividades de pesquisa do campus. As planilhas que são geradas são apenas de período de execução, nome do pesquisador, área e situação atual do projeto. Não apresenta possibilidades de gerar relatórios cruzados entre informações de projetos e curso/estudante, por exemplo.</p>	<p>Gerar relatórios e gráficos permite melhor compreender as áreas de conhecimento, pesquisador e linhas de pesquisa de atuação do campus. Bem como permite explorar quais cursos têm sido mais participativos nas ações de pesquisa, faixa etária dos estudantes envolvidos relacionados às áreas de conhecimento.</p>	<p>Ação 1 – Solicitar à PRP / TI módulo relatórios.</p> <p>Ação 2 – Criação de relatórios e indicadores de desempenho da Pesquisa e Inovação no campus.</p>	<p>Vigência do PPP</p>	<p>CPI, PRP, TI da Reitoria</p>
---------------------------------	---	---	---	------------------------	---------------------------------

<p>Acordos de Cooperação Técnica e Científica</p>	<p>Pouco conhecimento entre servidores sobre os acordos e como é realizado esses acordos</p>	<p>Divulgar acordos que já existem no campus</p>	<p>Ação 1 - Realizar o levantamento periódico dos acordos de cooperação técnica e científica</p> <p>Ação 2 – Solicitar apoio da INOVA/PRP/PRX para explanação dos mecanismos legais para acordos de cooperação e projetos de pesquisa.</p> <p>Ação 3 - Divulgar os acordos existentes.</p> <p>Ação 4 – Incentivar novos acordos.</p>	<p>Vigência do PPP</p>	<p>DRG-RGT, CPI-RGT, CEX-RGT, NI-RGT, INOVA, PRP, PRX</p>
---	--	--	--	------------------------	---

Grupos de Pesquisa	Apesar de muitas divulgações dos grupos em reuniões de planejamento, SNCT's, FECIVALE's, Painel de Pesquisadores, existe ainda muito desconhecimento dos grupos de pesquisa em andamento por parte da comunidade interna do campus.	Melhorar a divulgação dos grupos de pesquisa do campus.	<p>Ação 1 – Atuação dos membros do COMPESQ nas reuniões de áreas para a promoção da divulgação dos grupos periodicamente nas reuniões de áreas.</p> <p>Ação 2 – Criar folders digitais dos grupos de pesquisa e divulgar nas redes sociais do campus e site/página da CPI.</p> <p>Ação 3 – Promover bate papo entre servidores, estudantes e líder/membros dos grupos de pesquisa</p>	Vigência do PPP	COMPESQ, CPI, Coordenação de Cursos, CTI, Biblioteca, Centro Acadêmico e Grêmios Estudantis.
Grupos de pesquisa	Poucos grupos cadastrados no diretório do CNPq estão de fato executando projetos, ações de pesquisas,	Consolidar as atuações dos grupos de pesquisa	<p>Ação 1 – Solicitar relatórios anuais dos grupos de pesquisa.</p> <p>Ação 2 – Estreitar relação entre grupos de</p>		Grupos de Pesquisa, COMPESQ e CPI.

	eventos e/ou publicação de trabalhos. Muitos grupos possuem poucas atualizações durante o ano.		pesquisa, CPI e COMPESQ.		
Projetos	Apesar de muitas divulgações dos projetos em reuniões de planejamento, SNCT's, FECIVALE's, Painel de Pesquisadores, existe ainda muito desconhecimento dos projetos em andamento.	Melhorar a divulgação dos projetos de pesquisa do campus. Bem como orientar os servidores em como tornar-se avaliador e pesquisador do IFSP.	<p>Ação 1 – Membros do COMPESQ atuar nas reuniões de áreas para a promoção da divulgação dos projetos nas reuniões de áreas.</p> <p>Ação 2 – Criar folders digitais dos projetos de pesquisa em execução e divulgar nas redes sociais do campus e site/página da CPI.</p> <p>Ação 3 – Promover bate papo entre servidores, estudantes e coordenadores de projeto de pesquisa.</p> <p>Ação 4 – CPI/COMPESQ promover oficinas para elaboração de projetos.</p>	Vigência do PPP	COMPESQ, CPI, Coordenação de cursos, CTI, Biblioteca, CA e Grêmios Estudantis.

			<p>Ação 5 – Encontros esporádicos para discutir os métodos de avaliação de projetos em editais do campus e reitoria. Além de padronizar a forma de avaliar os projetos, estimula a promoção de mais projetos a serem desenvolvidos.</p> <p>Ação 6 – Criação do Painel de Pesquisadores, integrado à Formação Continuada, com duração de 30 minutos cada evento para apresentação das experiências científicas dos pesquisadores do campus, apresentação de resultados de pesquisas e proposição de novos projetos.</p>		
--	--	--	--	--	--

Integração com a pesquisa e ensino	Pouca interação referente ao tripé ensino-pesquisa-extensão	Estimular o desenvolvimento de ações que promovam a integração ensino-pesquisa-extensão	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar reuniões para compreensão/levantamento das possibilidades/necessidades desta interação; - Produzir material sucinto com orientação, e exemplos sobre esta interação, para divulgação entre a comunidade interna; e - Criar mecanismos que promovam a interação entre ações de ensino, pesquisa e extensão. 	2024-	<p>Coordenadoria de Extensão (CEX)</p> <p>Coordenadoria de Pesquisa (CPI)</p> <p>Direção de Ensino (DAE)</p> <p>Coordenadores de Curso</p>
------------------------------------	---	---	---	-------	--

6.3 Dimensão: Extensão

Dimensão: Extensão					
Eixos	Diagnóstico	Objetivos e metas	Ações	Prazos	Responsáveis
Acompanhamento de Egressos	Inexistência de um acompanhamento de egressos	Promover uma melhor comunicação entre Coordenadoria de Extensão (CEX) e Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA); Criar um banco de egressos e promover uma adequada manutenção;	- Desenvolver um método de integração entre CEX e CRA como forma de agilizar o repasse de informações; - Desenvolver mecanismos para o acompanhamento do egresso; e - Criar um fluxograma funcional que oriente as ações acima	A partir de 2024	Coordenadoria de Extensão (CEX) Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA) Coordenadoria de Tecnologia de Informação (CTI)
Cursos FIC	Pouca Oferta de Cursos FIC Baixa procura por cursos FIC	Ampliar a oferta de Cursos FIC Ofertar cursos FIC diretamente à entes do poder público.	- Criar mecanismos para identificação de potenciais proponentes de cursos na comunidade interna;	A partir de 2024	Coordenadoria de Extensão (CEX), Direção Geral (DRG)

	Baixo retorno para a sociedade por meio dessa ação de extensão	Promover melhor retorno a sociedade e fomentar desenvolvimento econômico-social da região.	<ul style="list-style-type: none"> - Criar fluxo funcional com as etapas do processo, compreendendo desde a proposta até a conclusão do curso no sistema SUAP; e - Buscar parcerias regionais para identificação das necessidades de oferta de curso, e captação de alunos. 		
Prestação de Serviço	Inexistência de prestação de serviço a partir do <i>campus</i>	Estimular a oferta de serviços provenientes do <i>campus</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar serviços que podem ser oferecidos pelo <i>campus</i>; - Criar mecanismos para identificação de potenciais servidores prestadores de serviço; - Criar um fluxograma funcional que oriente sobre esta ação. 	A partir de 2024	<p>Coordenadoria de Extensão (CEX)</p> <p>Coordenadores de Curso</p> <p>Coordenador do Núcleo Incubador</p> <p>Coordenador do IF Maker</p> <p>Direção Geral (DRG)</p>

Curricularização da Extensão	<p>Pouca compreensão desta ação por parte da comunidade interna</p> <p>Acréscimo de ações dessa natureza</p>	<p>Promover a compreensão sobre esta ação, e evidenciar a sua importância</p> <p>Promover a oferta de projetos de curricularização conforme previsto nos PPPs de cada curso.</p>	<p>- Verificar as potencialidades de curricularização vinculadas à cada curso;</p> <p>- Realizar reuniões ou oficinas para discussão sobre tema e dirimção de dúvidas.</p> <p>- Cria um fluxograma funcional que oriente as ações de curricularização</p>	A partir de 2024	CEX
------------------------------	--	--	---	------------------	-----

6.4 Dimensão: Administrativa

Dimensão: Administrativa					
Eixos	Diagnóstico	Objetivos e metas	Ações	Prazos	Responsáveis

Gestão de Pessoas	Ausência de ferramentas de orientação aos servidores ingressantes.	Possibilitar maior autonomia dos servidores nas execuções dos Processos de modo a diminuir a necessidade de consultas durante os procedimentos.	Ofertar cursos preparatórios/introdutórios aos servidores ingressantes. Realizar treinamento dos usuários (Docente/Taes) SUAP/Gmail...	Vigência do PPP	CGP – DAA -DAE
Gestão de Pessoas	Conhecer nos servidores, as suas qualidades e habilidades profissionais, para elaborar medidas que mantenha a equipe ou setor motivados	Promover ações que visem estimular a motivação (valorização/reconhecimento) dos servidores.	Ações tais como treinamentos e encontros para identificar perfis profissionais para cada área de atuação	Vigência do PPP	CGP-DAA-DAE – DRG
Gestão de Pessoas	Orientações esparsas que demandam consultas frequentes do como fazer.	Proporcionar ao servidor mais produtividade, eliminando a frequência com que necessita recorrer a CGP para saber o como fazer ou qual a próxima etapa.	Mapear os Processos	Vigência do PPP	TI-CGP-DAA-DAE – DRG
Gestão de Pessoas		Fomentar ações e projetos que promovam a saúde, a segurança e a	Fortalecer as ações já existente no IFSP através do PSQvida no âmbito do	Vigência do PPP	CGP - CSP- DAA - DAE – DRG

		qualidade de vida.	Campus e prospectar novas ações locais.		
Gestão de Pessoas	Pouca comunicação e entrosamento profissional entre os servidores técnicos administrativos.	Socialização, troca de experiências e de demandas da categoria dos técnicos administrativos.	Promover reuniões/assembleias /encontros entre o servidores técnicos administrativos.	Vigência do PPP	CGP/DAA/DAE/DRG
Comunicação	Pouco acesso a oportunidades de capacitação para os TAES.	Ampla divulgação das oportunidades de capacitação	Elaborar estratégias para dar ampla divulgação às oportunidades de capacitação	Vigência do PPP	CDI-CGP-DAA-DAE
Infraestrutura	Falta de espaço para descanso, dos servidores como por exemplo em intervalos quando esses permanecem no Campus.	Melhorar a qualidade de vida do trabalho..	Criar espaço e estrutura de lazer e descanso no campus para os servidores	Vigência do PPP	CGP-DAA-DAE – DRG
Infraestrutura	Estrutura física por espaços	Criar espaços físicos para atender as demandas dos setores do campus.	Construção de novos espaços para setores administrativos, ensino, acadêmicos e discentes.	Imediato	DRG, DAA, DAE

Inclusivas	Acessibilidade ao campus	Adequação e sinalização para acesso ao campus	Instalação de dispositivos e equipamentos	Imediato	NAPNE
Evasão escolar	Contamos atualmente com índices expressivos de abandono e evasão escolar	Diminuir o percentual de alunos evadidos.	Voltar a realizar ações por intermédio da "Comissão de permanência e êxito"	Vigência do PPP	CSP, CRA, CAE, Coordenação de Curso
Estrutura física	Diversos espaços do campus necessitam de manutenção	Manter os ambientes em condições adequadas de conservação	Criar cronograma de manutenção periódico	Vigência do PPP	CAP, DAA, DAE, DRG
Equipamentos e mobiliário	Há necessidade de substituição de equipamentos e mobiliário para melhor adequação dos ambientes laborais	Substituir equipamentos e mobiliários periodicamente		Vigência do PPP	CAP, DAA, DAE, DRG
Dedetização	Não contamos com um calendário de dedetização, em virtude disso, as dedetizações não ocorrem em espaços regulares de tempo	Dedetizar regularmente todos os espaços do campus	Ação 1 - Estabelecer um cronograma regular de dedetização	Vigência do PPP	

Necessidade de servidor administrativo	A coordenadoria sociopedagógica necessita de mais servidores para realizar as rotinas administrativas	Apoiar as rotinas administrativas da CSP com acréscimo de servidor	Ação 1 - Inclusão de servidor administrativo na CSP	Até o final de 2023	DRG
Alimentação escolar	Não atendemos a todos os estudantes e somos dependentes de recursos da Assistência Estudantil	Atender a todos os estudantes matriculados e destinar um recurso específico para a alimentação, sem afetar a Assistência Estudantil	<p>Ação 1 - Estudo da viabilidade de estabelecer um percentual do orçamento do campus para a alimentação escolar.</p> <p>Ação 2 - Estudo dos impactos do uso de verba da assistência estudantil para alimentação escolar.</p> <p>Ação 3 - Estabelecimento de um percentual destinado especificamente à alimentação escolar</p>	2024	CSP, DAA, DRG

Assistência estudantil	Os alunos não participam, nem estão inteirados das ações e procedimentos referentes à Assistência estudantil	Participação efetiva dos estudantes nas ações da assistência estudantil a fim de garantir a transparência e a gestão participativa na destinação dos recursos	Ação 1 -Realização de assembleia para a escolha de representantes de segmentos. Ação 2 Inclusão de alunos nas ações referentes à Assistência Estudantil	2024	CSP
Orçamento Financeiro	Possibilidade de surgirem dificuldades orçamentária devido a problemáticas relacionadas a Permanência e Êxito tendo em vista a influência direta que a quantidade de discentes matriculados afeta a distribuição dos recursos orçamentários.	Melhorar ainda mais os resultados relacionados a Permanência e Êxito	Identificar gargalos e motivos reais da evasão e verificar a possibilidade de melhorias/soluções concretas através de planejamento estratégico de médio e longo prazo.	Anualmente	DRG-RGT DAA-RGT DAE-RGT (Todas as coordenadorias ou servidores)

Orçamento Financeiro	Possibilidade de surgirem dificuldades orçamentária devido desinteresse do público alvo pelos cursos atualmente ofertados pelo campus ou saturação do mercado de trabalho relacionado, tendo em vista a influência direta que a quantidade de discentes matriculados afeta a distribuição dos recursos orçamentários.	Melhorar ainda mais os resultados relacionados procura pelos cursos ofertados e a Permanência e Êxito	Identificar gargalos e motivos reais do desinteresse e saturação do mercado de trabalho e verificar a possibilidade de melhorias/soluções concretas através de planejamento estratégico de médio e longo prazo, assim como possibilidade/necessidade de atualização do rol dos cursos ofertados.	Anualmente	DRG-RGT DAA-RGT DAE-RGT (Todas as coordenadorias ou servidores)
----------------------	---	---	--	------------	--

Recursos de tecnologia de informação e comunicação	Falta de computadores disponíveis para atender as necessidades acadêmicas.	Ampliação do quantitativo disponível de computadores para discentes.	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;	1º semestre de 2024	CTI, DAE, DRG
			Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para execução;	1º semestre de 2024	DAA, DRG
Recursos de tecnologia de informação e comunicação	Falta de computadores disponíveis para atender as necessidades administrativas e acadêmicas.	Ampliação do quantitativo disponível de computadores para servidores.	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;	1º semestre de 2024	CTI, DAE, DRG

			Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para execução;	1º semestre de 2024	DAA, DRG
Laboratórios	Divisão da turma e uso de mais de um laboratório para a mesma disciplina.	Ampliação e melhoria da infraestrutura dos laboratórios de informática para atender à demanda crescente de computadores e servidores disponíveis.	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;	2º semestre de 2024	CTI, DAE, DRG
			Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	2º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para execução;	2º semestre de 2024	DAA, DRG

Recursos de tecnologia de informação e comunicação	Necessidade de mais velocidade de conexão de internet.	Aprimoramento da conexão de internet para proporcionar um serviço mais eficiente e de maior qualidade.	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;	2º semestre de 2023	CTI, DAE, DAA, DRG
			Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	2º semestre de 2023	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para execução;	2º semestre de 2023	DAA, DRG
Recursos de tecnologia de informação e comunicação	Aumento no tráfego de dados de informações computacionais necessários para execução de atividades	Aperfeiçoamento da infraestrutura de rede para garantir uma conexão mais estável, rápida e confiável.	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;	2º semestre de 2023	CTI, DAA, DRG

	acadêmicas diversas.		Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	2º semestre de 2023	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para execução;	2º semestre de 2023	DAA, DRG
Recursos de tecnologia de informação e comunicação	Perda de dados devido à queda de energia. Aumento da necessidade de armazenamento de informações.	Aprimoramento dos servidores para otimizar o desempenho, aumentar a capacidade de processamento e garantir maior estabilidade e disponibilidade dos serviços.	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras	1º semestre de 2024	DAA, DRG

			e recursos para execução;		
Recursos de tecnologia de informação e comunicação	Perda de dados devido à queda de energia. Aumento da necessidade de armazenamento de informações.	Implementação de serviços de nuvem para melhorar a capacidade de armazenamento, acesso remoto e colaboração, visando aprimorar a eficiência e flexibilidade das operações.	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;	2º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	2º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para execução;	2º semestre de 2024	DAA, DRG
Recursos de tecnologia de informação e comunicação	Atendimento as necessidades acadêmicas e	Aprimoramento da capacidade dos computadores, incluindo upgrades de hardware e	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG

	administrativas limitadas.	software, para garantir um desempenho mais rápido, eficiente e adequado às demandas dos servidores e usuários.	o campus como um todo;		
			Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para execução;	1º semestre de 2024	DAA, DRG
Instalações administrativas	Necessidade de aumento da segurança do campus.	Implementação de medidas de controle de acesso ao campus, visando garantir a segurança e privacidade dos estudantes, servidores e demais usuários, por meio de sistemas de identificação, monitoramento e restrição de entrada.	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras	1º semestre de 2024	DAA, DRG

			e recursos para execução;		
Instalações administrativas	Necessidade de aumento da segurança do campus.	Aprimoramento da estrutura e dos procedimentos da portaria para reforçar a segurança e eficiência no controle de acesso ao campus, incluindo a utilização de tecnologias avançadas, treinamento adequado dos profissionais responsáveis e aperfeiçoamento dos protocolos de identificação e registro de entrada e saída.	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DAE, CAP, DRG
			Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para execução;	1º semestre de 2024	DAA, DRG

Instalações administrativas	Necessidade de aumento da segurança do campus.	Implementação de área de divisão do estacionamento, com separação para servidores, discentes e terceiros, visando a melhor organização, segurança e utilização dos espaços disponíveis.	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DAE, CAP, DRG
			Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para execução;	1º semestre de 2024	DAA, DRG
Instalações administrativas	Necessidade de aumento da segurança do campus.	Ampliação do sistema de vigilância por câmeras para reforçar a segurança e monitorar as áreas-chave do campus.	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DAE, CAP, DRG

			Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras e recursos para execução;	1º semestre de 2024	DAA, DRG
Instalações administrativas	Necessidade de aumento da segurança do campus.	Implementação de um sistema de controle de acesso informatizado por RFID (Radio Frequency Identification). Substituição de crachás de discentes e servidores por cartões integrados com a tecnologia, permitindo a identificação e o registro	Ação 1 – Realizar análise previa e o seu impacto, assim como a relevância para os discentes e o campus como um todo;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DAE, CAP, DRG
			Ação 2 – Elencar as etapas necessárias para atender as solicitações;	1º semestre de 2024	CTI, DAA, DRG
			Ação 3 – Verificar questões financeiras	1º semestre de 2024	DAA, DRG

		automatizado de entrada e saída, proporcionando maior segurança, agilidade e precisão no controle de acesso, além de facilitar a gestão e o monitoramento das atividades no campus.	e recursos para execução;		
Infraestrutura	Insuficiência na preservação e manutenção do patrimônio público alocado na Biblioteca, sala B102.	Aumentar a segurança dos bens patrimoniais expostos aos usuários, principalmente no que se refere aos materiais bibliográficos.	Aquisição, instalação e manutenção de sistema integrado de segurança (sistema antifurto).	Imediato	DAE, CBI, DAA e DRG
Infraestrutura	Ausência de recursos financeiros específicos destinados a composição do acervo da Biblioteca.	Garantir a ampliação, atualização e manutenção do acervo bibliográfico.	Direcionamento de recursos financeiros específicos para a biblioteca, com o objetivo de adquirir obras bibliográficas.	Imediato	DAE, CBI, DAA e DRG

Aquisição e uso de materiais	Ausência de recursos financeiros específicos destinados a aquisição de materiais para a Biblioteca.	Garantir a oferta de materiais de consumo específicos para processamento técnico, gerenciamento da biblioteca e atendimento das demandas dos usuários.	Direcionamento de recursos financeiros para a biblioteca, com o objetivo de adquirir materiais de consumo específicos.	Imediato	DAE, CBI, DAA e DRG.
------------------------------	---	--	--	----------	----------------------

Capítulo 7 – Avaliação do Projeto Político Pedagógico

7.1 Processo de Construção do PPP

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) o Projeto Político Pedagógico (PPP), ou Projeto Pedagógico, é um documento que reúne os objetivos, metas e diretrizes de uma Instituição de Ensino. Ele deve ser elaborado obrigatoriamente por toda instituição. A Direção Geral designou uma comissão através da PORTARIA Nº 42/2023 - DRG/RGT/IFSP DE 23 DE MARÇO DE 2023 com representantes Docentes, coordenadoria de Pesquisas, Coordenadoria de Extensão, Pedagogas, Discentes e representante da comunidade Externa, presidido pela Diretoria Adjunta Educacional. A comissão reunia-se quinzenalmente para as discussões .

7.2 Avaliação do processo de construção

O Projeto Político Pedagógico foi construído por muitas mãos a partir de múltiplas reuniões realizadas ao longo do primeiro semestre de 2023. A Portaria DRG/RGT/IFSP 42/2023 instituiu a participação de diversos membros da comunidade escolar, internos e externos, na elaboração do Projeto Político Pedagógico, garantindo assim, maior participação nos debates concernentes à construção do referido documento.

A multiplicidade de participantes apresenta uma maior variedade de opiniões colaborando assim para a construção de um documento mais abrangente e democrático. Assim sendo, buscou-se ouvir as diferentes perspectivas apresentadas, discutir sobre os mais diversos pontos de vista, debater questões relevantes à instituição de acordo com o ponto de vista dos representantes de cada segmento da comunidade escolar.

No que se refere ao diagnóstico da situação atual e as metas do eixo administrativo, servidores de todos os setores foram convidados a participar de sua elaboração encaminhando propostas que julgavam necessárias. As

indicações recebidas foram compiladas, debatidas entre os membros da comissão e incluídas no PPP, garantindo desta forma uma amplitude maior de participação na elaboração deste documento.

A partir das discussões e construções coletivas, iniciou-se o processo de avaliação do Projeto Político Pedagógico, no qual cada item do referido documento foi discutido e sintetizado de acordo com as considerações finais definidas coletivamente e democraticamente, observando-se os dispostos no Projeto Político Pedagógico anterior a fim de realizar as alterações, supressões e inclusões necessárias.

Porém, por se tratar de um documento dinâmico, considera-se a necessidade de revisão constante. Assim sendo, a comissão estabelecida pela Portaria DRG/RGT/IFSP 42/2023 se manterá ativa e se reunirá periodicamente a fim de verificar possíveis alterações necessárias no transcorrer do período de vigência do Projeto Político Pedagógico, buscando a ampla participação de seus membros nas discussões a respeito de questões ou mudanças necessárias que vierem a surgir.

REFERÊNCIAS

- ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social**: para trabajadores sociales. 7ª ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.
- ANTUNES, Celso. **Na Sala de Aula**. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014
- BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em 05 de outubro de 2022.
- BRASIL.MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Institutos Federais. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica**: concepções e diretrizes. 2010
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 out. de 1998.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 dez. 1996
- BRASIL. Ministério da Educação. Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e diretrizes. Brasília, 2010.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Rio de Janeiro, 2014
- BOTH, Ivo José. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina**. Curitiba: Intersaberes. 2017.
- CORROCHANO, M.C. O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole. São Paulo: Annablume, 2014.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil**. In FERREIRA, Naura Syria Carapeto et. al. Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FRANKL, E Victor. **Fundamentos Antropológicos da Psicoterapia**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Zahar,1978.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas.** In: NOVAES, R; Vanuchi, P. (orgs). Juventude e sociedade – trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.
- GARCIA HOZ, Victor. **Pedagogia Visível Educação Invisível.** 1ª edição. Virtual: Nerman 1987.
- FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior, maio de 2012.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas.** 2ª Edição. Porto Alegre, RS: Artmed, 1994.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** Porto Alegre: Mediação, 2018.
- HUERTAS, J. A. **Motivación: querer aprender.** Buenos Aires: Aique, 2001.
- IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2013.** São Paulo, 2009.
- IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018.** São Paulo, 2014.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.
- Estatuto.** Aprovado pela Resolução n.º 1, de 31 de agosto de 2009. Alterado pela Resolução n.º 872, de 4 de junho de 2013.
- LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 2001.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.
- PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica.** São Paulo: Moderna, 2011.
- RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA (orgs.). Maria. Ensino médio. **Ciência, cultura e trabalho.** Brasília, MEC/SETEC, 2004.
- VEIGA, I.P.A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. ed. 14. Papirus: 2002.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** 3ª edição. Martins Fontes. São Paulo, SP. 1991.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.